



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – PROPOSIÇÃO DE LEI

2 – ATAS

- 2.1 – 68ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 2.2 – Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 2.3 – 61ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 2.4 – 62ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 2.5 – 63ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 2.6 – 64ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 2.7 – 65ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 2.8 – 66ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 2.9 – 67ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 2.10 – 68ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 2.11 – 47ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 2.12 – Reunião de Comissão

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 – Plenário
- 3.2 – Comissão

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – MANIFESTAÇÕES

6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 – ERRATA



PROPOSIÇÃO DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.315

Declara de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Lambari – Acil –, com sede no Município de Lambari.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Lambari – Acil –, com sede no Município de Lambari.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 18 de novembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**ATA DA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/11/2016****Presidência dos Deputados Adalclever Lopes, Lafayette de Andrada e Ulysses Gomes**

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata; discurso do deputado Sargento Rodrigues; aprovação – Questões de Ordem – Registro de Presença – Correspondência: Propostas de Ação Legislativa nºs 79 a 146/2016 – Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Resolução nº 39/2016 – Projetos de Lei nºs 3.902 e 3.903/2016 – Requerimentos nºs 5.862 e 5.865 a 5.885/2016 – Requerimentos Ordinários nºs 2.656, 2.657, 2.659 a 2.667, 2.669 e 2.671 a 2.675/2016 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Cultura e de Desenvolvimento Econômico – Oradores Inscritos: Discursos do deputado Paulo Guedes e da deputada Ione Pinheiro – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Decisão da Presidência – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Decisão da Presidência; Questão de Ordem – Despacho de Requerimentos: Requerimentos Ordinários nºs 2.653, 5.654, 2.659 a 2.667, 2.669 e 2.671 a 2.675/2016; deferimento – Decisão da Presidência – Discussão e Votação de Pareceres: Discussão do Parecer da Comissão de Justiça sobre Pedido de Autorização Prévia para Instauração de Processo, por Infração Penal Comum, contra o Governador do Estado; requerimentos do deputado Gustavo Valadares (2); Questão de Ordem; Suspensão e Reabertura da Reunião; discursos dos deputados Gustavo Valadares e Durval Ângelo; Questão de Ordem; discursos dos deputados Sargento Rodrigues e André Quintão – 2ª Fase: Prejudicialidade dos requerimentos do deputado Gustavo Valadares (2) – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Antônio Lerin – Arlen Santiago – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Às 14h1min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Dirceu Ribeiro, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior.



O presidente – Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, bom o retorno ao comando dos trabalhos. Pela primeira vez, em 18 anos em que me encontro aqui, deparei-me com a tropa de choque da Polícia Militar, com a brigada, dentro do Parlamento. O pior é que as coisas estão tomando um rumo aqui, presidente, que estou ficando assustado. Ontem fui tentar colocar duas faixas aqui nas galerias. O secretário-geral da Mesa me impediu, em nome do presidente, de colocar essas faixas – faixas do deputado. Não eram faixas de sindicato, não eram de nenhum cidadão. Eu poderia fazer isso, a meu ver, porque, até que se prove o contrário, aqui é a Casa do povo, ou então temos de pegar esse *slogan*, que é produto de *marketing* da Assembleia e colocar em outro lugar. E por que faço esta questão de ordem? Por que levanto primeiro esse tema, presidente? Porque não ouvi aqui o secretário *ad hoc*, o deputado Dirceu Ribeiro, ler a questão de ordem que levantei. Não foi feita alusão ao fato de as galerias fazerem tanto barulho que não era possível ouvir o 1º secretário Ulysses Gomes ler o relatório, produzido pelo deputado Rogério Correia, em relação ao afastamento do governador Fernando Pimentel. Não ouvi nenhum tipo de descrição na ata que o deputado Dirceu Ribeiro acabou de ler. Faço um apelo aos líderes Gustavo Corrêa e Gustavo Valadares, porque esta Casa está piorando e muito. Deputado não pode se manifestar direito, não pode colocar faixa, a ata não traduz o que aconteceu, portanto a ata não pode ser aprovada nesses termos. Pedi questão de ordem, ela foi relatada por mim e espero que a Mesa a responda. Em que pese a não ter sido feita por escrito, foi verbal e está nas notas taquigráficas. Infelizmente, acionar a Polícia Militar com pelotões de choque para adentrar neste Parlamento não é uma boa iniciativa por parte de V. Exa. Tomei conhecimento de que V. Exa. fez esse pedido, mas não é uma boa iniciativa. Eu desconheço outra data em que este Parlamento tenha abrigado a tropa de choque. Sr. Presidente, enviei ofício ao ministro Herman Benjamin solicitando cópia da delação premiada. Foi o Ofício nº 1.480. O assunto é muito importante. Eu protocolei, em mãos do chefe de gabinete do ministro Herman Benjamin, um pedido de cópia da delação premiada. Esse ofício foi respondido no dia 11. O ministro respondeu a mim e a V. Exa. e determinou a entrega da cópia do documento. Mas até hoje V. Exa. não a disponibilizou. Eu estou cobrando do secretário-geral da Mesa há dois dias. Está aqui a resposta do ofício que chegou para mim e para V. Exa. O ministro diz o seguinte: (– Lê:): “Sr. Deputado, encaminho a V. Exa., embora não seja necessária para deliberação a que o Legislativo de Minas foi instado, por meio do Ofício nº 26/2016, cópia do termo de colaboração premiada, em atenção ao Ofício nº 1.480, da lavra do deputado estadual presidente da Comissão de Segurança Pública”. Ou seja, o ministro determinou a V. Exa. que me entregasse a cópia da delação premiada. Portanto, solicito-lhe que determine ao secretário-geral da Mesa a entrega desse documento. Já disse ao secretário que, se ele não chegar às minhas mãos hoje, estarei na presença do ministro amanhã cedo, protocolando outro ofício e dizendo: “Ministro, o presidente da Assembleia não quer me entregar a cópia”. E sem prejuízo das demais ações judiciais, de forma individual, ou seja, independente do restante do bloco, este deputado aportará à Justiça, porque isso não é possível. Fica aqui levantada a questão de ordem. Primeiramente, não admito que não se coloque nenhuma faixa aqui. V. Exa. é o presidente, mas esta Casa é para se manifestar. Em segundo lugar, estou aguardando a entrega da cópia. Acho que aqui não temos de proteger ninguém, presidente. Se há algum deputado estadual ou federal de qualquer partido na delação do Bené, vou dar publicidade. V. Exa. não tenha dúvida disso. Faço questão de dar publicidade e colocá-la, porque o ministro Herman Benjamim já quebrou o sigilo há muito tempo. Se ele determinou a entrega, é porque realmente ela pode ser entregue. Aguardo V. Exa., porque vamos acompanhar aqui a reunião plenária.

O presidente – A presidência esclarece que é lido o extrato da ata, sucintamente. Tudo o que aconteceu na reunião passada será publicado no *Diário do Legislativo*.

Quanto à lavra do deputado Sargento Rodrigues ao ministro Herman Benjamim, ontem o presidente da Assembleia, acompanhado do líder da oposição e do deputado Bonifácio Mourão, estivemos no gabinete do ministro, que nos disse que hoje seria o prazo para o despacho. Como V. Exa. entende de um jeito e nós entendemos diferentemente, para dirimir dúvidas, e como direito não é matemática, é preciso de entendimento, fomos lá e estamos esperando a resposta do ministro.

Gostaria de dizer ao deputado Sargento Rodrigues que ingressar na Justiça é um direito de todo cidadão, inclusive contra esta presidência. O senhor fique muito à vontade sobre isso. Muito obrigado.



Não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

Questões de Ordem

O deputado Gustavo Corrêa – Sr. Presidente, vou fazer uma questão de ordem. Acompanhámos ontem essa reunião, um pouco tumultuada, com algumas atitudes por parte das galerias, com as quais não concordamos, aliás. Mas, na tarde de ontem, o secretário da Mesa, deputado Ulysses Gomes, fez a leitura do parecer da Comissão de Justiça aqui no Plenário em momento que entendemos não ser o adequado para a referida leitura. Então, neste momento faremos a questão de ordem. 1 – Na 67ª reunião ordinária, presidida pelo deputado Hely Tarquínio, na tarde de ontem, o 1º-secretário, deputado Ulysses Gomes, cumprindo determinação regimental, procedeu à leitura da correspondência recebida e de proposições. 2 – Contudo, ao proceder à leitura do parecer da Comissão de Justiça sobre o pedido de autorização para instauração de processo por infração penal comum contra o governador do Estado, Fernando Damata Pimentel, nos termos do Ofício do STJ nº 1/2016, ainda na 1ª Parte da reunião, o ilustre 1º-Secretário, deputado Ulysses Gomes, deixou de obedecer ao que determina o art. 22 do Regimento Interno, que dispõe textualmente – não farei a leitura do referido artigo integralmente, mas da 2ª Parte da Ordem do Dia, que compreende das 15h15min em diante e que diz: “1 – decisões e despachos da presidência, designações de comissão, comunicações e atos assemelhados; 2) pareceres;”. A questão, presidente, torna-se muito grave, pois a leitura do mencionado parecer se deu de forma extemporânea, o que contrariou a norma contida no citado art. 22 da norma procedimental, que determina expressamente que os pareceres, prezado deputado Lafayette de Andrada, sejam apreciados na 2ª Parte da reunião e não na 1ª Parte, como o ilustre secretário Ulysses Gomes fez na tarde de ontem. De fato, o Regimento Interno, ao definir os parâmetros para o transcurso da reunião pública ordinária, separa nitidamente as matérias de mero expediente, como a leitura da correspondência e o pronunciamento dos oradores no Grande Expediente, previstos para a 1ª Parte, daquelas que integram a ordem do dia, como as decisões e despachos do presidente, as comunicações, os pareceres, previstas para a 2ª Parte. A doutrina administrativista nos ensina que são requisitos ou elementos do ato administrativo: a) sujeito competente; b) forma – grifo deste parlamentar; c) finalidade; d) motivo; e, e) objeto ou conteúdo lícitos. Significa dizer que a forma procedimental, tanto quanto o seu conteúdo e seu agente, é que determina a validade do ato. O 1º-secretário – e tem sido uma prática nos últimos dias – ao inovar na leitura, na prática, desconsiderou que o parecer em questão, que segue rito específico definido por deliberação da Mesa da Assembleia, não é matéria de mero expediente, mas, dada sua relevância, deve integrar a Ordem do dia. Diante do exposto, este deputado, meu caro presidente, e esperamos que a Mesa responda neste momento, formula os seguintes quesitos: 1º – Como o parecer não foi lido no momento oportuno, faz-se necessário sanear os procedimentos realizados pelo 1º-secretário e adequá-los às normas do Regimento Interno? 2º – Se positiva a resposta ao primeiro quesito, quando se dará, na fase correta de reunião ordinária desta Casa, a nova leitura do mencionado parecer, e, conseqüentemente, considerar-se-á essa data como a do recebimento da matéria pelo Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais? Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016. Deputado Gustavo Corrêa, líder do Bloco Verdade e Coerência. Presidente, gostaríamos que a Mesa respondesse essa questão de ordem neste momento, haja vista – voltamos a dizer – que a leitura feita pelo 1º-secretário não foi de forma correta, no tempo correto. Entendemos que ela só terá validade quando for realizada no momento e na fase oportuna, que é na 2ª Fase.

O presidente – Caro líder Gustavo Corrêa, a presidência recebe a questão de ordem e ainda responderá nesta reunião. Em alguns minutos formularemos a resposta da questão de ordem, e a daremos ainda nesta reunião.

O deputado Cristiano Silveira – Obrigado, presidente. Queria fazer um registro e a defesa do 1º-secretário da Mesa, o deputado Ulysses Gomes, que fez a leitura ontem do relatório. Queria dizer que, dos parlamentares que se encontravam no Plenário, creio que só não conseguiram ouvir o relatório aqueles que concorriam com o deputado Ulysses Gomes nos microfones, tentando, de maneira muito clara, obstruir a leitura do parecer que já estava pronto, na mão do deputado. Evidentemente consegui ouvir o deputado, mas já conhecia o conteúdo, porque o parecer está disponível para todos os parlamentares. Mais que isso, presidente, houve um grande desrespeito ao deputado Ulysses Gomes. Apoiadores de deputados da oposição que estiveram presentes atiraram vegetais,



atiraram alfaces no Plenário, quase acertando os parlamentares. Enquanto o deputado Ulysses Gomes lia o relatório, enquanto lia o parecer, um parlamentar desta Casa subiu à Mesa, ficou atrás dele e, aproveitando as câmaras, apontava a alface para o deputado que lia o relatório. Isso é um grande desrespeito à Mesa, um grande desrespeito a esta Casa. Estão transformando esta Assembleia num grande picadeiro. A Presidência, a Mesa da Casa não pode admitir o que estão fazendo aqui. Jogar folha de alface, jogar vegetal contra o 1º-secretário enquanto ele lia o parecer, depois alegar que não ouviu, que não estava ouvindo, não estava entendendo o que o deputado estava lendo, é uma grande ironia, presidente. Quero ser solidário ao deputado Ulysses Gomes. Quero também ser solidário ao deputado Paulo Guedes. Outro fato lamentável no dia de ontem: o deputado Paulo Guedes, ao sair da Assembleia e dirigir-se a seu gabinete, foi agredido por apoiadores de alguns parlamentares da oposição, parece-me que alguns profissionais da reserva da polícia. O deputado Paulo Guedes é um parlamentar que tem de ser respeitado, como todos os parlamentares desta Casa, mas ele foi agredido. Se não fosse a Polícia Militar... Alguém pergunta: “Nunca vi batalhão de choque, porque a necessidade da presença dele?”. Se não fosse a Polícia Militar e a Polícia Legislativa, o deputado Paulo Guedes estaria muito machucado, e só Deus sabe o que teria acontecido. Foi acertada a decisão da Mesa em garantir a segurança dos parlamentares. Presidente, V. Exa. também já sofreu agressão em seu domicílio, em seu apartamento, quando manifestantes, também incitados por alguns parlamentares da oposição, foram a sua residência. Precisamos tomar uma medida neste momento, a Mesa deve tomar uma posição, porque isso pode terminar muito mal, e não é isso a que o povo mineiro precisa assistir. Quero pedir aos parlamentares que aqui se encontram, aos parlamentares da base do governo e aos da oposição, que tenham sobriedade e que respeitem os colegas. O debate e o embate são válidos, mas não podemos seguir por esse caminho, presidente. Estou muito preocupado com o que estamos vendo aqui. Agressão física, ridicularização do parlamentar enquanto lê a matéria, tentativa de deputados da oposição de obstruir o trâmite do processo, é isso o que estamos vendo. Ontem deputados incitavam as galerias e concorriam com o deputado Ulysses Gomes na hora da leitura do parecer. Quero fazer esse registro para que isso não volte a acontecer nesta Casa. Obrigado, presidente.

O deputado Arnaldo Silva – Sr. Presidente, nobres parlamentares, quero também corroborar, em parte, com o deputado Cristiano Silveira e dizer que ontem, lamentavelmente, assistimos aqui a episódios que, de forma alguma, coadunam com o interesse, com o trabalho e com a história produzidos pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais. É meu primeiro mandato. Quero aqui, com toda humildade possível, pedir até escusas por esta fala, por este pronunciamento agora, mas entendo que não estamos aqui para assistir ao que assistimos ontem. Esta Casa precisa aprofundar mais o debate. Temos aqui um processo muito grave que está sendo debatido, a sociedade nos cobra isso a todo momento. Tenho tentado, por diversas vezes, levantar questões que são importantíssimas para o Parlamento mineiro, relativas a autonomia, à independência dos Poderes, à submissão da Assembleia Legislativa de Minas a uma determinação, quando não há qualquer previsão normativa em relação a isso. Estamos aqui, a toque de caixa, num procedimento mais do que célere, urgentíssimo, para uma análise gravíssima. É um procedimento – já disse e repito – de ordem muito mais técnica e jurídica do que política. Tivemos aqui a presença do advogado e defensor do governador, que fez uma belíssima exposição, mas trouxe para nós também uma série de momentos contraditórios. Ele disse que, ao mesmo tempo esta Casa não fará qualquer análise de aspecto jurídico, procederemos a uma avaliação quanto à viabilidade ou não de um processo criminal. Isso é extremamente contraditório. Também disse que está no acórdão, na decisão, que não decidiremos sobre o afastamento, porque ele já foi deliberado na decisão – não haverá esse afastamento. Mas, na verdade, não é isso. A partir do momento em que esta Casa decidir pela autorização, caberá ao Judiciário também se manifestar em relação a esse afastamento. São questões muito importantes, Sr. Presidente. Mais grave ainda, e quero aqui também fazer um alerta aos colegas deputados: o STF vai analisar essa questão, embora em processo extinto. Corremos o risco de passar por uma situação tremendamente vexatória não só para Minas Gerais mas para todo o País, num momento em que – estamos vendo – pouco importa o conteúdo do debate e das ideias. Quero aqui advertir que o Estado totalitário se revela e se manifesta de várias formas, tanto da esquerda quanto da direita, muitas vezes na contraposição ou não permitindo que as ideias sejam amplamente debatidas. Precisamos ter cuidado em relação a isso. Corremos o risco de depois nos depararmos, logo ali na frente, seja qual for a decisão que esta Casa adotar, com uma decisão proferida pelo STF. Por que a Mesa, Sr.



Presidente, não pode encaminhar um pedido de prorrogação de prazo junto ao STJ e aguardar essa decisão do Supremo? Temos ciência de que existe o processo, temos ciência de que já está para ser pautado no mês de dezembro. Poderíamos, às vezes, preservar o Legislativo mineiro de uma situação, repito, vexatória logo ali na frente. São essas as minhas considerações.

O deputado Agostinho Patrus Filho – Sr. Presidente, Srs. Deputados, minha fala será breve e rápida. Quero manifestar minha preocupação sobre os fatos ocorridos nesta Casa no dia de ontem. Ontem, infelizmente, vivenciamos aqui um espetáculo grotesco, um espetáculo em que o 1º-secretário tinha a palavra, estava fazendo a leitura de um relatório importante nesse momento e foi interrompido a todo momento por dois deputados, que se dirigiram aos microfones gritando para que o 1º-secretário não pudesse realizar a leitura. Após isso, não satisfeitos em quebrar a harmonia da Casa, não satisfeitos em tumultuar o momento, pegaram objetos, verduras e legumes que foram atirados na Casa e saíram pela Casa a dançar, a levar os legumes até a Mesa da Assembleia Legislativa. Esses dois deputados não representam a grande maioria e a média dos deputados desta Casa. Esta Casa tem em seus parlamentares deputados sérios, que estão aqui a trabalhar, a discutir o assunto, a ouvir o que é dito, a dar ao povo mineiro resposta àquilo que ele deseja. Portanto, quero, em meu nome, presidente, pedir desculpas aos que assistiram a esse espetáculo, assistiram ao que ocorreu nesta Casa no dia de ontem. Tenho certeza de que os demais 75 deputados que assistiram, na sua grande maioria, o palco, o *show* que foi aqui realizado, também não concordam que, em momentos importantes da Casa, objetos atirados sejam levados à Mesa, sejam ridicularizadas as pessoas, como foi ridicularizado o 1º-secretário, que, ao fazer a leitura, teve em seu redor alfaces e objetos atirados. Tenho certeza de que os demais 75 deputados não são desse modelo, não são dessa forma, são homens honestos, trabalhadores e estão aqui para representar o Parlamento. Sei que os dois deputados foram eleitos, portanto os respeito, mas tenho certeza de que aqueles que viram pela televisão o ocorrido e que tiveram aquela imagem como a imagem do Parlamento mineiro sabem que essa não é a imagem dos deputados que aqui estão ou, pelo menos, da grande maioria dos parlamentares que aqui estão; estes querem ouvir as falas, querem ouvir as pessoas, estão dispostos a ouvir o contraditório e trazer as suas palavras e as suas opiniões. Peço desculpas aos telespectadores em nome também dos dois deputados, que, com certeza, atuaram daquela maneira de forma impensada no momento, mas que constrangeram toda a Assembleia Legislativa e constrangeram todos os demais deputados. Muito obrigado.

O deputado Gustavo Valadares – Presidente, quero lhe agradecer, minha questão de ordem não tomará os 5 minutos. Não tocaria no assunto antes que fosse tocado por V. Exa., mas, como V. Exa. já tocou, tivemos uma reunião institucional da Assembleia Legislativa no gabinete do ministro Herman Benjamin, na tarde de ontem, em Brasília, em que eu estava presente conjuntamente com o deputado Bonifácio Mourão, representando o nosso bloco de oposição, além de V. Exa. e do líder do governo. Não tocaria neste assunto se V. Exa. não tocasse; como tocou, já é público, estou fazendo uma ponderação. Tivemos um aceno, mesmo que informal, do gabinete do ministro acerca da quebra do sigilo de todo o processo, no que diz respeito ao mérito dessa questão do governador Fernando Pimentel, a respeito das 6 mil páginas, dos 103 apensos que ainda não nos foram liberados. Estamos todos ansiosos, aguardando oficialmente a decisão do ministro. A minha sugestão – e falo em nome do deputado Bonifácio Mourão, que me pediu para que fizesse essa questão de ordem, e creio que falo em nome dos demais membros da oposição – é que pudéssemos paralisar a contagem do prazo das reuniões de discussão desse processo do governador Pimentel em Plenário até a chegada da decisão oficial do ministro. Essa é a questão de ordem e a ponderação que fazemos. Que paralisássemos a tramitação ou os prazos até que chegasse oficialmente essa decisão do ministro Herman Benjamin. Essa é a questão de ordem proferida por mim, em nome da oposição, a V. Exa. Obrigado.

O presidente – A presidência responde imediatamente a questão de ordem de V. Exa. dizendo que, desde que haja acordo dos líderes, a presidência acatará com muita honra, pois respeita os líderes da Casa. Portanto, se houver entendimento dos líderes, imediatamente a presidência o fará.

O deputado Felipe Attiê – Sr. Presidente, é muito importante a presença do titular da Casa em um processo tão conflituoso e de amplo interesse da sociedade. O Dr. Hely é um grande deputado, mas o cargo dele é de 1º-vice-presidente, com a função de substituí-lo na missão atribuída que V. Exa. tem de presidir a Casa e administrá-la. É imprescindível, para que não ocorram dúvidas,



como ontem a oposição achou que o rito da leitura do 1º-secretário não estava inteligível para os ouvintes da TV e para eles mesmos... E faltou naquele momento uma mudança. A radicalização do processo leva a cenas ridículas, que não cabem aqui. Mas a presença do titular do Poder – e essa titularidade é única e intransferível do presidente, com toda eficiência que tem o vice, com todo o trabalho, respeito e seriedade que tem – em missão tão importante nessas reuniões faz falta. Sr. Presidente, estive com V. Exa. na semana passada e fiz uma recomendação, que repito agora na minha questão de ordem. Quando V. Exa. levantou a questão do segredo de Justiça, dizendo que o próprio deputado Gustavo Corrêa estava insistentemente querendo a quebra do sigilo, eu lhe recomendei que a procuradoria entrasse – não o deputado Sargento Rodrigues, não o deputado Cabo Júlio, ninguém – em contato com o ministro e o consultasse, para que não houvesse nulidades futuras no processo. Eu disse isso a V. Exa. na semana passada. E vejo isso como um problema maior, porque temos também no relatório do deputado Rogério Correia aquilo que o senhor falou que não vai fazer. Vamos supor, se chegar uma nova denúncia de outro processo totalmente diferente do Pimentel, terá de ser submetido à Casa. O deputado Rogério Correia disse que todas as denúncias que vierem a surgir já estarão contempladas, V. Exa. vai assinar de ofício e de plano. Mas V. Exa. me disse que não vai assinar de ofício e de plano, rechaçando denúncia aqui, que vai respeitar a lei. Então, Rogério, está havendo uma falta de coordenação. Isso vai gerando nulidade nos processos. Precisamos acabar com esse negócio e votar. Adiar para quê? Temos de votar. Quem quiser que o Pimentel não seja processado votará com ele; quem quiser que a Justiça siga e ele seja processado votará conosco. Isso vai gerando um desgaste, vai virando uma novela de mau gosto, e o País está sob um clima de instabilidade muito grande. Vejam bem o que aconteceu na Assembleia do Rio de Janeiro. Para mim, Minas Gerais será o Rio daqui a no máximo dois anos, com os funcionários, a Câmara Federal... Estamos caminhando para uma situação em que precisamos de respostas rápidas, porque daqui a alguns dias haverá outro processo da Odebrecht e do Pimentel novamente em discussão e votação. E pode haver um terceiro, quarto, quinto processos. Portanto, precisamos ter um rito aceito pela oposição para evitar a judicialização. Porque há gente esperando esses erros amanhã para falar que o Rogério fez um relatório, não teve acesso aos autos – apenas 600 páginas de 6 mil –, e vão pedir a nulidade no STJ, dizendo que não leram o documento. E voltará tudo para trás e começará tudo de novo. Acho que a Assembleia de Minas foi incumbida dessa função pelo STJ, mas ainda temos uma dúvida, como lembra muito bem o deputado Arnaldo Silva. Precisamos que o STF diga se é ou não nossa função autorizar, pois a palavra final é da Corte constitucional, que vai até validar ou não o nosso artigo, segundo ação do DEM no STF. Então, ficamos perdendo tempo e não andamos. Mas precisamos andar, porque o tempo é exíguo e Minas sofre, ficando ingovernável. Precisamos resolver com firmeza quem quer e quem não quer que o Pimentel seja processado e entregar o resultado disso ao STJ. Muito obrigado.

O deputado João Leite – Obrigado, presidente. Minha questão de ordem está fundada nos seguintes preceitos a serem elucidados: art. 22 c/c art. 83 do Regimento Interno. O deputado que este subscreve, nos temos regimentais, vem apresentar a V. Exa. a seguinte questão de ordem. Na 67ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa, presidida pelo deputado Hely Tarquínio e ocorrida na tarde do dia 16 de novembro, o 1º-secretário, deputado Ulysses Gomes, cumprindo determinação regimental, procedeu à leitura do Parecer sobre Pedido de Autorização Prévia para Instauração de Processo, por Infração Penal Comum, contra o Governador do Estado. É importante dizer que, inicialmente, apresentei a seguinte questão ao presidente: se a leitura deveria ser feita naquele momento, da correspondência, ou no momento dos pareceres. Foi a primeira intervenção que fiz. O segundo ponto da minha questão de ordem é o que se segue. Ocorre, porém, que os cidadãos que assistiam à reunião, com assento nas galerias – e ontem não era apenas assento... O secretário Carlinhos Navarro me diz que essa questão já foi formulada pelo líder Gustavo Corrêa. Aproveito, então, presidente, para fortalecer essa... (– Manifestação das galerias)

O presidente – Peço à galeria que não se manifeste, pois o deputado João Leite está com a palavra. Todos tiveram permissão para estar na Assembleia, mas, por favor, a palavra está com o deputado João Leite e esta presidência pede a todos que se comportem dentro da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Com a palavra, o deputado João Leite.

O deputado João Leite – Bem, o deputado Gustavo Corrêa me alerta que falou de outro assunto. Então, é importante dizer que, ontem, os cidadãos que assistiam à reunião com assento nas galerias – se hoje têm assento, ontem podiam ficar de pé – fizeram



um barulho ensurdecedor, em manifesta contrariedade aos atos do senhor governador. Tão alto foi o volume dos ruídos feitos que a voz do 1º-secretário se perdeu entre eles e, conseqüentemente, a leitura que era feita se tornou inaudível. De início, presidente, sentei-me ao lado do deputado Ulysses Gomes, acompanhando a leitura que ele fazia. Depois tive de descer e percebi que ninguém ouvia mais. Em seis mandatos nesta Casa foi a primeira vez que vi, em primeiro lugar, um documento que pede a abertura de processo contra o governador – nunca vi isso na Assembleia Legislativa ; e, em segundo lugar, um documento ser lido pelo 1º-secretário sem que ninguém ouça o que está sendo lido. E, ontem, o 1º-secretário continuava lendo, ainda que eu insistisse que era meu direito ouvir a leitura. Ele continuava lendo, com alguns deputados o animando a continuar. Atônitos, os deputados presenciaram um fato inédito na Casa e, não fosse trágico, seria cômico, pois relembra uma cena de pastelões patrocinados pelos filmes de *O gordo e o magro*. É que, debaixo de uma saraivada de apupos e vaias ao governador, entre alfices que choviam no Plenário, o 1º-secretário continuou a ler o citado parecer como se nada estivesse acontecendo, e os deputados presentes nada ouviam do que era lido. Alguns se incomodaram com as alfices. Alfice era o codinome da propina que o governador recebia. Isso é que é vergonha. Vergonha é a tropa de choque da PM estar aquartelada na Capela da Assembleia Legislativa. Foi a primeira vez que vi a Polícia Militar entrar armada na Assembleia Legislativa, em seis mandatos. A tropa de choque, a Polícia Militar, a gloriosa Polícia Militar, tem de estar nas ruas dando segurança para a população. A Assembleia Legislativa tem a sua polícia. É inaceitável o que aconteceu. Este deputado, pelo microfone do Plenário, em abordagem direta ao presidente, ao 1º-secretário, junto da Mesa dos trabalhos, solicitou que a leitura fosse interrompida até que a ordem fosse imposta ao ambiente. Em balde, esforços infrutíferos. A persistência do presidente em atender aos reclamos do governador e de sua base na Casa propiciaram a cena que se tornará inesquecível. Afinal, uma leitura que ninguém ouvia, uma balbúrdia que ninguém entendia e o mais completo abandono ao princípio contido na norma procedimental. A leitura de proposição é feita em reunião plenária para que, de seu texto, os deputados tenham conhecimento. Presidente, sei que meu tempo se alongou, vou passar ao senhor, por escrito, mas é inaceitável que não tenhamos ouvido a leitura desse documento tão importante. Isso foi o que eu pedi, Sr. Presidente. Não havia nada combinado com galerias. Tenho saudade daquele tempo do Sind-UTE. O Sind-UTE sumiu, ele sumiu daqui, não há mais aqueles gritos. A publicação do que foi lido é feita para que se dê ao povo de Minas a oportunidade de, pela transparência dos atos praticados no Plenário, também tomar conhecimento do que está sendo apreciado pelos seus representantes. Ora, a publicação do parecer, ocorrida no *Diário do Legislativo* de hoje, é capenga. Publicou-se quando ninguém sabe o que foi lido, dá-se conhecimento ao povo de algo que os deputados não conheceram. E, colaborando com a tese do desconhecimento ensaiado, distribuíram nos gabinetes os avulsos da leitura oculta realizada ontem. Escamotearam a verdade dos fatos; o que é lido sem a ordem regimental não pode ser considerado. Ressalte-se, por oportuno, que a norma procedimental não pode ser cumprida de forma marota ou pela galhofa. Quando o Regimento determina que algo seja lido, parte-se do pressuposto de que os destinatários da mensagem ouvirão o texto lido. Isso porque, a rigor, a audição do que se lê é o fundamento básico para o conhecimento que se espera ter da matéria lida. Sem a competente audição, não haverá entendimento, compreensão ou conhecimento do que foi apresentado. Já termino, Sr. Presidente. Inadmissível, então, que se considere cumprida a disposição contida no Regimento Interno, em seu art. 22, inciso I, “b”. A 2ª Fase (Grande Expediente), das 14h15min às 15h15min, Apresentação de Proposições, da mesma forma não se pode aceitar como cumprida. O que dispõe o art. 83: “Ao presidente, como fiscal da ordem, compete tomar as providências necessárias ao funcionamento normal das reuniões, especialmente: I – fazer observar as leis e este regimento”. Relatados os fatos, espera este deputado que a presidência responda aos seguintes dois quesitos, Sr. Presidente. Primeiro, pela obviedade de que, não tendo o presidente da 67ª Reunião Ordinária agido como fiscal da ordem e comandado a farsa de permitir uma leitura sem que os destinatários da mensagem a ouvissem, não é recomendável que ocorra a nova leitura do parecer sobre pedido de autorização prévia para instauração de processo, por infração penal comum contra o governador do Estado? Segundo, se positiva a resposta ao primeiro quesito, quando se dará, em reunião ordinária desta Casa, a leitura integral do mencionado parecer, e, conseqüentemente, considerando essa data como a do recebimento da proposição pelo Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais? Sala das reuniões, 17 de novembro de 2016. Assina o deputado João Leite. Obrigado, presidente, pela sua paciência, mas eu queria, ao



final, dizer que este deputado em momento algum desrespeitou esta Casa. V. Exa. me conhece, somos companheiros nesta Casa há muitos anos, tenho respeito por esta Casa, tenho respeito por V. Exa., mas não aceito, Sr. Presidente, o que ocorreu ontem. Eu pedia ao presidente da reunião, pois eu tinha o direito de ouvir. É isso que eu gritava. Eu tinha o direito de ouvir, mas não ouvia. Foi o que V. Exa. solicitou aqui agora recentemente: que eu fosse ouvido. Eu queria ouvir o deputado Ulysses Gomes. Mas não o ouvi, e o deputado continuou lendo. Lendo para quem? Então, esse é o apelo que faço. Deste deputado não sairá nunca o desrespeito a esta Casa e aos meus companheiros. Mas tenho saudade do Sind-UTE aqui. Há quanto tempo o Sind-UTE não vem.

O deputado Lafayette de Andrada – Sr. Presidente, serei breve. Estamos começando aqui hoje os debates a respeito da decisão da Assembleia em cima da intimação que o Superior Tribunal de Justiça fez no intuito de que a Assembleia autorize ou não o prosseguimento do processo do governador de Minas Gerais. Quero esclarecer aos deputados e a todos que estão nos acompanhando pela TV Assembleia que a Assembleia não decidirá se o governador é ou não culpado. Não é competência da Assembleia decidir e julgar o mérito do processo. Aliás, o mérito do processo está num caminhão de pastas e documentos com um conjunto probatório feito pela Polícia Federal, que fez o seu inquérito e as investigações. A defesa apresentou argumentações de que vários procedimentos da Polícia Federal são eivados de nulidades. Mas não é esse o mérito da questão que a Assembleia decidirá. Na prática – e é isso que é fundamental –, a Assembleia decidirá tão somente se o governador deverá ser afastado do cargo mesmo sem estar condenado. É isso. O art. 92 da Constituição Mineira fala claramente: “O governador será afastado e suspenso de suas funções tão logo recebido o processo pelo STJ”. No fundo, é isso. Então, o que está causando a polêmica aqui – essa é a grande discussão – é se, baseado num fato que aconteceu num tempo pretérito, numa época em que o governador não era governador – baseado nesse fato, aconteceu uma acusação que está iniciando um julgamento pela Justiça, não há condenação –, pelo simples fato de ter início esse julgamento, o governador deve ou não ser afastado. Essa é a questão. Deputado ou qualquer um de nós, o que está sendo discutido aqui... Apenas de maneira didática: se amanhã alguém resolver processar o deputado Lafayette por algum fato que aconteceu há 10 anos, pelo simples fato de estar sendo processado, ele deve ser afastado do seu mandato, mesmo sem ter sido condenado? Por que está sendo processado? Esse é o fato. É isso que devemos decidir, e a Assembleia decidirá. Não decidiremos aqui o mérito e se o governador é culpado. Não é esta a questão que chegou até nós: se o governador é culpado, se as provas são lícitas ou, como a defesa está dizendo, se as provas são ilícitas. Não é isso que a Assembleia julgará, mas, sim, se o governador, pelo simples fato de estar sendo processado, tem de ser afastado ou se pode continuar no cargo. É isso que será decidido nesses próximos dias. Estamos iniciando agora, neste momento, esse processo. Muito obrigado, Sr. Presidente. Eram essas as minhas palavras.

O deputado Bonifácio Mourão – *Data venia*, o deputado Lafayette de Andrada está completamente enganado. O pior é que ele está falando uma coisa que está suscitando dúvida em todos, e vou provar por que ele está enganado. O art. 92, § 1º, inciso I, da Constituição Mineira, fala que o governador será afastado tão logo recebida a denúncia por crime comum. Agora, o STJ entendeu, por oito votos a seis, que a Assembleia tinha de ser ouvida; isso é uma fase ultrapassada. Não vamos votar aqui se o governador é afastado ou não. O deputado está completamente enganado. Vamos autorizar ou não a abertura do processo contra o governador. Quem decide se ele é afastado ou não é o Judiciário, o STJ, não tenho a menor dúvida. V. Exa. está completamente enganado, e o pior: enganando os outros também. A situação é essa que estou falando. É um despacho interlocutório que vamos dar, é uma decisão. Não vamos julgar se ele é culpado ou inocente – isso ele disse certo. Agora, nesse despacho interlocutório, vamos proferir uma decisão. Para proferir essa decisão, precisamos ter conhecimento das provas. Por isso o Sr. Presidente, deputado Adalclever Lopes, convidou alguns deputados – entre eles, tive a honra de ser convidado, bem como o deputado Gustavo Valadares e o deputado Durval Ângelo – para que fossem com ele ao STJ. Lá fomos recebidos no gabinete do ministro Herman Benjamin, que é o relator, e lá nos foi transmitido, conforme já anunciaram o Sr. Presidente e o deputado Gustavo Valadares, que em 24 horas viria uma resposta a um ofício da presidência da Assembleia entregue ao STJ pedindo esclarecimento sobre a questão do sigilo. O gabinete do ministro afirmou a todos nós que em 24 horas daria a resposta. O núcleo da minha questão de ordem, Sr. Presidente, é o seguinte: dentro do que ponderou o deputado Gustavo Valadares, assim como V. Exa., por uma questão de convivência institucional entre Poderes, entre o Legislativo e o

Judiciário – neste caso, entre a Assembleia Legislativa de Minas Gerais e o STJ –, V. Exa. houve por bem tentar cumprir o prazo de 30 dias estabelecido pelo ministro Herman Benjamin, embora a Assembleia não seja obrigada a cumprir esse prazo, porque um Poder não pode estabelecer prazo para outro Poder. Essa é a verdade, tanto assim é, que no ofício que está aqui em minhas mãos, encaminhado a esta Casa no dia 20 de outubro, o ministro Herman Benjamin requereu à Assembleia, ele não podia determinar de forma nenhuma, porque um Poder não pode determinar a outro. Mas V. Exa. houve por bem, por uma questão de zelo institucional e de relacionamento entre os Poderes, tentar cumprir esse prazo. Em razão disso, vieram vários atropelos, e, de uma forma açodada, o processo está sendo conduzido. Então entendo, Sr. Presidente, que, assim como a Assembleia, para preservar o bom relacionamento com o Judiciário, houve por bem tentar cumprir o prazo de 30 dias, mesmo de uma forma apressada a meu ver, também seria sensato, seria equilibrado que V. Exa. aguardasse, sem ouvir as lideranças – que, a meu ver, a maioria delas já tem uma decisão predeterminada, que a maioria é base de governo –, então, a meu ver, dentro do habitual equilíbrio de V. Exa., seria de bom-senso que se suspendessem todas as reuniões até que viesse a resposta, porque, caso contrário, estaríamos contando as reuniões dentro daquelas três que têm de ser contadas, isto é, não paralisar os debates. Não estamos esperando nada praticamente porque entendemos que, enquanto não vier essa resposta, que é institucional, não poderíamos ficar dando andamento como se está dando. Estão, sempre contando as reuniões. É essa a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

Registro de Presença

O presidente – A presidência registra a presença, nas galerias, de alunos da Faculdade Doctum, do curso de direito, de Caratinga. Muito obrigado. Sejam bem-vindos à Casa, estudantes da minha querida Caratinga.

Correspondência

– O deputado Ulysses Gomes, 1º-secretário, lê a seguinte correspondência:

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 79/2016

PROPONENTES: Rômulo Francisco de Souza Assis (Sind. dos Servid. Públicos do Sistema Socioeducativo de MG (Belo Horizonte)) / Alex Batista Gomes (Sind. dos Servid. Públicos do Sistema Socioeducativo de MG (Belo Horizonte)) / Tiago Wylker Alves Barroso (Subsecretaria Atendimento Medidas Socioeducativas – Seds (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Criar nova ação, com os seguintes atributos:

Nome: Educação Profissional de Segurança Socioeducativa

UE: Sesp

Finalidade: Capacitar, formar, qualificar, atualizar, aperfeiçoar e reforçar os conhecimentos indispensáveis ao agente de segurança socioeducativo, assegurando a sua habilitação para a execução das diversas atividades de segurança socioeducativa e de preservação da ordem pública.

Produto: Agente de segurança socioeducativo capacitado.

Público-alvo: Agentes de segurança socioeducativo do Estado.

Territórios: Multiterritorial

2017: física 5000 e financeira 2.000.000,00;

2018: física 6000 e financeira 2.800.000,00;

2019: física 6500 e financeira 3.000.000,00.

REDE: 4 – Segurança Pública

PROGRAMA: 123 – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA



EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 123 – Educação Profissional de Segurança Pública –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: A proposta visa a garantir a qualificação, treinamento permanente e valorização do agente de segurança socioeducativo para melhorar o atendimento às medidas socioeducativas e promover instruções específicas para diversas situações que envolvem o público-alvo e a segurança pública nos seus vários aspectos.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 80/2016

PROPONENTES: Alex Batista Gomes (Sind. dos Servid. Públicos do Sistema Socioeducativo de MG (Belo Horizonte)) / Rômulo Francisco de Souza Assis (Sind. dos Servid. Públicos do Sistema Socioeducativo de MG (Belo Horizonte)) / Tiago Wylker Alves Barroso (Subsecretaria Atendimento Medidas Socioeducativas – Seds (Belo Horizonte)) / Renato da Silva Adriano (Instituição não informada) / José Maria dos Santos Júnior (Instituição não informada)

PROPOSTA: Proposta 4: Criar nova ação com atributos semelhantes aos da ação 4610, de forma a especificar a formação e qualificação do agente de segurança socioeducativo.

Nome: Formação e capacitação dos agentes de segurança socioeducativos

Finalidade: Realização de ações de formação, aperfeiçoamento, treinamento e capacitação presenciais e à distância dos servidores do sistema socioeducativo, além de cursos integrados e capacitação física e metodológica desse servidor.

Produto: pessoas formadas, capacitadas e treinadas especificamente para atuar no sistema socioeducativo.

Público-alvo : Servidor do sistema socioeducativo.

Regionalização:

Territórios Multiterritorial

2017: física 5000 e financeira 5.000.000,00

2018 física 6000 e financeira 6.000.000,00

2019 física 6500 e financeira 7.000.000,00

Proposta 26: Inclusão, no escopo da Ação 4618, do modelo de policiamento efetivamente comunitário e integrado entre as instituições Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e demais órgãos de defesa social.

REDE: 4 – Segurança Pública

PROGRAMA: 205 – GESTÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 205 – Gestão Integrada de Segurança Pública –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 4: Aumentar recursos para atender com eficácia a formação e qualificação permanente de agentes de segurança socioeducativo para atendimento qualificado às medidas socioeducativas.

Proposta 26: Uniformizar, divulgar e expandir os projetos de polícia comunitária no Estado.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 81/2016

PROPONENTE: Alex Batista Gomes (Sind. dos Servid. Públicos do Sistema Socioeducativo de MG (Belo Horizonte)) / Tiago Wylker Alves Barroso (Subsecretaria Atendimento Medidas Socioeducativas – Seds (Belo Horizonte)) / Rômulo Francisco de Souza Assis (Sind. dos Servid. Públicos do Sistema Socioeducativo de MG (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Proposta 5 – Criar nova ação, com os seguintes atributos:

Nome: Apoio à estruturação e ao aparelhamento de unidades socioeducativas

Unidade responsável: Fundo Penitenciário Estadual

Finalidade: Financiar o funcionamento do sistema socioeducativo do Estado, construção, manutenção, reforma e ampliação de unidades socioeducativas.

Produto: unidade atendida;

Público-alvo: adolescentes autores de atos infracionais atendidos pela Secretaria de Segurança Pública;

Metas: igual à ação 1097

Proposta 6: Alterar a finalidade e o público-alvo da ação 1097:

Finalidade: FINANCIAR O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO, A CONSTRUÇÃO, A MANUTENÇÃO, A REFORMA E A AMPLIAÇÃO DE UNIDADES PRISIONAIS.

Público-alvo: PRESOS SOB CUSTÓDIA DA SEAP.

REDE: 4 – Segurança Pública

PROGRAMA: 87 – PROGRAMA DE APOIO A AMPLIAÇÃO E A MELHORIA DOS SISTEMAS PRISIONAL E SOCIEDUCATIVO

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 87 – Programa de Apoio a Ampliação e a Melhoria dos Sistemas Prisional e Socioeducativo –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: As propostas pretendem desmembrar a Ação 1097 em duas ações, uma específica para o sistema socioeducativo (cria nova ação no Programa 087, objeto da proposta 5) e outra para o sistema prisional (altera finalidade e público-alvo da ação 1097, objeto da proposta 6), para atender a demanda do sistema socioeducativo e as alterações da Lei nº 22.257, de 2016, que estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado e dá outras providências.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 82/2016

PROPONENTE: Marília Jardim de Sousa (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Guilherme Otávio Diniz (Instituição não informada) / Cliford Roza e Silva (Instituição não informada) / Maria das Graças Pereira de Souza (Instituição não informada) / Eleni Andrade de Oliveira (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (Itaúna))

PROPOSTA: Criar nova ação, com os atributos que se seguem.

Nome: Construção de novas unidades Apacs

Finalidade: Ampliar o número de vagas, por meio da construção de novos centros de reintegração social atendidos pela metodologia Apac.

Produto: vaga criada;



Unidade de medida: vaga;

Unidade responsável: Secretaria de Administração Prisional.

Metas para 2017:

Territórios: Norte – Mucuri – Mata – Metropolitano – Médio e Baixo Jequitinhonha.

física: 120 vagas em cada território;

financeira: 6.000.000,00 em cada território.

REDE: 4 – Segurança Pública

PROGRAMA: 208 – INFRAESTRUTURA DO SISTEMA PRISIONAL

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 208 – Infraestrutura do Sistema Prisional –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Essa proposta pretende construir cinco novos centros de reintegração social atendidos pela metodologia Apac, nos Municípios de Montes Claros, Teófilo Otoni, Juiz de Fora, Belo Horizonte e Araçuaí, uma vez que nesses municípios já existem Apacs constituídas juridicamente, porém sem estrutura física para recebimento de presos. Assim, serão criadas 600 novas vagas no Estado.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 83/2016

PROPONENTES: Claudia Valéria Fonseca Andrade (Promotoria de Justiça Infância e Juventude – MPMG (Belo Horizonte)) / Maria das Graças Fonseca Cruz (Instituição não informada) / Selmara Mamede Simões Ferreira (23ª Promotoria de Justiça – Setor Téc Fisc Med Socioe – MPMG (Belo Horizonte)) / Gislande Maria de Oliveira (Instituição não informada) / Isabel de Castro Ferreira (Ministério Público – CAO SAÚDE (Belo Horizonte)) / Rodrigo dos Santos França (Assoc. Profissionalizante do Menor de BH – Assprom (Belo Horizonte)) / Marcio Caldeira (Instituição não informada) / Consolação Cifani da Conceição (Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS (Belo Horizonte)) / Leonardo Lobato Martins Costa (Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS (Belo Horizonte)) / Catia Regina de Sales Gomes (Colegiado Gestores Municipais de Assist. Social MG – Cogemas (Belo Horizonte)) / Nilce Heloísa Campos de Araújo (SEDESE – Disque Direitos Humanos (Belo Horizonte)) / Helen Cristina Patrício de Novais (Ponto Livre Gestão de Empreendimentos Criativos (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Proposta 8: Alterar a regionalização e aumentar meta financeira da Ação 1127:

Territórios: Alto Jequitinhonha – Caparaó – Central – Médio e Baixo Jequitinhonha – Metropolitano – Mucuri – Sudoeste;

Meta financeira para 2017: distribuir 1.750.000,00 (total) para os sete territórios.

Proposta 9: CRIAR NOVA AÇÃO. Nome: Expansão de Unidades de Semiliberdade;

Finalidade: Capilarizar e regionalizar o serviço/unidade de execução da medida socioeducativa de semiliberdade;

Unidade responsável: Secretaria de Segurança Pública;

Produto: município atendido;

Unidade de medida: município;

Público-alvo: adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade;



Territórios: Uberlândia – Contagem – Sete Lagoas – Montes Claros – Teófilo Otoni – Uberaba – Ipatinga – Patrocínio – Patos de Minas – Ribeirão das Neves – Divinópolis – Pirapora – Unaí – Betim – Tupaciguara – Passos;

Meta física: uma unidade para cada município;

Meta financeira: 19.760.000,00 (total);

Cronograma de implantação trimestral (abril, junho, agosto)

Proposta 10: CRIAR NOVA AÇÃO. Nome: Manutenção e reforma de centros socioeducativos;

Unidade responsável: Secretaria de Segurança Pública;

Finalidade: Garantir estrutura física adequada para o atendimento ao adolescente em cumprimento de medida de internação;

Produto: unidade atendida;

Público-alvo: adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação, internação provisória e internação-sanção;

Metas:

física: 24 unidades distribuídas nos territórios que possuem centros socioeducativos;

financeira: 5.100.000,00 (total) distribuídos pelas 24 unidades.

Proposta 177: Ação 4596:

1) Alterar a meta financeira em 2017 para R\$ 1.450.000,00 (acréscimo de R\$ 1.000.000,00).

2) Alterar a meta física para 69 municípios (acréscimo de 47) em 2017.

REDE: 4 – Segurança Pública

PROGRAMA: 204 – ROMPIMENTO DA TRAJETÓRIA INFRACIONAL DOS ADOLESCENTES DO ESTADO

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 204 – Rompimento da Trajetória Infracional dos Adolescentes do Estado –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 8: A proposta pretende ampliar recursos para expansão de unidades socioeducativas, especificamente unidades de internação, internação provisória e internação-sanção, de acordo com as metas do Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo.

Proposta 10: Os centros de internação são espaços de uso intenso por centenas de indivíduos, tanto servidores, quanto internos, de forma que os espaços devem ser limpos e mantidos em boas condições de uso. Sendo uma questão de saúde pública, torna-se necessário que o orçamento tenha previsão de recursos para reparos nas redes elétricas, hidráulicas e de esgoto, sem prejuízo dos recursos necessários aos projetos de reformas e ampliação das unidades.

Proposta 177: Existem em Minas Gerais 219 Creas que possuem o serviço de Medida Socioeducativa LA e PSC, porém apenas 101 recebem o cofinanciamento federal. Além disso, 423 municípios que não possuem Creas fazem o encaminhamento dos adolescentes em cumprimento de medida em meio aberto para o Cras. Outros 200 municípios apontam possuir demanda e realizar o atendimento fora da política de assistência social, por não possuir Creas nem cofinanciamento.

Existem no Estado cerca de 13.468 adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto, sendo estes 5.295 em LA e 7.919 em PSC.



Esses dados apontam para a dimensão, complexidade e necessidade de aprimoramento da oferta desse serviço em MG. A partir da reforma administrativa a Sedese assume a competência pela gestão desse serviço e, junto com ela, a responsabilidade pela qualificação e expansão das ofertas. Para que isso seja possível, é necessário o maior aporte de recursos e sua expansão ao longo dos anos.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 84/2016

PROPONENTES: Rodrigo Alencar Lopes de Miranda (Gabinete Militar do Governador do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Glayson Nunes (Instituição não informada) / Maria da Glória Kubitschek Guedes (Instituição não informada)

PROPOSTA: Aumentar a meta financeira da ação 4329 em 14.000.000,00.

REDE: 4 – Segurança Pública

PROGRAMA: 80 – PROMOÇÃO DE DEFESA CIVIL

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 80 – Promoção de Defesa Civil –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: A proposta pretende dotar as unidades do CBMMG de tecnologias de rádio comunicação digital, conforme exigências da Anatel, a fim de garantir a capilaridade dos serviços.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 85/2016

PROPONENTES: Rodrigo Alencar Lopes de Miranda (Gabinete Militar do Governador do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Glayson Nunes (Instituição não informada) / Maria da Glória Kubitschek Guedes (Instituição não informada)

PROPOSTA: Aumentar meta financeira da ação 2417, de forma a garantir a realização de concurso público para contratação de 1.500 bombeiros para atendimento aos municípios que não possuem quartéis do CBMMG e a recomposição de aposentadoria.

REDE: 70 – Especial

PROGRAMA: 701 – APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 701 – Apoio à Administração Pública –, no âmbito da Ação 2417 – Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais –, do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: A lei de efetivo já prevê as vagas, sendo necessária autorização para realização do concurso público. Há muitos municípios de grande e médio porte que não contam com a presença da corporação, que está presente em apenas 63 dos 853 municípios mineiros.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 86/2016

PROPONENTES: Letícia Baptista Gamboge Reis (Chefia da Polícia Civil (Belo Horizonte)) / Carolina Bechelany Batista da Silva (Chefia da Polícia Civil (Belo Horizonte)) / Evandro Ferreira de Assis (Chefia da Polícia Civil (Belo Horizonte)) / Daiana Silva Caetano (Chefia da Polícia Civil (Belo Horizonte)) / Kelly Regina de Souza Garcia (Chefia da Polícia Civil (Belo Horizonte)) / Sônia Maria Gualberto (Chefia da Polícia Civil (Belo Horizonte)) / Maria Neusa Costa (Associação Cultural José Martí (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Aumentar metas física e financeira da ação 2053, com acréscimo de 266 viaturas caracterizadas e de R\$9.380.479,40, para RMBH e interior do Estado.

REDE: 4 – Segurança Pública

PROGRAMA: 4 – INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DA POLÍCIA CIVIL

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 4 – Infraestrutura e Logística da Polícia Civil –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: A proposta objetiva locar mais viaturas caracterizadas visando ao aumento da atividade operacional, de forma a atender a RMBH e o interior do Estado.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 87/2016

PROPONENTES: Maria da Glória Kubitschek Guedes (Instituição não informada) / Glayson Nunes (Instituição não informada) / Rafael de Figueiredo Barbosa (Gabinete Militar do Governador do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Alexandre Barbosa (Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG (Belo Horizonte)) / Rosa do Menino de Jesus (Instituição não informada) / Junior José da Silva (Instituição não informada) / Rodrigo Alencar Lopes de Miranda (Gabinete Militar do Governador do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Marcelo Xavier Ramos (Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Proposta 14: Aumentar meta financeira da ação 4055 em R\$10.000.000,00.

Proposta 15: Aumentar meta financeira da ação 4665 em R\$10.000.000,00.

Proposta 16: Aumentar meta financeira da Ação 4287 – Bombeiros nas Escolas – em R\$10.000.000,00.

Proposta 50: Garantir a previsão de 6 milhões e 25 mil reais na Ação 4055, para estruturação de mais 40 Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil, no ano de 2017, por meio de concurso público de projeto, conforme previsto, no programa Minas Mais Resiliente em 2016, com investimento de capital.

REDE: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 29 – MINAS MAIS RESILIENTE

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 29 – Minas Mais Resiliente –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Propostas 14, 15 e 16: Aumentar os investimentos para ampliação do atendimento do sistema de proteção e defesa civil, a fim de reduzir os riscos de desastres naturais (seca e chuvas) e tecnológicos.

Proposta 50: No ano de 2016, foi inaugurado um Programa de Estado (Programa 029 – Minas Mias Resiliente) voltado a implementar a política internacional da ONU para a redução de riscos de desastres, naturais ou tecnológicos. A magnitude dos impactos causado pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, torna notória a importância e a urgência da manutenção de projetos efetivos contra esse tipo de evento que acometeu à sociedade mineira sofrimento imensurável, que guardaremos eternamente. O Programa se volta à ações de combate à seca, excesso de chuva no período chuvoso e desastres tecnológicos, como o rompimento de barragens de rejeitos da mineração.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 88/2016

PROPONENTES: Hugo e Silva (Chefia da Polícia Civil (Belo Horizonte)) / Juliano Gualberto Garcia Campos (Instituição não informada) / Evaldo Pinheiro Amaral (Chefia da Polícia Civil (Belo Horizonte)) / Antonio Magela Machado Júnior (Chefia da Polícia Civil (Belo Horizonte)) / Felipe Lopes Vieira Vasconcelos (Instituição não informada) / Guilherme da Costa Oliveira Santos (Chefia da Polícia Civil (Belo Horizonte)) / Sônia Fátima Santos Freitas (Instituição não informada) / Leonardo Fernando Lage (Instituição não informada)

PROPOSTA: Aumentar meta financeira da ação 4299 em R\$1.000.000,00, de forma a implementar prova WEB no Estado e adquirir mobiliário e equipamentos de informática.

REDE: 4 – Segurança Pública

PROGRAMA: 11 – GESTÃO DE TRÂNSITO

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 11 – Gestão de Trânsito –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: A implementação de prova web contribui para o aumento da segurança, eficiência e transparência no processo de habilitação; da acessibilidade, oportunizando maior comodidade para a sociedade; bem como para a reestruturação das delegacias regionais de trânsito, reduzindo custos e insumos.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 89/2016

PROPONENTES: Talita Fernanda de Sousa Oliveira (Faculdade de Direito – UFMG (Belo Horizonte)) / Ricardo Soares de Moraes (Instituição não informada) / Francisco Roque da Rocha (Instituição não informada) / Amaury Mudesto Brum (Instituição não informada) / Rodrigo Renault (Instituição não informada) / Joao Gualberto Candido (Instituição não informada) / Leonardo Silva Oliveira (Instituição não informada) / Natália Jacqueline de Almeida Magalhães (Instituição não informada) / Ana Paula de Queiros Costa (Instituição não informada) / Marcos Hanashiro e Silva (Instituição não informada) / Glauber Pinheiro de Andrade (Instituição não informada) / Fábio Henrique de Azevedo (Instituição não informada) / Danielle Cristine Santos Viana (Instituição não informada) / Magno Henrique Franco Amor (Instituição não informada) / Vanessa Aparecida Rodrigues (Instituição não informada) / Sílvia Maria de Almeida Ferreira Campos (Instituição não informada) / Thiago do Nascimento Alves (Instituição não informada) / Letícia Baptista Gamboge Reis (Chefia da Polícia Civil (Belo Horizonte)) / Carolina Bechelany Batista da Silva (Chefia da Polícia Civil (Belo Horizonte)) / Evandro Ferreira de Assis (Chefia da Polícia Civil (Belo Horizonte)) / Daiana Silva Caetano (Chefia da



Polícia Civil (Belo Horizonte)) / Kelly Regina de Souza Garcia (Chefia da Polícia Civil (Belo Horizonte)) / Sônia Maria Gualberto (Chefia da Polícia Civil (Belo Horizonte)) / Maria Neusa Costa (Associação Cultural José Martí (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Proposta 18: Criar nova ação para nomeação de novos servidores:

Nome: Aproveitamento dos aprovados em concurso público das carreiras de investigador de polícia e perito criminal;

Unidade responsável: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais;

Finalidade: Promover a nomeação dos aprovados no concurso público vigente de investigador de polícia e perito criminal.

Produto: servidor nomeado;

Público-alvo: sociedade mineira;

Metas para 2017:

física: 1341 investigadores de polícia e 76 peritos criminais;

financeira: R\$81.608.727,42 para investigador de polícia e R\$10.152.384,00 para perito criminal.

Proposta 19: Aumentar meta financeira da ação 2023 em R\$800.000,00 nos anos 2017 e 2018 para criação do Núcleo de Atendimento Biopsicossocial.

REDE: 4 – Segurança Pública

PROGRAMA: 6 – VALORIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR DA POLÍCIA CIVIL

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 6 – Valorização e Capacitação do Servidor da Polícia Civil –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 18: O Requerimento nº 3264/2015, resultante da PLE nº 34/2015, solicitou o cronograma de nomeação de novos servidores para a corporação, e o Requerimento nº 3143/2015, solicitou providências para a nomeação e posse de 2.472 investigadores de polícia, 180 peritos e 64 médicos-legistas e o aumento do efetivo de delegados e escrivães da Polícia Civil, a fim de recompor o efetivo, com prioridade para os municípios com maior índice de criminalidade. Como as solicitações não foram contempladas, a proposta sugere criação de nova ação.

Proposta 19: A proposta pretende aprimorar a assistência biopsicossocial, médica e odontológica dos servidores da polícia civil, por meio da adequação de infraestrutura (reforma do imóvel da av. Barbacena, 473, Barro Preto) e aquisição de equipamentos.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 90/2016

PROPONENTES: Letícia Baptista Gamboge Reis (Chefia da Polícia Civil (Belo Horizonte)) / Evaldo Pinheiro Amaral (Chefia da Polícia Civil (Belo Horizonte)) / Fernando Dias da Silva (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Antonio Magela Machado Júnior (Chefia da Polícia Civil (Belo Horizonte)) / Bráulio Renato de Oliveira e Silva (Instituição não informada) / Evandro Ferreira de Assis (Chefia da Polícia Civil (Belo Horizonte)) / Felipe Lopes Vieira Vasconcelos (Instituição não informada) / Luci Elizabeth Carrelho de Castro (Instituição não informada) / Leonardo Fernando Lage (Instituição não informada)

PROPOSTA: Proposta 20: Aumentar meta financeira da ação 4003 para aquisição de equipamentos de atendimento às vítimas de violência sexual (exame pericial) em R\$1.500.000,00 em 2017 e R\$1.500.000,00 em 2018.



Proposta 21: Aumentar meta financeira na ação 4005 para aquisição de equipamentos como câmeras fotográficas, tablets, gravadores e outros em R\$1.500.000,00 em 2017 e R\$1.500.000,00 em 2018.

Proposta 22: Aumentar meta financeira da ação 4006 para aquisição de equipamentos para digitalização das fichas onomásticas (Instituto de Identificação) em R\$1.500.000,00 em 2017 e R\$1.500.000,00 em 2018.

REDE: 4 – Segurança Pública

PROGRAMA: 3 – GESTÃO ESTRATÉGICA DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 3 – Gestão Estratégica da Investigação Criminal –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: A proposta objetiva proporcionar melhorias à investigação criminal, por meio de aquisição de equipamentos de tecnologia e informática.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 91/2016

PROPONENTES: Alexander Daniel Pereira (Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG (Belo Horizonte)) / Junior José da Silva (Instituição não informada) / Lourenço de Souza Silva (Associação dos Moradores do Chacreamento Fateiro (Sabará)) / Marcos Antônio Dias (Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG (Belo Horizonte)) / Flávia Augusto Gomes (Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG (Belo Horizonte)) / Sander Lennon Coelho (Instituição não informada)

PROPOSTA: Proposta 23: Recomposição do efetivo da Polícia Militar de Minas Gerais.

Proposta 24: Otimização das ações e operações preventivas, com foco nos assaltos a ônibus coletivos e criação de indicadores desses assaltos na RMBH.

Proposta 25: Criar nova ação:

Nome: Reestruturação do Centro Integrado de Atendimento e Despacho – Ciad – do Estado.

Unidade responsável: multissetorial (órgãos do sistema de segurança pública);

Finalidade: Reestruturar o Ciad por meio da modernização de unidade predial e infraestrutura tecnológica de processos e de recursos humanos.

Produto: Ciad reestruturado;

Público-alvo: população do Estado;

Território: Multiterritorial;

Meta física: 01 para 2017;

Meta financeira: R\$100.000.000,00 para 2017

REDE: 4 – Segurança Pública

PROGRAMA: 110 – POLÍCIA OSTENSIVA

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 110 – Polícia Ostensiva –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 92/2016

PROPONENTES: Cristiane Fernanda Zeferino Martins (Instituição não informada) / Maria Rosa Gonçalves dos Santos (Instituição não informada) / Hellen CairesTeixeira Brandão (Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPMG (Belo Horizonte)) / Diana de Lima Prata Camargos (Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPMG (Belo Horizonte)) / Marília Gonçalves Andrade de Oliveira (Associação dos Moradores do Bairro Veneza – ASMOVE (Ribeirão das Neves)) / Delor Celestino da Costa Júnior (Centro de Prevenção à Criminalidade – CPC Jardim Felicidade (Belo Horizonte)) / Teobaldo José Cândido (Instituição não informada) / Marice Ceres de Sousa (Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania – IJUCI (Belo Horizonte)) / Agnaldo Martins da Silva (Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania – IJUCI (Belo Horizonte)) / Antônio Soares Ruas (Instituição não informada) / Deise Tathiane dos Santos (Instituição não informada) / Cláudia Elizia Ferreira dos Santos (Instituição não informada) / Igor Yagelovic (Sind. dos Trab. do Poder Judic. Fed. e Minist. Púb. da União (Belo Horizonte)) / Tatiana Falconi Fontoura Diniz (Instituição não informada) / Márcio Paulo dos Santos (Instituição não informada) / Geraldo Paulo Ribeiro de Souza (Instituição não informada) / Romário Pereira dos Santos (Instituição não informada) / David Valadares (Programa Fica Vivo! (Belo Horizonte)) / Rosilaine Teodora da Silva (Instituição não informada) / Cíntia Ribeiro Moraes (Programa Fica Vivo! (Belo Horizonte)) / David Ricardo Melo Pereira (Instituição não informada) / Robert Morubixaba de Oliveira (Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania – IJUCI (Belo Horizonte)) / Marcos Antônio Souza (Programa Fica Vivo! (Belo Horizonte)) / Simone Marques de Moura (Programa Fica Vivo! (Belo Horizonte)) / Roxanne Mussolini Pimentel (Programa Fica Vivo! (Belo Horizonte)) / Renata Gomes da Silva (Programa Fica Vivo! (Belo Horizonte)) / Sandro Alves Patrocínio (Programa Fica Vivo! (Belo Horizonte)) / Mariana Cristina Soares (Instituição não informada) / Ronaldo Rodrigues Matos (Programa Fica Vivo! (Belo Horizonte)) / David Emanuel Nunes da Silva (Programa Fica Vivo! (Belo Horizonte)) / Humberto Antonio da Silva (Instituição não informada) / Amanda Taiza Gonçalves Santos (Instituição não informada)

PROPOSTA: 1) Aumento da meta financeira da ação 4579 de R\$30.806.911,00 (previsão para 2017) para R\$33.724.911,00 por ano, para execução das seguintes ações no Programa Fica Vivo!:

– Projetos Olimpíadas do Fica Vivo!; Projetos Culturais (mostras de grafite, teatro, dança) e Projetos de circulação, considerando que os projetos do programa são fundamentais para a circulação dos jovens, promovendo acesso à cidade, integração e fortalecimento dos vínculos entre os jovens, discussão sobre a cultura da paz, reflexão sobre as trajetórias dos jovens e comunidade e envolvimento com a criminalidade;

– Ampliação de oficinas, uma vez que elas são a principal forma de atendimento do programa e uma importante forma de entrada para outros atendimentos;

– Implementar verba mensal de transporte para os jovens e as equipes dos Centros de Prevenção à Criminalidade, para que eles possam circular pela comunidade e outros espaços da cidade;

2) Inclusão na ação 4579 das seguintes finalidades e aporte de recursos de R\$1.300.000,00:

– Investir na qualificação das ações de prevenção social à criminalidade, especialmente: na ampliação e expansão das equipes técnicas dos programas Mediação de Conflitos, Ceapa e Presp; destinação de recursos para os projetos de prevenção social à criminalidade e enfrentamento da violência contra a mulher e para projetos de execução de alternativas penais de acordo com o delito cometido; incrementar ações de promoção à participação social na prevenção à criminalidade e projetos de escolarização, qualificação profissional de egressos e grupos reflexivos.

– Destinação de R\$300.000,00 por ano para projetos comunitários de atendimento ao público das alternativas penais e egressos do sistema prisional, desenvolvidos por instituições sociais sem fins lucrativos, de forma a contribuir em ações alternativas à prisão dos indivíduos e de inclusão de egressos do sistema prisional; e destinação do mesmo valor para formação de lideranças comunitárias como mediadores no enfrentamento e prevenção à violência e criminalidade.

3) Realização de ações de formação, aperfeiçoamento, treinamento, capacitação para gestores sociais, analistas sociais, lideranças comunitárias, oficinairos do Programa Fica Vivo! e jovens multiplicadores voltadas para mediação de conflitos, direitos humanos, segurança pública cidadã, violência contra a mulher, racismo e juventude nos 32 territórios atendidos pela política de prevenção social à criminalidade. Aporte de recursos de R\$420.000,00 para 2017 (março a dezembro).

Público-alvo: gestores sociais, analistas sociais, lideranças comunitárias, oficinairos e jovens multiplicadores do Programa Fica Vivo!.

REDE: 4 – Segurança Pública

PROGRAMA: 203 – PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 203 – Prevenção Social à Criminalidade –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: 1) A proposta pretende contribuir para a redução do genocídio da juventude negra, por meio de ações, intervenções e projetos locais de prevenção e controle de homicídios, promovidos pelo Programa Fica Vivo! Atualmente, o programa está presente em 201 territórios, atendendo em média 10.400 jovens mensalmente. Mesmo diante de um cenário de agravamento da criminalidade violenta e do genocídio da juventude negra, não houve ampliação do número de oficinas no último termo de parceria. E para execução dessas ações, é necessário ampliação de recursos.

2) A proposta tem como finalidades: ampliar o acesso das comunidades aos serviços e iniciativas da política de prevenção; incentivar maior participação das comunidades nas ações de segurança pública, na perspectiva da segurança cidadã; facilitar e disseminar a cultura de paz e intervenções em processos de criminalização dos indivíduos, ampliando a sensação de segurança das pessoas.

3) Instrumentalização das equipes e comunidades para que se tornem protagonistas de ações de prevenção à criminalidade em territórios com alto índice de homicídios.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 93/2016

PROPONENTES: Cristiane Fernanda Zeferino Martins (Instituição não informada) / Maria Rosa Gonçalves dos Santos (Instituição não informada) / Hellen Caires Teixeira Brandão (Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPMG (Belo Horizonte)) / Diana de Lima Prata Camargos (Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPMG (Belo Horizonte)) / Marília Gonçalves Andrade de Oliveira (Associação dos Moradores do Bairro Veneza – ASMOVE (Ribeirão das Neves)) / Delor Celestino da Costa Júnior (Centro de Prevenção à Criminalidade – CPC Jardim Felicidade (Belo Horizonte)) / Teobaldo José Cândido (Instituição não informada)

PROPOSTA: Alterar atributos da ação 2068:

Nome: Estruturação da Escola Superior da Defensoria Pública para CAPACITAÇÃO DE MEMBROS E SERVIDORES, bem como a população assistida.



Finalidade: Estruturar a Escola Superior da Defensoria Pública e promover capacitações para o público interno e cidadãos.

Público-alvo: membros da Defensoria, servidores e população.

Meta física: 1.000 capacitados;

Meta financeira: R\$500.000,00 (total), sendo R\$300.000,00 (custeio) e R\$200.000,00 (capital).

REDE: 70 – Especial

PROGRAMA: 726 – ACESSO À JUSTIÇA

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 726 – Acesso à Justiça –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Diante da necessidade de expansão da Defensoria Pública, que está apenas em 1/3 das Comarcas do Estado, faz-se necessário que o órgão promova a educação em direitos para expandir o conhecimento e possibilitar que o público-alvo seja empoderado. A destinação de recursos para estrutura a Escola da Defensoria possibilitará ações como capacitação de líderes comunitários, de membros e servidores do órgão, atendimentos itinerantes e informações durante espera do atendimento.

Benefícios esperados: melhoria na prestação dos serviços da Defensoria Pública; difusão do conhecimento com empoderamento do público assistido de forma que possam se tornar protagonistas na solução dos conflitos dentro do seu seio social.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 94/2016

PROponentes: Idalino Firmino dos Santos (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola Amefá (Belo Horizonte)) / Ismael Carlos da Silva (Assoc. Reg. Escola Família Agríc. Margarida Alves (Simonésia)) / Marcela Barros Chaves (Associação da Escola Família Agrícola de Jacaré (Itinga)) / Rosa Croccoli de Oliveira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola Amefá (Belo Horizonte)) / Manuela Pereira de Almeida Pinto (Assoc. Min. Escolas Famílias Agrícolas Serra do Brigadeiro (Ervália)) / Ricardo Ferreira Vital (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola Amefá (Belo Horizonte)) / Guilherme Gonçalves Teixeira (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais Fetaemg (Belo Horizonte)) / José Carlos Lopes Pereira (Associação Escola Família Agrícola Oeste do Mucuri (Malacacheta)) / Lais Rocha Pereira (Associação Min. das Escolas Famílias Agrícolas de Cruzília (Cruzília)) / Monica Rodrigues Teixeira (Escola Família Agrícola Vida Comunitária (Comercinho)) / Patrícia Delgado Marins Coelho (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola Amefá (Belo Horizonte)) / Julio Cesar de Almeida Pacheco (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola Amefá (Belo Horizonte)) / Jesus Rosário Araújo (Federação das Comunidades Quilombolas de MG N'Golo (Contagem)) / Maria Rosânia Lopes Duarte (Escola Família Agrícola Puris de Araponga (Araponga)) / Ivanete Macedo de Freitas (Escola Família Agrícola Puris de Araponga (Araponga)) / Ernandes da Silva Gomes (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais Fetaemg (Belo Horizonte)) / Alicia Alves Cardoso (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais Fetaemg (Belo Horizonte)) / Sônia Maria de Souza Prata (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais Fetaemg (Belo Horizonte))

PROPOSTA:

Proposta 29: Aumentar a meta física e financeira da Ação 4141:

Financeira: R\$1.000.000,00

Física: 10

Proposta 30: Aumentar meta física e financeira da Ação 2034:

Financeira: R\$ 1.000.000,00

Física: 10

Proposta 31: Aumentar meta física e financeira da Ação 4209:

Financeira: R\$ 510.000,00

Física: 17

Proposta 32: INCLUIR AÇÃO NOVA

Nome: ATER para a transição Agroecológica

Finalidade: Apoiar a sucessão juvenil no campo através da contratação de entidades organizativas dos egressos das EFAs que sejam credeciadas no serviço da ATER.

Unidade: Jovem

Território: Noroeste, Caparaó, Mata, Vertente, Sul, Norte, Baixo e Médio Jequitinhonha, Mucuri e Alto Jequitinhonha

Meta Física: 100

Meta Financeira: R\$ 1.560.000,00

Proposta 39: INCLUIR AÇÃO NOVA

Nome da Ação: Apoio aos Projetos Profissionais dos Jovens Egressos das Escolas Famílias Agrícolas – EFAs.

Unidade Responsável: SEDA

Finalidade: fomentar e financiar os projetos profissionais dos jovens egressos das Escolas Famílias Agrícolas, com objetivo de fornecer alternativas para sua permanência no campo, promovendo assim a sucessão rural.

Produto: Projeto Atendido

Público-Alvo: Jovens egressos das Escolas Famílias Agrícolas.

Unidade de Medida: Unidade

Territórios, Metas físicas e financeiras para 2017 (Repetir as mesmas metas para os outros anos):

Noroeste 30 R\$240.000,00

Caparaó 120 R\$960.000,00

Vertentes 30 R\$240.000,00

Sul 30 R\$240.000,00

Norte 60 R\$480.000,00

Médio e Baixo Jequitinhonha 120 R\$960.000,00

Mucuri 60 R\$480.000,00

Alto Jequitinhonha 30 R\$240.000,00

Total 480 R\$3.840.000,00

Proposta 48: INCLUIR AÇÃO NOVA

Unidade Responsável: SEDA

Nome da Ação: Formação social, ambiental e profissional de jovens técnicos para a promoção da Agroecologia.

Finalidade: promover encontros para a formação de profissionais qualificados para o desenvolvimento de unidades produtivas agroecológicas em propriedades familiares.

Unidade de Medida: Evento



Territórios, metas físicas e financeiras para 2017 (repetir metas para os outros anos):

Norte 2 R\$70.000,00

Noroeste – 1 R\$50.000,00

Médio e Baixo Jequitinhonha: 4 R\$140.000,00

Sul 1 R\$50.000,00

Alto Jequitinhonha 1 R\$50.000,00

Mucuri 2 R\$70.000,00

Caparaó 4 R\$140.000,00

Vertente 1 R\$50.000,00

Total 16 R\$620.000,00

Proposta 55: Alteração de Ação 4257

Acréscimo na finalidade, após "(PCTS)" e ao final:

FINALIDADE: APOIAR E FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS (PCTS), quilombolas e indígenas, COM O OBJETIVO DE SUPERAR A POBREZA NO MEIO RURAL E URBANO DESSES GRUPOS, CONTRIBUINDO, POR MEIO DO INCENTIVO À UTILIZAÇÃO DE INICIATIVAS COLETIVAS, PARA O ACESSO À TERRA, A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, A AGREGAÇÃO DE VALOR E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DOS PCTS E A VALORIZAÇÃO IDENTITÁRIA E CULTURAL DESTES POVOS, por meio de contratação de antropólogos e convênios com universidades para elaboração de RTID Relatório Técnico de Identificação e Delimitação.

Meta financeira: alterar a meta financeira de R\$100.000,00 para R\$500.000,00, em todos os anos.

Proposta 58: INCLUIR AÇÃO NOVA

Nome: Realização de estudos sobre as tecnologias sociais dos agricultores familiares

Finalidade: Apoio a jovens técnicos egressos de Escolas Famílias Agrícolas para realização de levantamentos de tecnologias sociais da agricultura familiar e valorização da troca de experiências e saberes populares.

Unidade: evento/pesquisa

Territórios, metas físicas e financeiras para 2017 e metas financeiras para 2018, 2019 e 2020:

Noroeste (2017) 1 R\$10.000,00; (2018) R\$10.000,00; (2019) R\$50.000,00; (2020) R\$50.000,00

Caparaó (2017) 6 R\$60.000,00; (2018) R\$60.000,00; (2019) R\$300.000,00; (2020) R\$300.000,00

Mata (2017) 1 R\$10.000,00; (2018) R\$10.000,00; (2019) R\$50.000,00; (2020) R\$50.000,00

Vertentes (2017) 1 R\$10.000,00; (2018) R\$10.000,00; (2019) R\$50.000,00; (2020) R\$50.000,00

Sul (2017) 1 R\$10.000,00; (2018) R\$10.000,00; (2019) R\$50.000,00; (2020) R\$50.000,00

Norte (2017) 2 R\$20.000,00; (2018) R\$20.000,00; (2019) R\$100.000,00; (2020) R\$100.000,00

Médio e B. Jeq. (2017) 6 R\$60.000,00; (2018) R\$60.000,00; (2019) R\$300.000,00; (2020) R\$300.000,00

Mucuri (2017) 2 R\$20.000,00; (2018) R\$20.000,00; (2019) R\$100.000,00; (2020) R\$100.000,00

Alto Jequit. (2017) 1 R\$10.000,00; (2018) R\$10.000,00; (2019) R\$50.000,00; (2020) R\$50.000,00

total: (2017) 21 R\$210.000,00; (2018) R\$210.000,00; (2019) R\$1.050.000,00 (2020) R\$1.050.000,00

Proposta 65: Alterar Finalidade e aumentar metas física e financeira da Ação 2034



FINALIDADE: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR, COM FOCO NO FOMENTO à regularização e à melhoria da gestão nas AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES E NA MELHORIA DA INFRAESTRUTURA, AMPLIANDO A PARCELA DA CADEIA APROPRIADA PELO PRODUTOR E REDUZINDO A DISTÂNCIA E OS INTERMEDIADORES ENTRE AGRICULTORES E CONSUMIDORES.

Meta financeira: de R\$ 500.000,00 para R\$ 1.000.000,00 sendo 30% para custeio e 70% para investimento, por ano.

Meta física: de 5 projetos para 20 projetos, por ano.

Proposta 66: Aumentar metas física e financeira da Ação 4141

Financeira: de R\$ 150.000,00 para R\$ 600.000,00.

Física: de 5 eventos para 20 eventos

Proposta 67: INCLUIR AÇÃO NOVA

Nome da Ação: ATER para a agroindústria familiar

Finalidade: Elaboração e detalhamento de projetos para agroindústrias de pequeno porte para projeto de engenharia, memorial econômico, sanitário, prospecção dos equipamentos e estudo de viabilidade econômica.

Meta financeira: R\$ 875.000,00 para cada ano (de 2017 a 2020)

Meta física: 25 projetos para cada ano (de 2017 a 2020)

Proposta 68: INCLUIR AÇÃO NOVA:

Agriminas (Restauração da ação 4201)

Unidade Responsável: Secretaria de desenvolvimento agrário

Finalidade: Apoio a realização da Agriminas Feira de Agricultura famílias de Minas Gerais

Produto: evento realizado

Unidade de medida: unidade

Público-Alvo: agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos tradicionais, jovens e mulheres rurais.

Meta 2017 Financeira R\$ 600.000,00; Física 01 evento

Meta 2018 Financeira R\$ 700.000,00; Física 01 evento

Meta 2019 Financeira R\$ 800.000,00; Física 01 evento

Meta 2020 Financeira R\$ 900.000,00; Física 01 evento

REDE: 1 Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 59 APOIO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, AGREGAÇÃO DE VALOR E COMERCIALIZAÇÃO DO CAMPO À MESA

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 59 Apoio à Produção Sustentável, Agregação de Valor e Comercialização do Campo à Mesa, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

– À Comissão de Participação Popular.

**PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 95/2016**

PROPONENTES: Jesus Rosário Araújo (Federação das Comunidades Quilombolas de MG – N'Golo (Contagem)) / Afonso Corrêa Diana (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Ivanete Macedo de Freitas (Escola Família Agrícola Puris de Araponga (Araponga)) / Ernandes da Silva Gomes (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Alicia Alves Cardoso (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Sônia Maria de Souza Prata (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / Gildete Martins Saldanha (Instituição não informada) / Guilherme Otávio Diniz (Instituição não informada) / Cleide Aparecida Nepomuceno (Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPMG (Belo Horizonte)) / Helen Cristina Patrício de Novais (Ponto Livre Gestão de Empreendimentos Criativos (Belo Horizonte)) / Renato Paranhos dos Santos (Associação Comunitária Amigos da Cultura (Salto da Divisa))

PROPOSTA:

Proposta 33: Alterar meta financeira e finalidade da Ação 4107

Financeira – R\$ 800.000,00

FINALIDADE: PROPORCIONAR À SOCIEDADE UMA MELHOR DISTRIBUIÇÃO DA TERRA, FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL, POR MEIO DA ARRECADAÇÃO DE TERRAS pela desapropriação para fins de reforma agrária em áreas de conflito agrário E GESTÃO e arrecadação de terras DOS ARRENDAMENTOS para empresas de reflorestamento, por meio de titulação de posseiros e ação discriminatória.

Proposta 35: Aumentar meta financeira da Ação 4109 para R\$ 100.000,00

Proposta 36: Recomendação:

Pedido de providência juntamente ao Secretário de Desenvolvimento Agrário para desburocratizar o processo de acesso ao Crédito Fundiário.

Proposta 37: Recomendação:

Pedido de providência ao Governador do Estado para que seja melhorada a estruturação da Secretaria de estado de Desenvolvimento Agrário e em especial da Diretoria de Mediação de Conflitos Agrários por meio do aumento do efetivo de servidores nesses órgãos.

Proposta 222: Inclusão do território Metropolitano na Ação 4549 com:

Meta física: 2.000 imóveis

Meta financeira: R\$3.000.000,00

REDE: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 46 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E ACESSO A TERRA

EMENTA:

Encaminha sugestão de alteração do Programa 46 – Regularização Fundiária e Acesso a Terra –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 35: Atender ao fornecimento de cesta básica, lanches e transporte.

Proposta 222: Há uma grande quantidade de assentamentos informais na RMBH que demandam regularização e não estavam previstas metas físicas ou financeiras para esse território.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 96/2016

PROPONENTES: Darlan Carling Von Dollinger (Instituição não informada) / Adriana Silveira (Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher – Comdim (Belo Horizonte)) / Helen Cristina Patrício de Novais (Ponto Livre Gestão de Empreendimentos Criativos (Belo Horizonte)) / Marília Jardim de Sousa (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Silvério do Prado (Fed. Interestad. Serv. Púb. Municipais e Estaduais – FESEMPRE (Belo Horizonte))

PROPOSTA:

Alterar a finalidade da Ação 1029 para: "aumentar a inclusão digital e social dos cidadãos; incentivar o empreendedorismo e a inovação através da capacitação e qualificação profissional; fortalecer a articulação entre Universidade, Empresas e a Sociedade; contribuir para a geração de emprego e renda para a diversificação da economia mineira; expandir a oferta do ensino superior a nível tecnológico em TI E ECONOMIA CRIATIVA no âmbito do Estado de Minas Gerais; promover sinergia nos Territórios de Desenvolvimento, nas ações de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior".

REDE: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 116 – MINAS DIGITAL

EMENTA:

Encaminha sugestão de alteração do Programa 116 – Minas Digital –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Contemplar profissionais da Economia Criativa que não atuam necessariamente nas áreas de Tecnologia da Informação – TI.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 97/2016

PROPONENTE: Idalino Firmino dos Santos (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa (Belo Horizonte)) / Ismael Carlos da Silva (Assoc. Reg. Escola Família Agríc. Margarida Alves (Simonésia)) / Marcela Barros Chaves (Associação da Escola Família Agrícola de Jacaré (Itinga)) / Rosa Croccoli de Oliveira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa (Belo Horizonte)) / Manuela Pereira de Almeida Pinto (Assoc. Min. Escolas Famílias Agrícolas Serra do Brigadeiro (Ervália)) / Ricardo Ferreira Vital (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa (Belo Horizonte)) / Guilherme Gonçalves Teixeira (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / José Carlos Lopes Pereira (Associação Escola Família Agrícola Oeste do Mucuri (Malacacheta)) / Monica Rodrigues Teixeira (Escola Família Agrícola Vida Comunitária (Comercinho)) / Patrícia Delgado Marins Coelho (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa (Belo Horizonte)) / Julio Cesar de Almeida Pacheco (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa (Belo Horizonte))

PROPOSTA:

Acréscimo de meta financeira.

Financeira – acrescentar R\$ 3.000.000,00

REDE: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 25 – GERAÇÃO DE CONHECIMENTO E DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA

EMENTA:

Encaminha sugestão de alteração do Programa 25 – Geração de Conhecimento e de Tecnologia Agropecuária –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Acrescentar recursos de fonte 10, tesouro do Estado, destinados ao custeio das atividades da Epamig para fins de transferência de tecnologia para a agricultura familiar, além do custeio interno da empresa.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 98/2016

PROPONENTES: Adriana Silveira (Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher – Comdim (Belo Horizonte)) / Helen Cristina Patrício de Novais (Ponto Livre Gestão de Empreendimentos Criativos (Belo Horizonte)) / Marília Jardim de Sousa (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Darlan Carling Von Dollinger (Instituição não informada) / Silvério do Prado (Fed. Interestad. Serv. Púb. Municipais e Estaduais – FESEMPRE (Belo Horizonte))

PROPOSTA:

Alterar a territorialização da ação para atender regiões específicas, conforme suas particularidades.

REDE: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 50 – APOIO À INDUÇÃO E À INOVAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

EMENTA:

Encaminha sugestão de alteração do Programa 50 – Apoio à Indução e à Inovação Científica e Tecnológica –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Considerando que o artesanato é uma importante fonte de geração de renda no Estado de Minas Gerais, é pertinente que se viabilize o seu desenvolvimento.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 99/2016

PROPONENTES: Idalino Firmino dos Santos (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa (Belo Horizonte)) / Ismael Carlos da Silva (Assoc. Reg. Escola Família Agríc. Margarida Alves (Simonésia)) / Marcela Barros Chaves (Associação da Escola Família Agrícola de Jacaré (Itinga)) / Rosa Croccoli de Oliveira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa (Belo Horizonte)) / Manuela Pereira de Almeida Pinto (Assoc. Min. Escolas Famílias Agrícolas Serra do Brigadeiro (Ervália)) / Ricardo Ferreira Vital (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa (Belo Horizonte)) / Guilherme Gonçalves Teixeira (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / José Carlos Lopes Pereira (Associação Escola Família Agrícola Oeste do Mucuri (Malacacheta)) / Monica Rodrigues Teixeira (Escola Família Agrícola Vida Comunitária (Comercinho)) / Patrícia Delgado Marins Coelho (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa (Belo Horizonte)) / Julio Cesar de Almeida Pacheco (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa (Belo Horizonte))

PROPOSTA:

Aumentar metas física e financeira, e alterar finalidade.

Física – 300

Financeira – R\$ 900.000,00

Finalidade – PROMOVER AÇÕES PARA FORMAÇÃO DE JOVENS EMPREENDEDORES através das Escolas famílias Agrícolas E PARA CRIAÇÃO DE UM AMBIENTE FAVORÁVEL AO EMPREENDEDORISMO POR MEIO DA IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E DO FORNECIMENTO DE INSUMOS E SERVIÇOS QUE VISEM O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO RURAL COM DIFUSÃO DE TECNOLOGIAS.

REDE: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 150 – TECNOCAMPO

EMENTA:

Encaminha sugestão de alteração do Programa 150 – Tecnocampo –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 100/2016

PROPONENTES: Idalino Firmino dos Santos (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa (Belo Horizonte)) / Ismael Carlos da Silva (Assoc. Reg. Escola Família Agríc. Margarida Alves (Simonésia)) / Marcela Barros Chaves (Associação da Escola Família Agrícola de Jacaré (Itinga)) / Rosa Croccoli de Oliveira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa (Belo Horizonte)) / Manuela Pereira de Almeida Pinto (Assoc. Min. Escolas Famílias Agrícolas Serra do Brigadeiro (Ervália)) / Ricardo Ferreira Vital (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa (Belo Horizonte)) / Guilherme Gonçalves Teixeira (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte)) / José Carlos Lopes Pereira (Associação Escola Família Agrícola Oeste do Mucuri (Malacacheta)) / Monica Rodrigues Teixeira (Escola Família Agrícola Vida Comunitária (Comercinho)) / Patrícia Delgado Marins Coelho (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa (Belo Horizonte)) / Julio Cesar de Almeida Pacheco (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Incluir ação nova, com os atributos que se seguem.

Nome – ATER mulher rural

Finalidade – Promover assistência técnica específica para mulheres rurais.

Produto: unidade atendida

Público – Mulheres agricultoras familiares

Unidade de medida – agricultora

Territórios – Todos

Física – 17.000

Financeira – R\$ 800.000,00

REDE: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 68 – ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 68 – Assistência Técnica e Extensão Rural para o Estado de Minas Gerais –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.



Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Detalhamento das atividades a serem desenvolvidas: visitas à propriedade; oficinas; dias de campo; intercâmbios; seminários; feiras e cursos.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 101/2016

PROPONENTES: Adriana Silveira (Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher – Comdim (Belo Horizonte)) / Helen Cristina Patrício de Novais (Ponto Livre Gestão de Empreendimentos Criativos (Belo Horizonte)) / Marília Jardim de Sousa (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Darlan Carling Von Dollinger (Instituição não informada) / Silvério do Prado (Fed.Interestad. Serv. Púb. Municipais e Estaduais – FESEMPRE (Belo Horizonte))

PROPOSTA:

Proposta 43:

1) Alterar público-alvo da Ação 1080, incluindo a Academia de Polícia Militar de Minas Gerais.

2) Aumentar metas financeiras da Ação em R\$500.000,00 (portanto, para R\$9.500.000,00) para cada um dos exercícios de 2017, 2018, 2019 e 2020.

Proposta 44: Destinar percentual de juros pagos aos setores financeiros pelos órgãos governamentais para novas escolas, tanto no que se refere à manutenção como à construção de novas unidades, aparelhamento e devido pagamento aos técnicos instrutores de ensino profissionalizante, adequadas às características de cada região.

REDE: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 164 – EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE E SUPERIOR

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 164 – Expansão e Consolidação do Ensino Profissionalizante e Superior –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 43: Em virtude da Academia de Polícia Militar ser uma instituição de ensino superior, torna-se imprescindível que ela seja público-alvo da referida ação orçamentária. Isso permitirá a consolidação da Academia como instituição de ensino superior no Estado de Minas Gerais e proporcionará uma melhor capacitação e qualificação dos policiais militares. Para tanto é necessário aumentar os recursos destinados à ação.

Proposta 44: Considerando os altos e inadequados juros sobre juros – anatocismo – pagos aos setores financeiros, principalmente os internacionais, sem a devida contrapartida, com o sofrimento do povo brasileiro, e considerando o alto índice de desemprego e jovens sem qualificação para o trabalho, pode-se ter contrapartida paliativa, se a proposta de intervenção realizada for referendada.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 102/2016

PROPONENTES: Adriana Silveira (Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher – Comdim (Belo Horizonte)) / Helen Cristina Patrício de Novais (Ponto Livre Gestão de Empreendimentos Criativos (Belo Horizonte)) / Marília Jardim de Sousa

(Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Darlan Carling Von Dollinger (Instituição não informada) / Silvério do Prado (Fed. Interestad. Serv. Púb. Municipais e Estaduais – FESEMPRE (Belo Horizonte))

PROPOSTA: Alteração da finalidade da Ação 4438 para: “Aprimorar processos organizacionais das cooperativas, DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, DOS ARRANJOS PRODUTIVOS DE ECONOMIA CRIATIVA e demais organizações coletivas mineiras, como forma de profissionalizar a gestão interna desses empreendimentos, com vistas à consolidação do segmento dado o seu potencial de desenvolvimento econômico e de alavancagem da economia mineira nos seus diversos setores”.

REDE: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 170 – PROMOÇÃO E FOMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MINAS GERAIS

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 170 – Promoção e Fomento da Indústria, Comércio e Serviços de Minas Gerais –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Incorporar a Economia Solidária a empreendimentos desse segmentos e aos da Economia Criativa, e também ao aprimoramento dos processos organizacionais, uma vez que são segmentos importantes sob a ótica da inovação e do desenvolvimento tecnológico no Estado de Minas Gerais.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 103/2016

PROPONENTE: Adriana Silveira (Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher – Comdim (Belo Horizonte)) / Helen Cristina Patrício de Novais (Ponto Livre Gestão de Empreendimentos Criativos (Belo Horizonte)) / Marília Jardim de Sousa (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Darlan Carling Von Dollinger (Instituição não informada) / Silvério do Prado (Fed. Interestad. Serv. Púb. Municipais e Estaduais – FESEMPRE (Belo Horizonte))

PROPOSTA:

Proposta 46: Alteração da finalidade da AÇÃO 3018 para: “Fomentar, investir e promover a competitividade dos setores do audiovisual, design, novas mídias, gastronomia, música, moda E ARTESANATO”.

Alteração de metas financeiras e de territorialização da AÇÃO 3018:

Multiterritorial – R\$1.000.000

ALTO JEQUITINHONHA – R\$1.000.000

BAIXO E MÉDIO JEQUITINHONHA – R\$1.000.000

MUCURI – R\$1.000.000

NORTE – R\$1.000.000

Total – R\$5.000.000

Proposta 47: Alteração da finalidade da AÇÃO 3019 para: “Fomentar, investir e promover a competitividade dos setores do audiovisual, design, novas mídias, gastronomia, música, moda E ARTESANATO”.

Alteração de metas financeiras e de territorialização da AÇÃO 3019:

Multiterritorial – R\$4.800.000

ALTO JEQUITINHONHA – R\$300.000

BAIXO E MÉDIO JEQUITINHONHA – R\$300.000

MUCURI – R\$300.000

NORTE – R\$300.000

Total – R\$6.000.000

REDE: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 197 – FOMENTO À INDÚSTRIA CRIATIVA

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 197 – Fomento à Indústria Criativa –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 46: As ações que o Estado desenvolve devem focar (sic) as vocações regionais, bem como as possibilidades de desenvolvimento. Devemos, pois, considerar os territórios menos desenvolvidos do Estado, potencializando-os e dando visibilidade às populações e à economia local.

Proposta 47: As ações que o Estado desenvolve devem focar (sic) as vocações regionais, bem como as possibilidades de desenvolvimento. Devemos, pois, considerar os territórios menos desenvolvidos do Estado, potencializando-os e dando visibilidade às populações e à economia local.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 104/2016

PROPONENTES: Fabio Proença de Carvalho (Depto. Intersind. Estatística Estudos Sócio-Econ. – DIEESE (Belo Horizonte)) / Lourenço de Souza Silva (Associação dos Moradores do Chacreamento Fateiro (Sabará)) / Daniel Galvão Borges (Instituição não informada) / Rosa Croccoli de Oliveira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa (Belo Horizonte)) / Glover Kleiton Ribeiro Barreto (Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual – Cellos (Belo Horizonte)) / Luan Aiuá Vasconcelos Fernandes (Instituição não informada) / Thiene Ferreira de Lourdes Carneiro (Secretaria de Estado de Educação (Belo Horizonte)) / Junior José da Silva (Instituição não informada) / Luis Carlos Pereira (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Montes Claros))

PROPOSTA:

Proposta 2: Nova redação no objetivo do programa:

Estruturar o ensino médio com recursos financeiros exclusivamente públicos, com ampla participação da comunidade escolar, possibilitando a mobilização social e emancipação dos jovens; prover o ensino médio gratuito de qualidade e na perspectiva do CAQI, de forma a ampliar as taxas de proficiência do ENEM e no PROEB, diminuir a taxa de evasão e distorção idade/série entre os jovens de 15 a 17 anos.

Proposta 49: Alteração na finalidade da Ação 4613 – ENSINO PROFISSIONAL

Finalidade: Ampliar a oferta de cursos técnicos gratuitos nas escolas da rede estadual, contribuindo para profissionalização dos jovens com vistas à participação como cidadão no mundo do trabalho e atendendo às demandas das comunidades e dos arranjos produtivos locais com priorização as regiões de periferia, bairros mais afastados e distritos.

Proposta 77: Alteração na finalidade da Ação 4616 – Nova redação

Finalidade: Elevar a escolaridade média da população acima de 15 anos de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo para toda população, especialmente da população em situação de vulnerabilidade social, pessoas LGBT – em especial travestis e transexuais – mulheres, negros, população do campo, indígenas, quilombolas, povos tradicionais – levando em consideração o www.almg.gov.br Página 32 de 121

bilinguismo e a interculturalidade – população em situação de rua e população em situação de privação de liberdade, da região de menor escolaridade no estado e dos 25% mais pobres e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à fundação IBGE, com vistas à redução da desigualdade educacional.

Proposta 78: Alteração na finalidade da Ação 4611

Nova redação:

Finalidade: Universalizar e potencializar a qualidade educativa dos projetos pedagógicos, orientar o trabalho pedagógico para o atendimento mais adequado à realidade dos educandos.

Proposta 79: Alteração na finalidade da Ação 4636

Nova redação:

Finalidade: Ampliar o capital cultural de jovens e adultos ofertando cursos com diagnóstico de demanda em todas as regiões de qualificação e iniciação musical, línguas estrangeiras e cursos técnicos na área das linguagens, artes e suas tecnologias.

Proposta 80: Alteração na finalidade da Ação 4614

Nova redação:

Finalidade: Ampliar e fortalecer a gestão democrática e participação na vida escolar e aproximar a escola da juventude, sendo garantido o direito a mobilização e organização dos estudantes, com liberação do espaço físico pelas escolas. O estado por sua vez garante a liberação de recursos para estrutura física das escolas que não o possui.

Proposta 220: Alterações na Ação 4616

Alteração da Finalidade – Nova redação:

– Finalidade: elevar a escolaridade da população LGBT, que teve oportunidade de estudos na idade própria e deseja completar os ensinos fundamental e médio, assegurando o acesso e permanência deste público à educação de jovens e adultos (EJA).

– Produto: escola beneficiada

– Unidade de medida: escola

– Público-alvo: estudantes LGBT evadidos

– Metas: Física/Financeira 2017 2018 2019 2020

Triângulo Norte 1/1.000,00 1/1.000,00 1/1.000,00 1/1.000,00

Triângulo Sul 0 1/1.000,00 1/1.000,00 1/1.000,00

Central 1/1.000,00 1/1.000,00 1/1.000,00 1/1.000,00

Vale do aço 1/1.000,00 1/1.000,00 1/1.000,00 1/1.000,00

Metropolitano 1/1.000,00 1/1.000,00 1/1.000,00 1/1.000,00

Noroeste 0 1/1.000,00 1/1.000,00 1/1.000,00

Jequitinhonha Médio e Baixo 0 1/1.000,00 1/1.000,00 1/1.000,00

Caparaó 0 0 0 0

Mata 0 0 1/1.000,00 1/1.000,00

Vertentes 0 0 0 0

Sul 0 0 1/1.000,00 1/1.000,00

Sudoeste 0 0 0 0

Norte 0 0 0 1/1.000,00

Mucuri 0 0 0 1/1.000,00

Proposta 221: INCLUIR NOVA AÇÃO no programa 086 com o objetivo de apurar os índices de evasão escolar da população LGBT na EJA.

REDE: 5 – Educação e Cultura

PROGRAMA: 81 – EDUCAÇÃO PARA A JUVENTUDE

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 81 – Educação para a Juventude –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Propostas 2, 77, 78, 79 e 80: Garantir o direito a mobilização e organização dos estudantes, como mecanismo a participação dos alunos na construção de uma educação de qualidade, destacando a juventude estudantil.

Proposta 49: O atual modelo da ação 4613 – Ensino Profissional – exclui a população das periferias, bairros mais afastados e distritos em prol do benefício da população da parte central dos municípios. A mudança deste atual modelo tem como objetivo principal beneficiar a população das periferias, bairros mais afastados e distritos.

Proposta 220: Promover, por meio de projetos específicos, algumas unidades escolares e capacitar a comunidade escolar para receber jovens e alunos LGBT (EJA) que evadiram o sistema educacional, EJA, fundamental e médio, semelhantes ao programa Transcidadania no município de São Paulo, e Transnem e Transvest em Belo Horizonte.

Proposta 221: Em uma perspectiva de uma educação inclusiva, faz-se necessário a produção de novos dados que permitam caracterizar o público LGBT, no que se refere a escolaridade e criar políticas públicas específicas para aqueles que necessitam retomar os estudos em condições favoráveis, no âmbito da educação de jovens e adultos (EJA), fundamental e médio.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 105/2016

PROPONENTES: Junior José da Silva (Instituição não informada) / Alexandre Barbosa (Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG (Belo Horizonte)) / Rafael de Figueiredo Barbosa (Gabinete Militar do Governador do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Maria da Glória Kubitschek Guedes (Instituição não informada) / Marcelo Xavier Ramos (Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG (Belo Horizonte))

PROPOSTA:

Ação 1032: Alteração das metas física e financeira, regionalização e público-alvo.

Regionalização: Metropolitana: meta física: 100 reservatórios construídos, meta financeira: R\$ 1.000.000,00, em 2017, 2018, 2019

Regionalização: Norte: meta física: 150 reservatórios construídos, meta financeira: R\$ 1.500.000,00, em 2017, 2018, 2019

Público-alvo: Trabalhadores rurais sem terra, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e atingidos por barragens e grandes empreendimentos E COMUNIDADES DOS DISTRITOS.

REDE: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 64 – BARRAGENS DE MINAS

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 64 – Barragens de Minas –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.



Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Para estruturação do abastecimento no território metropolitano, com destaque para os distritos, é fundamental a construção de reservatórios de pequeno porte. Os reservatórios dos distritos da RMBH estão totalmente ultrapassados, além de não possuir capacidade de atendimento à população que sofre com a falta de água constantemente.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 106/2016

PROPONENTES: Junior José da Silva (Instituição não informada) / Marcelo Xavier Ramos (Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG (Belo Horizonte)) / Gildete Martins Saldanha (Instituição não informada) / Isnard Monteiro Horta (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Genilson Saturnino Cruz (Missão Amor (Betim)) / Edmé Barbosa de Jesus (Instituição não informada) / Suzana Dias Vieira (Associação Mineira de Defesa do Ambiente – Amda (Belo Horizonte)) / Sônia Maria M. Mariquito Naime (Associação dos Moradores e Amigos do Bairro São Francisco (Pará de Minas)) / Maurício Cassim (Instituição não informada) / Maria Dalce Ricas (Associação Mineira de Defesa do Ambiente – Amda (Belo Horizonte)) / Eduardo Antônio Arantes do Nascimento (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte))

PROPOSTA:

Proposta 52: Ação 4379 – Alteração da meta física e financeira.

Implantação de 20 estações fluviométricas da rede de alerta a um custo de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais) em 2017; 20 estações a um custo de R\$ 1 milhão em 2018; 20 estações a um custo de R\$ 1 milhão em 2019; e 20 estações a um custo de R\$ 1 milhão em 2020, todas com regionalização multiterritorial.

Total: 80 estações implantadas a um custo de R\$ 4.000.000,00

Proposta 54: CRIAÇÃO DE AÇÃO

Nome: Área de Proteção Ambiental (APA) Várzea das Flores

Finalidade: Proteção e recuperação de nascentes

Metas para 2017, 2018 e 2019

Meta financeira: R\$10.000,00/ ano (dez mil reais/ ano)

Meta física: 10 nascentes

Regionalização: Metropolitano

Público-alvo: População de Betim e Contagem

REDE: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 120 – GESTÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS HÍDRICOS

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 120 – Gestão e Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 52: A rede de alerta foi projetada para ser formada por 156 estações fluviométricas (medição de vazão nos rios) com transmissão de dados em tempo real (a cada 15 minutos) para possibilitar a gestão dos recursos hídricos em situações extremas (escassez e excesso de água). O objetivo é monitorar os períodos de cheia e seca e, conseqüentemente, conhecer as



condições hidrológicas dos principais sistemas hídricos do estado. A rede é monitorada pelo Igam e atualmente, conta com 30 estações, instaladas nas áreas mais críticas do Estado, sendo que cada estação possui custo de implantação de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

É necessário ampliar a rede atual para contemplar outras regiões críticas.

Proposta 54: Garantir a quantidade e qualidade das águas dos mananciais que contribuem para o reservatório de Vargem das Flores, responsável pelo abastecimento de 15% da população da RMBH.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 107/2016

PROPONENTES: Junior José da Silva (Instituição não informada) / Rodrigo Alencar Lopes de Miranda (Gabinete Militar do Governador do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte) / Maria da Glória Kubitschek Guedes (Instituição não informada) / Marcelo Xavier Ramos (Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG (Belo Horizonte) / Eduardo Antônio Arantes do Nascimento (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte) / Suzana Dias Vieira (Associação Mineira de Defesa do Ambiente – Amda (Belo Horizonte) / Gildete Martins Saldanha (Instituição não informada) / Magno Rosa Nonato (Instituição não informada) / Genilson Saturnino Cruz (Missão Amor (Betim) / Isnard Monteiro Horta (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte) / Maria Dalce Ricas (Associação Mineira de Defesa do Ambiente – Amda (Belo Horizonte) / Maurício Cassim (Instituição não informada) / Sônia Maria M. Mariquito Naime (Associação dos Moradores e Amigos do Bairro São Francisco (Pará de Minas) / Edmé Barbosa de Jesus (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 53: Ação 4435 – Elaboração e implementação do Programa de Recuperação Ambiental – PRA – dos agricultores familiares e médios produtores rurais que fizeram o Cadastro Ambiental Rural – CAR –, com previsão de recursos de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em 2017.

Proposta 57: Alterar a meta financeira da Ação 4488 – Bolsa verde para R\$ 61.274.558,89 para o ano de 2017 (passivo financeiro da ação)

Manter as metas físicas e financeiras já propostas para os demais anos.

A meta física deverá, para efeito de cálculo, levar em consideração que um único agricultor pode ter a receber 2 ou 3 parcelas, incluindo portanto na definição da meta física.

Proposta 59: 2) Alterar a finalidade, meta física e financeira da Ação 4294 – Monitoramento Ambiental.

2.1) Finalidade: PROMOVER O MAPEAMENTO, O INVENTÁRIO E O MONITORAMENTO DA COBERTURA VEGETAL DO ESTADO E DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTES, com foco nas áreas prioritárias para a proteção da biodiversidade, VISANDO À MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECOLÓGICO, À CONSERVAÇÃO, À PRESERVAÇÃO, AO USO SUSTENTÁVEL E À RECUPERAÇÃO DOS ECOSISTEMAS.

2.2) Alterar a meta física da Ação 4294:

Noroeste: 2 (2017), 2 (2018), 2(2019), 2 (2020)

Oeste: 1 (2017), 1 (2018), 1(2019), 1 (2020)

Mata: 2 (2017), 2 (2018), 2(2019), 2 (2020)

Sul: 1 (2017), 1 (2018), 1(2019), 1 (2020)

Triângulo: 1 (2017), 1 (2018), 1(2019), 1 (2020)

Norte: 3 (2017), 3 (2018), 3(2019), 3 (2020)



Mucuri: 2 (2017), 2 (2018), 2(2019), 2 (2020)

Alto Jequitinhonha: 3 (2017), 3 (2018), 3(2019), 3 (2020)

Vale do Rio Doce: 1 (2017), 1 (2018), 1(2019), 1 (2020)

Metropolitano: 1 (2017), 1 (2018), 1(2019), 1 (2020)

2.3) Alterar meta financeira:

2017: R\$ 3.000.000,00

2018: R\$ 3.000.000,00

2019: R\$ 200.000,00

Proposta 60: Ação 4417: Alterar as metas físicas e financeiras

Meta Físicas: Oeste:2.000 / Mata: 1.000/ Vertentes: 2.000 / Sul: 1000 / Norte: 4.000 / Mucuri: 4.000/ Alto Jequitinhonha: 4.000 / Vale do Rio Doce: 500 / Metropolitano: 1.000

Metas financeiras:

2017: R\$ 57.062.500,00

2018: R\$ 300.000.000,00

2019: R\$ 500.000.000,00

2020: R\$ 600.000.000,00

Proposta 61: CRIAÇÃO DE AÇÃO NOVA

Nome: Regularização Fundiária da APA Várzea das Flores

Finalidade: Promover a regularização fundiária na APA Várzea das Flores.

Metas físicas para 2017, 2018, 2019: 2.000 títulos de propriedade emitidos.

Metas financeiras: R\$ 10.000,00/ ano.

Público-alvo: População de Betim e Contagem.

Regionalização: Metropolitano.

Proposta 62: Alterar finalidade, meta financeira e produto da Ação 4433.

Finalidade: Reduzir capturas, tráfico, caça e compra de animais silvestres; COORDENAR, EXECUTAR, ELABORAR, APOIAR E SUBSIDIAR PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS RELATIVOS À PESQUISA, PRESERVAÇÃO, PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DA FAUNA AQUÁTICA NO ESTADO. ALÉM DE GERIR AS ESTRUTURAS QUE POSSIBILITAM O RECEBIMENTO, ATENDIMENTO VETERINÁRIO, MANEJO E DESTINAÇÃO DA FAUNA SILVESTRE TERRESTRE NATIVA

APREENDIDA PELOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO, ATRAVÉS DO RETORNO DOS MESMOS AO HABITAT NATURAL OU PARA CATEGORIAS DE USO E MANEJO DE FAUNA SILVESTRE TERRESTRE AUTORIZADA.

Produto: Redução de animais apreendidos.

Metas Financeiras: R\$ 6.000.000,00/ ano em 2017, 2018, 2019 e 2020.

Proposta 63: Alterar Produto da Ação 4435 para Projetos de pesquisa realizados

REDE: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 143 – PROTEÇÃO DAS ÁREAS AMBIENTALMENTE CONSERVADAS, A FAUNA, E A BIODIVERSIDADE FLORESTAL.

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 143 – Proteção das Áreas Ambientalmente Conservadas, a Fauna, e a Biodiversidade Florestal –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 53: Até novembro de 2015, já foram elaborados em Minas 580.000 Cadastros Ambiental Rural – CAR –, contemplando 95% das propriedades rurais do Estado, sendo necessário agora prever recursos para execução do PRA – Programa de Recuperação Ambiental.

O PRA é o Programa de Regularização Ambiental e permitirá ao proprietário/posseiro do imóvel que possui déficit ambiental (Área de Preservação Permanente – APP a recuperar e/ou Reserva Legal a compensar ou recuperar) regularizar a situação do seu imóvel rural de acordo com as exigências legais.

Proposta 57: Zerar o passivo que o governo do Estado deve aos 3003 agricultores familiares e médios produtores rurais, incluídos no Programa Bolsa Verde desde 2011.

Proposta 59: Cumprimento do disposto na Lei Florestal, que estabeleceu prazo de dois anos, a partir de sua sanção, para mapear áreas consideradas prioritárias para a proteção da biodiversidade.

Operação de dados para a proteção de remanescentes do cerrado e da Mata Atlântica no Estado.

Proposta 60: Insuficiência absoluta dos recursos previstos. O Instituto Estadual de Florestas – IEF – não tem equipe para monitorar os processos de desapropriação, que são complexos e demorados. Ao mesmo tempo, a ação é prioritária, em termos ambientais e sociais, pois os proprietários rurais têm que ser indenizados para continuarem sua vida.

Proposta 62: O objetivo da proteção da fauna tem que obviamente reduzir o tráfico e proteger seus habitats. Por isso, é preciso educação formal e de massa, já que o consumo (compra de animais) alimenta o tráfico. É preciso também que o Estado se aparelhe para receber, tratar e liberar os animais apreendidos ou entregues, buscando parcerias com a sociedade para recebê-los e proteger seus habitats. Os recursos previstos não são suficientes, inclusive porque a maior parte é destinada à pesca, pois o governo tem interesse econômico, disfarçado de proteção da fauna aquática.

Proposta 63: O produto proposto: capacitações para o Cadastro Ambiental Rural – CAR – não tem a ver com a finalidade prevista pela ação.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 108/2016

PROPONENTES: Edmé Barbosa de Jesus (Instituição não informada) / Isnard Monteiro Horta (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Genilson Saturnino Cruz (Missão Amor (Betim)) / Suzana Dias Vieira (Associação Mineira de Defesa do Ambiente – Amda – Belo Horizonte) / Maria Dalce Ricas (Associação Mineira de Defesa do Ambiente – Amda – Belo Horizonte) / Gildete Martins Saldanha (Instituição não informada) / Sônia Maria M. Mariquito Naime (Associação dos Moradores e Amigos do Bairro São Francisco – Pará de Minas) / Maurício Cassim (Instituição não informada) / Eduardo Antônio Arantes do Nascimento (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg – Belo Horizonte) / Magno Rosa Nonato (Instituição não informada)

PROPOSTA: Restauração da Ação 2007 – REVITALIZAÇÃO, CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PARQUE FERNÃO DIAS, com os seguintes atributos:

Nome da ação: Revitalização, Conservação e Preservação do Parque Fernão Dias.

Finalidade: Revitalizar, conservar e preservar o Parque Fernão Dias, usando o equilíbrio ambiental e ecológico, bem como a preservação das nascentes, fauna e flora e a sua utilização para o lazer, a educação ambiental e a integração da comunidade metropolitana.

Produto: Área revitalizada, conservada e preservada,

Metas para 2017, 2018 e 2019.

Metas financeiras: R\$ 10.000,00/ ano.

Metas Físicas: 127 hectares.

Unidade de medida: Hectares,

IAG: Ação de Acompanhamento Geral.

Público-Alvo: População da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

REDE: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico.

PROGRAMA: 121 – GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 121 – Gestão Ambiental Integrada –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Garantir a execução da Ação de Revitalização, Conservação e Preservação do Parque Fernão Dias, excluída do Programa 121 na revisão do PPAG para 2017.

O Parque Fernão Dias está em processo de transformação em Unidade de Conservação, segundo o Projeto de Lei nº 2.999/2015, já aprovado em 1º turno.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 109/2016

PROPONENTES: Rômulo Luiz Campos (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg – Belo Horizonte) / Nilva Vieira da Paz (Escola Família Agrícola da Região do Rio São Francisco – São Francisco) / Alex Pires Andrade (Associação Escola Família Agrícola da Região de Natalândia – João Pinheiro) / Daniel Ribeiro Teixeira (Aefa Camões – Sem-Peixe) / Ronald Henrique Loyola Silva (Instituição não informada) / Moises M. Estiva Santos (Escola Família Agrícola Paulo Freire – Acaiaca) / Darklane Rodrigues Dias (Instituição não informada) / Paula Suely de Matos Prates (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola de Itaipé – Itaipé) / Marcos Vinicius Dias Nunes (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg – Belo Horizonte) / Camila Lima Santos (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg – Belo Horizonte)

PROPOSTA: Aumento da meta financeira: de R\$ 70.000,00 para R\$ 80.000,00.

Aumento da meta física: de 1210 vistorias para 1510 vistorias.

REDE: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico.

PROGRAMA: 104 – SEGURANÇA DE ALIMENTOS

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 104 – Segurança de Alimentos –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular



– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 110/2016

PROPONENTES: Neli de Souza Silva Medeiros (Coop. Sol. dos Recicladores e G. Prod. Barreiro e Região (Belo Horizonte)) / Anderson Patrício Viana (Associação de Reciclagem de Nova União (Nova União)) / Gilberto Warley Chagas (Coop. Reciclagem Catadores Rede Econ. Solidária – Cataunidos (Belo Horizonte)) / Cleide Maria Santos Vieira (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (Belo Horizonte)) / Marislene Nogueira (Instituição não informada) / Junior José da Silva (Instituição não informada) / Jose Paulo da Silva (Associação dos Moradores dos B. Verônica, Rosimeire e Adj. (Ribeirão das Neves)) / Sebastião dos Santos (Instituição não informada) / Alexandre Alves Ribeiro (Instituição não informada) / Maria das Graças Pereira de Souza (Instituição não informada) / Gildete Martins Saldanha (Instituição não informada) / Lourenço de Souza Silva (Associação dos Moradores do Chacreamento Fateiro (Sabará))

PROPOSTA: Proposta 69: Alterar produto, meta física e financeira da Ação 4514.

Produto: Municípios com destinação regularizada de resíduos sólidos E SISTEMAS DE COLETA SELETIVA COM INCLUSÃO SÓCIO PRODUTIVA DE CATADORES IMPLANTADOS

Meta física: 40 municípios em 2017; 50 municípios em 2018; 60 municípios em 2019; e 70 municípios em 2020.

Meta financeira: acréscimos proporcionais nos valores financeiros.

Proposta 71: Ação 4517 – Adequação da meta financeira ao longo dos anos.

Meta financeira: adequação proporcional ao aumento da meta física, nos anos subsequente ao ano de 2017.

Proposta 72: Destinação de horário nos espaços de veiculação da TV Minas, TV Assembleia, Rádio Inconfidência e outros canais de mídia do Estado para fins de educação ambiental com foco na coleta seletiva.

Proposta 73: Recomendação: criação de uma intersecretaria com a participação dos empreendimentos de economia solidária de catadores para estimular a cadeia produtiva de reciclagem no Estado, como forma de desenvolvimento territorial.

Proposta 207: Recomendação

Recomendação à Comissão de Participação Popular e à Secretaria de Planejamento e Gestão – Seplag. "No início do ano de 2016, a população de Ribeirão das Neves reagiu ao Legislativo municipal que na ocasião derrubou o veto do Executivo diante da implantação do aterro sanitário para atender o Estado de Minas Gerais quanto aos resíduos sólidos. Nossa população entende que a cidade precisa, sim, de um aterro sanitário, mas que receba somente os resíduos sólidos produzidos no município. Entendemos que a proposta desse equipamento está sendo analisada e por isso recomendamos que a cidade não é favorável à vinda (dos resíduos) do Colar Metropolitano, e os moradores se posicionam contra. Pedimos à Comissão de Participação Popular que interceda no sentido de fechar a discussão em torno desse projeto para que seja feita a vontade popular. Queremos apresentar propostas no sentido de promover o desenvolvimento, a industrialização e a promoção de políticas de igualdade, investimentos na diversidade cultural, aproveitando o fato de a própria população carcerária trazer famílias de diversas partes do Estado e até mesmo do País. Sugerimos uma audiência pública para apresentarmos e debatermos propostas.

REDE: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 191 – MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 191 – Melhoria da Qualidade Ambiental –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 111/2016

PROPONENTES: Geraldo Pereira Ramos (Assoc. Reg. Escola Família Agríc. Margarida Alves (Simonésia)) / Daniella Silva Ribeiro (Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Belo Horizonte)) / José Carlos Lopes Pereira (Associação Escola Família Agrícola Oeste do Mucuri (Malacacheta)) / Maria Rosânia Lopes Duarte (Escola Família Agrícola Puris de Araponga (Araponga)) / Ricardo Ferreira Vital (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa (Belo Horizonte)) / Moises M. Estiva Santos (Escola Família Agrícola Paulo Freire (Acaiaca)) / Clebson Souza de Almeida (Associação Desenv. Educ. Familiar e Agropec. de Veredinha (Veredinha)) / Alex Pires Andrade (Associação Escola Família Agrícola da Região de Natalândia (João Pinheiro)) / Ronald Henrique Loyola Silva (Instituição não informada) / Idalino Firmino dos Santos (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa (Belo Horizonte)) / Nilva Vieira da Paz (Escola Família Agrícola da Região do Rio São Francisco (São Francisco)) / Cleide Cristina Pereira dos Santos (Escola Família Agrícola Renascer (Jequitinhonha)) / Francielly Dames Kaizer (Instituição não informada) / Ismael Carlos da Silva (Assoc. Reg. Escola Família Agríc. Margarida Alves (Simonésia)) / Silvano Duarte Ferreira (Escola Família Agrícola de Jequeri (Belo Horizonte)) / Lais Rocha Pereira (Associação Min. das Escolas Famílias Agrícolas de Cruzília (Cruzília)) / Monica Rodrigues Teixeira (Escola Família Agrícola Vida Comunitária (Comercinho))

PROPOSTA:

Proposta 84: Ação 4625

-Redução da meta física de 300 para 279

-Redução da meta financeira de R\$ 10.161,00 para R\$1.661,00.

Proposta 86: INCLUIR AÇÃO NOVA:

"Apoio às Escolas Família Agrícola

– Meta Financeira de R\$8.500.000,00 e criação de Emenda no valor de R\$ 1.000.000,00

– Meta Física: 21

REDE: 5 – Educação e Cultura

PROGRAMA: 82 – EDUCAÇÃO DO CAMPO, INDÍGENA E QUILOMBOLA

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 82 – Educação do Campo, Indígena e Quilombola –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: A proposta da nova ação deriva do desmembramento da ação 4625, que permanece enquanto ação, porém sem as Escolas Família Agrícola, razão pelo qual a ação 4625 terá meta física de 279 e meta financeira de R\$ 1.661,00.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 112/2016

PROPONENTES: Antônio Pedro Teixeira Filho (Instituição não informada) / Hani Gomes de Moura (Instituição não informada) / Geraldo Luís Andrade (Câmara Municipal de Viçosa (Viçosa)) / Danielle Feyo (Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais – Fecitur (Três Marias)) / Maria Elisângela da Fonseca Felix (Instituição não informada) / Maria Aparecida Ferreira de Andrade (Instituição não informada) / Elizane Fonseca Felix (Instituição não informada) / Priscila Rios Martins (Serviço Social do Comércio – Sesc-MG (Belo Horizonte)) / Vera Lúcia Soares Teixeira (Instituição não informada) / Maria Soares de Souza (Hospital

Santa Maria Eterna (Santa Maria do Suaçuí) / Antônio Geraldo de Pádua Júnior (Skal de Belo Horizonte (Belo Horizonte)) / Deyse Magalhães Silveira (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Martha Lucieny da Costa Araújo Petruceli (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 87 – Ação 2149: Aumento do recurso (para um valor não especificado), considerando a importância da pesquisa no turismo e de forma a conhecer melhor o perfil do turista e melhorar a tomada de decisão.

Proposta 88 – Ação 4083: Aumento da meta financeira das ações de promoção do Estado para Estimular a produção de materiais informativos e de divulgação e a participação em eventos.

Proposta 91: Envio de pedido de providência ao Governador do Estado e à Secretaria de Estado de Turismo, para que encaminhe à ALMG projeto de lei que institua novo fundo setorial do turismo, em substituição ao Fastur. Requer ainda que esse fundo seja criado nos moldes do Fundo Estadual de Cultura. Por fim, requer que na formulação do citado PL seja considerado material temático pertinente entregue ao então Secretário de Turismo Agostinho Patrus Filho.

Proposta 102: INCLUIR AÇÃO NOVA:

Nome: Centro de Comercialização do Artesanato do Vale do Jequitinhonha

UO responsável: 1411 – Setur

Produto: Centro de Comercialização implantado

Unidade de medida: Centro

Finalidade: Gerar renda e trabalho, bem como difusão da cultura do Vale do Jequitinhonha por meio da implantação de centro de comercialização na capital do Estado.

Regionalização: Metropolitano

Meta física: 1

Meta financeira 200.000

REDE: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 35 – IDENTIDADE TURÍSTICA DE MINAS GERAIS

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 35 – Identidade Turística de Minas Gerais –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Considerando a atividade turística do Estado de Minas Gerais, o grupo entende que ações de promoção, pesquisa e valorização da identidade mineira sejam fundamentais para o desenvolvimento da atividade no Estado.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 113/2016

PROPONENTES: Daniel Galvão Borges (Instituição não informada) / Rosa Croccoli de Oliveira (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa (Belo Horizonte)) / Glover Kleiton Ribeiro Barreto (Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual – Cellos (Belo Horizonte)) / Luan Aiuá Vasconcelos Fernandes (Instituição não informada) / Thiene Ferreira de Lourdes Carneiro (Secretaria de Estado de Educação (Belo Horizonte)) / Fabio Proença de Carvalho (Depto. Intersind. Estatística Estudos Sócioecon. –

DIEESE (Belo Horizonte)) / Lourenço de Souza Silva (Associação dos Moradores do Chacreamento Fateiro (Sabará)) / Junior José da Silva (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 90: INCLUIR AÇÃO NOVA:

Nome: Índice de Evasão Escolar LGBT

Finalidade: Apurar o número de evasão escolar na educação fundamental, médio e EJA, em decorrência das violações de direitos básicos dos LGBT.

Produto: diagnóstico operacional realizado

Unidade: unidade/diagnóstico

Unidade responsável: 1261 – SEE/MG

Público-alvo: alunos LGBT evadido

Territórios: Multiterritorial

Meta física: 1

Meta Financeira: 200.000

Proposta 92: Nova redação no objetivo do Programa 86

Objetivo do programa:

Promover, por meio de projetos específicos, com recursos humanos e financeiros exclusivamente públicos, a discussão entre (...)

REDE: 5 – Educação e Cultura

PROGRAMA: 86 – GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 86 – Garantia dos Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão Social –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 90: Em uma perspectiva de uma educação inclusiva, faz-se necessária a produção de novos dados que permitam caracterizar o público LGBT, no que se refere à escolaridade e criar políticas públicas específicas para que aqueles que necessitam retomar os estudos em condições favoráveis, no âmbito de educação de jovens e adultos (EJA), fundamental e médio.

Proposta 92: Garantir que a educação seja pública.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 114/2016

PROPONENTES: Moacir Gonçalves Marinho (Instituição não informada) / Diego Severino Rossi de Oliveira (Sind. Único dos Trabalhadores em Educação de MG– Sind-UTE/MG (Belo Horizonte) / Maria das Graças Pereira de Souza (Instituição não informada) / Lindomar Diamantino Segundo (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte) / Sebastiana Rangel Ferreira Nunes (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem) / Cássia Maria Penido dos Santos (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDUC (Contagem) / Alexandre Alves Ribeiro (Instituição não informada)

PROPOSTA:



Proposta 94:

– Nova redação do objetivo do Programa 210: Disponibilizar recursos humanos, materiais e financeiros para o apoio técnico aos municípios e capacitar os gestores municipais de ensino visando a melhoria dos padrões de qualidade da educação, na perspectiva dos parâmetros do custo aluno qualidade inicial, visando à universalização da educação básica, especialmente a garantia da educação infantil com acesso universalizado na pré-escola e ampliação do atendimento em creche.

– Sugerimos que o segundo objetivo estratégico do Programa 210, seja excluído, pois ele se refere a escolas estaduais e o programa se refere às escolas municipais: retirar → "assegurar às escolas estaduais infraestrutura física e tecnológica adequadas ao desenvolvimento do ensino e às necessidades de suas comunidades escolares, com prioridade para as escolas que oferecem o ensino médio.

Proposta 95: – Alterar a redação da Finalidade da ação 4640, adotando a redação proposta para o Objetivo do programa 210, já descrito (proposta 94).

– Alterar as metas físicas para o ano de 2017 para 427 municípios; em 2018 para 640; em 2019 e 2020 para 853 municípios.

Proposta 93: – Acrescentar à finalidade, após "educação básica", a expressão "com a implementação de Centros de Atendimento Educacional Especializado, conforme estabeleceu a Política Nacional de Educação Especial e a Resolução nº 4/2009, do Conselho Nacional de Educação.

– As metas físicas e financeiras do território metropolitano, para o ano de 2017, passam a vigorar com 4 e R\$ 1.163.132,00. E a meta física e financeira total passam a ser, respectivamente, 8 e R\$ 1.913.974,00.

– Acrescenta-se a Lei Orçamentária Anual de 2017, o valor de R\$ 600.000,00 ao Centro de Atendimento Educacional Especializado Antônio Carlos Lemos, de E.M Antônio Carlos Lemos, do município de Contagem, conforme ação 4640 do programa 210, da revisão 2017 do PPAG 2016/2019.

Obs.: retira-se R\$ 600.000,00 da Reserva de Contingência.

REDE: 5 – Educação e Cultura

PROGRAMA: 210 – COOPERAÇÃO ESTADO MUNICÍPIOS NA ÁREA EDUCACIONAL

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 210 – Cooperação Estado Municípios na Área Educacional –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 94 e 95: Dar visibilidade à Educação Infantil, que não aparece claramente em nenhum Programa ou ação do PPAG 2106/2019; revisão para 2017

Proposta 93: A necessidade de atendimento aos estudantes com deficiência (tgd e altas habilidades) e superdotação residentes no Município de Contagem no centro de Atendimento Educacional Especializado em conjunto estado e município.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 115/2016

PROPONENTES: Liliane Maria Barbosa da Silva Resende (Depto. Intersind. Estatística Estudos Sócio-Econ. – DIEESE (Belo Horizonte) / Leandra Martins de Oliveira (Instituição não informada) / Maria das Graças Pereira de Souza (Instituição não informada)

PROPOSTA:



Proposta 96: Nova redação de objetivo e objetivos de desenvolvimento sustentável do programa

– Objetivo do Programa: Garantir o funcionamento PÚBLICO E GRATUITO adequado das unidades educacionais do ensino fundamental e ensino médio, por meio do provimento adequado de infraestrutura física e operacional NO ATENDIMENTO DO PADRÃO CAQI DERIVADAS DE RECURSOS EXCLUSIVAMENTE PÚBLICOS (obras, ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, INTERNET, mobiliário, equipamentos, tecnologia de informação e custeio das unidades de ensino) e desenvolver ações de planejamento do atendimento escolar JUNTO COM A COMUNIDADE ESCOLAR.

– Objetivos de desenvolvimento sustentável:

2. FOME ZERO

4. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

8. TRABALHO DECENTE E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

5. IGUALDADE DE GENERO

6. ÁGUA E ESGOTAMENTO

11. CIDADE E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

– ORÇAMENTO FISCAL: ALTERAR DE CAPITAL; INCLUIR RECURSOS DAS ESTATAIS

PROPOSTA: integrar as Secretarias de Obra, COPASA e CEMIG.

Proposta 97: Ação 4572:

– Finalidade Nova redação: Oferecer transporte escolar aos EDUCANDOS E PROFISSIONAIS da zona rural da educação básica da rede estadual de ensino, visando à promoção de acesso e permanência na escola.

– Produto: Educando

– Unidade de medida: Educando

– Público-alvo: Educando

– Fonte de Recursos: Ordinários

– Valor: 13.000.000

– TROCAR FONTE: QESE E SUBVENÇÕES DAS

Indagações: – esta ação estava contemplada no programa de Cooperação Estado Município, com esta alteração de responsabilidade, não haverá mais a parceria com os municípios para o transporte de educandos da zona rural?

– em 2014 e 2015 o orçamento da ação transporte escolar (recursos ordinários) foram superiores a R\$ 200 milhões (216 mi e 263 mi respectivamente) e ate 01/11/16 foram gastos em torno de R\$ 8,4 mi e a previsão para 2017 é de R\$ 13 mi e a partir de 2018 passará para R\$ 313 mi. O estado está interrompendo essa ação por dois anos? Qual a garantia de continuidade?

Proposta 104: Nova redação Ação 4609:

– Finalidade: Suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos EDUCANDOS e profissionais da rede estadual de ensino de educação básica de acordo com tempo de permanência na escola, a fim de garantir o acesso à alimentação saudável e adequada e contribuir para formação de bons hábitos alimentares, ADEQUANDO-SE A LEGISLAÇÃO NACIONAL PERTINENTE (LEI 11947/2009) E PRIORIZANDO O PAA (PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR).

– Produto: Educando atendido

– Unidade de medida: Educando

– Público-alvo: Educandos

– Fonte de recurso: QESE e PNAE

– Valor: 163.000.000 / 150.000.000

Proposta 105: Nova redação Ação 4645:

– Finalidade: Garantir o funcionamento adequado das unidades educacionais do ensino médio, por meio do provimento adequado de infraestrutura, NA PERSPECTIVA DO PADRÃO CAQI física, operacional, de segurança e acessibilidade (obras, mobiliários e equipamentos, INTERNET, LABORATÓRIOS, ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO).

– Produto: Escola atendida

– Unidade de medida: Escola

– Público Alvo: Educandos

– Meta: proposta visa implementar a ação em 187 escolas estaduais em 2017 e de 2018 a 2020 em 1320, sendo que em outubro de 2016 a SEE-MG divulgou a lista de escolas estaduais em MG e são 2301 deixando 2114 escolas fora desta ação em 2017 e 981 escolas de 2018 a 2020. (ADEQUAR AS METAS FÍSICAS À REALIDADE DO NÚMERO DE ESCOLAS EXISTENTES E INCLUIR NOVA FONTE/RECURSO)

– Fonte de recurso: QESE e TESOURO

– Valor: 14.860.946

Proposta 107: Nova redação Ação 4646:

– Finalidade: Prover ensino médio de forma a ampliar o acesso PÚBLICO E GRATUITO, melhorar a proficiência dos alunos e as taxas de conclusão, com eficiência no uso dos recursos EXCLUSIVAMENTE PÚBLICOS disponíveis.

– Produto: escola atendida

– Unidade de medida: escola

– Público-alvo: educandos

– Meta: proposta visa implementar a ação em 1320 escolas estaduais, sendo que em outubro de 2016 a SEE-MG divulgou a lista de escolas estaduais em MG e são 2301 deixando 981 escolas de fora desta ação. (ADEQUAR AS METAS FÍSICAS À REALIDADE DO NÚMERO DE ESCOLAS EXISTENTES E INCLUIR NOVA FONTE – TESOURO)

– Fonte de recurso: QESE e TESOURO

– Valor: 17.894.162

Proposta 108: Nova redação Ação 4647:

– Finalidade: prover ensino fundamental de forma a ampliar o acesso PÚBLICO E GRATUITO, DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 6 A 14 ANOS, CONSTRUINDO ESCOLAS NOS BAIROS QUE NÃO TEM A DEMANDA ATENDIDA, MELHORANDO a proficiência dos alunos e as taxas de conclusão, com eficiência no uso dos recursos disponíveis.

– Produto: escola atendida

– Unidade de medida: escola

– Público-alvo: educandos

– Meta: proposta visa implementar a ação em 2335 escolas estaduais, sendo que em outubro de 2016 a SEE-MG divulgou a lista de escolas estaduais em MG e são 3235 deixando 900 escolas fora dessa ação. (ADEQUAR AS METAS FÍSICAS À REALIDADE DO NÚMERO DE ESCOLAS EXISTENTES)

– Fonte de recurso: Ordinários / QESE

– Valor: 135.194.381 / 13.365.990

Proposta 109: Nova redação Ação 4644:

– Finalidade: Prover infraestrutura tecnológica adequada às unidades educacionais do Ensino Fundamental (...)

Proposta 111: RECOMENDAÇÃO

– Disponibilizar as entregas do Executivo juntamente com a proposta de revisão

– Informar o universo real do produto e/ou a porcentagem que a meta física representa dentro do universo.

REDE: 5 – Educação e Cultura

PROGRAMA: 211 – ESCOLAS SUSTENTÁVEIS

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 211 – Escolas Sustentáveis –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: O programa não contempla os ODS importantes nos conteúdos das ações e finalidades. O programa não abrange os princípios da universalização/acesso o CAQI, além de fontes necessárias de funcionamento.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 116/2016

PROPONENTES: Priscila Rios Martins (Serviço Social do Comércio – Sesc-MG (Belo Horizonte)) / Antônio Pedro Teixeira Filho (Instituição não informada) / Vera Lúcia Soares Teixeira (Instituição não informada) / Hani Gomes de Moura (Instituição não informada) / Maria Soares de Souza (Hospital Santa Maria Eterna (Santa Maria do Suaçuí)) / Geraldo Luís Andrade (Câmara Municipal de Viçosa (Viçosa)) / Danielle Feyeo (Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais – Fecitur (Três Marias)) / Deyse Magalhães Silveira (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Maria Elisângela da Fonseca Felix (Instituição não informada) / Martha Lucieny da Costa Araújo Petruceli (Instituição não informada) / Maria Aparecida Ferreira de Andrade (Instituição não informada) / Elizane Fonseca Felix (Instituição não informada) / Antônio Geraldo de Pádua Júnior (Skal de Belo Horizonte (Belo Horizonte)) / Nayane Barbosa da Silva (Instituição não informada) / Joice Gomes Pereira (Instituição não informada) / Vilma Maria Soares de Souza (Escritório de Advocacia Diego Peixoto (Santa Maria do Suaçuí)) / Divino Alves Vieira (Instituição não informada) / Maria de Barros Rodrigues (Instituição não informada) / Edioni Gonçalves dos Santos (Instituição não informada) / Vicentina Ferreira de Souza (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria do Suaçuí (Santa Maria do Suaçuí)) / Joselita Cordeiro Costa (Instituição não informada) / Maria Gorete Barreiros Soares (Instituição não informada) / Jordelina Rodrigues Gomes (Casa Lopes (Santa Maria do Suaçuí)) / Paulo Pimenta de Melo (Instituição não informada) / Maria das Dores dos Santos (Instituição não informada) / Maria Auxiliadora de S. Ribeiro (Instituição não informada) / Jaíne Godinho Reis (Instituição não informada) / Syndel Marrony Pereira (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 98: Ação 4092 – Para 2017 sugerimos que os territórios contemplados sejam Ouro Preto, Santa Maria do Suaçuí, Juiz de Fora, Viçosa, Minas Novas, Santana do Riacho (Serra do Cipó), Extrema e Araponga (Parque Estadual Serra do Brigadeiro).

Aumento da meta financeira para 80.000 para a regionalização multiterritorial.

Proposta 99: Ação 4094: Aumento da meta financeira para R\$ 100 mil para cada território

Recomendamos que nesta ação sejam incorporados recursos para produção e revisão de planos diretores municipais e regionais (circuitos turísticos) e planos municipais de turismo. Os recursos também devem ser aplicados em projetos dos circuitos



turísticos que compreendem as localidades e realidades do turismo em sua região. Recomendamos também que os encontros de presidentes e gestores sejam realizados em diferentes regiões a cada ano.

Proposta 100: Ação 4123: Sugerimos aumentar a meta física para 5, a fim de abranger mais municípios.

Propomos também o aumento do recurso designado a esta ação, uma vez que projetos de infraestrutura são onerosos e requerem mais recursos. Desta forma recomendamos que cada meta física tenha meta financeira de R\$ 500 mil, sendo os territórios contemplados os presentes e sustentável do turismo de Minas Gerais e o município de Santa Maria do Suaçuí, com seu roteiro religioso.

Proposta 101: Ação 4095: Incluir os territórios Mata (Juiz de Fora) e Caparaó (Viçosa)

Proposta 103: INCLUIR AÇÃO NOVA:

Nome: Caminho religioso entre Vales: Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce

Unidade responsável: Secretaria de Estado de Turismo

Finalidade: implantar o caminho turístico entre os vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce, visando o desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo

Produto: estudo diagnóstico das necessidades e potencial dos três vales

Unidade de medida: estudo

Público-alvo: gestores municipais, associações, comunidades locais e turistas

Metas:

2017

Multiterritorial

Física: 1

Financeiro: R\$ 500 mil

REDE: 1 – Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico

PROGRAMA: 34 – TURISMO COMO FATOR DE SUSTENTABILIDADE REGIONAL

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 34 – Turismo Como Fator de Sustentabilidade Regional –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 98: O desenvolvimento socioeconômico do Estado de Minas Gerais deve otimizar o potencial turístico das diversas microrregiões e os respectivos territórios; observar os circuitos existentes e os que podem surgir a partir do Plano Estadual de Turismo ou de outros momentos de planejamento. Nesse sentido as proposições apresentadas direciona ações em territórios e municípios diversos, reforçam a capacitação de gestores públicos e privados, projetos de sinalização e implantação de roteiros; elaboração de planos municipais e regionais de turismo sustentável, entre outros objetivos.

Proposta 103: Muitas pequenas cidades destes vales já recebem um número considerável de turistas; vale ressaltar o turismo religioso da cidade de Santa Maria do Suaçuí (Rio Doce), que já tem um fluxo de 40 mil visitantes por ocasião da comemoração do aniversário de morte do Servo de Deus Cônego Lafayette da Costa Coelho, pároco da cidade, que faleceu há 55 anos e já se encontra em processo de beatificação. A mesma está em fase final. O Position (documento oficial de Roma) possivelmente estará pronto no 1º semestre de 2017, e no semestre seguinte, sendo comprovado o segundo milagre em estudo, poderá acontecer ainda em 2017 a beatificação. Evento de grande impacto para toda a região, que deverá estar preparada para receber o grande fluxo de



turistas religiosos. E é por este motivo que solicitamos o estudo e o diagnóstico do caminho religioso entre vales para futuras ações de infraestrutura, capacitação, promoção, comercialização e desenvolvimento da produção associada a outros segmentos turísticos, por necessidades identificadas via diagnóstico a ser realizado em 2017.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 117/2016

PROPONENTES: Luis Carlos Pereira (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Montes Claros)) / Diogo Cunha Coelho (Fórum Errad. Combate Trab. Infantil e Proteção do Adolescente (Belo Horizonte)) / Adriana Silveira (Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher – Comdim (Belo Horizonte)) / Tani Rose Ribeiro Peret Moraes (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra / Cooperativa Guaii (Campo do Meio)) / Rogério Alves Henriques (Instituto Marista de Solidariedade (Contagem)) / Silvério do Prado (Fed. Interestad. Serv. Púb. Municipais e Estaduais – FESEMPRE (Belo Horizonte))

PROPOSTA:

Proposta 106:

Alterar as metas financeiras da Ação 4562 para:

2017: R\$ 1.080.000 (acréscimo de R\$ 540.000)

2018: R\$ 980.000 (acréscimo de R\$ 540.000)

2019: R\$ 740.000 (acréscimo de R\$ 300.000)

2020: R\$ 690.000 (acréscimo de R\$ 250.000)

Proposta 113: Alterar as metas financeiras da Ação 4639 para:

2017: R\$ 1.000.000 (acréscimo de R\$ 550.000)

2018: R\$ 1.000.000 (acréscimo de R\$ 550.000)

2019: R\$ 1.000.000 (acréscimo de R\$ 550.000)

2020: R\$ 1.000.000 (acréscimo de R\$ 550.000)

Proposta 110: Alterar as metas financeiras da Ação 4564 para:

2017: R\$ 900.000 (acréscimo de R\$ 800.000)

2018: R\$ 900.000 (acréscimo de R\$ 800.000)

2019: R\$ 900.000 (acréscimo de R\$ 800.000)

2020: R\$ 900.000 (acréscimo de R\$ 800.000)

obs.: R\$ 450.000 para investimento e R\$ 350.000 para custeio.

REDE: 3 – Saúde e Proteção Social

PROGRAMA: 125 – CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 125 – Consolidação da Política de Economia Solidária –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Considerando que a Economia Solidária é uma estratégia de desenvolvimento e geração de renda para os empreendimentos econômicos solidários e visando a sua inclusão produtiva e social e a qualidade de vida, demanda-se a suplementação de recursos financeiros em três ações fundamentais (4562, 4564, 4639).

Existem mais de 1.700 empreendimentos econômicoS solidários em MG que necessitam de recursos financeiros para se viabilizarem e terem sustentabilidade.

Demanda-se a formação e o assessoramento dos empreendedores e das empreendedoras econômicoS solidários, uma vez que uma gestão qualificada nos empreendimentos contribuirá para a autossustentabilidade e permanência no mercado. Contribuirá também para o trabalho em redes, o que fortalecerá o movimento de Economia Solidária.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 118/2016

PROPONENTES: Diogo Cunha Coelho (Fórum Errad. Combate Trab. Infantil e Proteção do Adolescente (Belo Horizonte)) / Luis Carlos Pereira (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Montes Claros)) / Tani Rose Ribeiro Peret Moraes (Movimento dos Trabalhadores do Sem Terra / Cooperativa Guaii (Campo do Meio)) / Silvério do Prado (Fed. Interstad. Serv. Púb. Municipais e Estaduais – FESEMPRE (Belo Horizonte)) / Adriana Silveira (Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher – Comdim (Belo Horizonte)) / Rogério Alves Henriques (Instituto Marista de Solidariedade (Contagem)) / Helen Cristina Patrício de Novais (Ponto Livre Gestão de Empreendimentos Criativos (Belo Horizonte))

PROPOSTA:

Proposta 114: AÇÃO NOVA (Restaurar a Ação 4679) – Jovem Aprendiz – no Programa 127, com alteração nos seguintes atributos:

Finalidade: Ampliar a qualificação e empregabilidade do jovem mineiro (14 a 24 anos – Lei da Aprendizagem – Lei federal nº 10.097/2000) no mercado formal de trabalho através da estrutura empresarial e da gestão pública estadual, prioritariamente as populações vulneráveis: jovens cumpridores de medidas socioeducativas; LGBTs (em especial a população de transexuais e travestis); abrigados; pessoas com deficiência e juventude de territórios vulneráveis por violência e homicídios.

Metas físicas e financeiras:

2017: física 1.000 e financeira R\$ 2.000.000,00

2018: física 1.000 e financeira R\$ 2.000.000,00

2019: física 1.000 e financeira R\$ 2.000.000,00

2020: física 1.000 e financeira R\$ 2.000.000,00

Proposta 143: CRIAR NOVA AÇÃO no Programa 127 com a finalidade de estimular e manter grupos, coletivos e empreendedores individuais da classe artística para atuar em eventos culturais e artísticos como protagonistas.

REDE: 3 – Saúde e Proteção Social

PROGRAMA: 127 – INCLUSÃO PRODUTIVA PARA O MUNDO DO TRABALHO

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 127 – Inclusão Produtiva para o Mundo do Trabalho –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 114: Como forma de oportunizar a juventude de 14 a 24 anos no mercado formal de trabalho, através da Lei da Aprendizagem (Lei federal nº 10.097/2000) e do ECA (Lei federal nº 8.069/2000), dando-lhe acesso à profissionalização e garantindo seus direitos, faz-se necessário cumprir e sobretudo ampliar, em caráter multiterritorial em MG, o Programa de Aprendizagem Profissional.

Deve-se também, de forma prioritária, dar acesso à aprendizagem para as populações mais vulneráveis: jovens cumpridores de medidas socioeducativas, LGBTs (em especial a população de transexuais e travestis), abrigados e jovens com deficiência. Além disso, deve ser inserida na Aprendizagem a juventude de territórios vulneráveis por violência/homicídios como ação preventiva.

Proposta 143: Criação de uma ação para o programa de geração de renda para o trabalho artístico dos mineiros para defesa do trabalhador da cultura.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 119/2016

PROponentes: Anita Gomes dos Santos (Pastoral Nacional do Povo de Rua (Belo Horizonte)) / Denis Augusto Lessa Firmiano (Instituição não informada) / Fabiana Rabelo dos Santos (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Regina Helena Cunha Mendes (Assoc. Profissionalizante do Menor de BH – Assprom (Belo Horizonte)) / Marcelo José da Silva (Instituição não informada) / Vânia Lúcia de Almeida (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Marcio Esperidião dos Santos (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Franciane Rabelo dos Santos (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Paulo César de Oliveira (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Lucas Gabriel Figueira Rocha (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Roberto Carlos Pinto (Conselho Estadual de Defesa Social (Belo Horizonte)) / Giliard Silva Souza (Instituição não informada) / Maria José Figueira Pereira (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Nádia Rodrigues Pereira (Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania – IJUCI (Belo Horizonte)) / Marice Ceres de Sousa (Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania – IJUCI (Belo Horizonte)) / João Francisco Farinas e Silva (Instituição não informada) / Flavio Rodrigo da Cruz (Instituição não informada) / Leila Xavier de Farias Rocha (Sind. Oficiais Registro Civil Estado Minas Gerais – RECIVIL (Belo Horizonte)) / Paulo Azanias (Instituição não informada) / Andreia Aparecida Felipe (Instituição não informada) / Fernanda Romeiro Costa (FAFICH – UFMG (Belo Horizonte)) / Roberta Muriell Soares Lima (Casa de Referência da Mulher Tina Martins (Belo Horizonte)) / Raíza Gomes Araújo de Paulo (Casa de Referência da Mulher Tina Martins (Belo Horizonte)) / Gisela Palmieri Torquato (Instituição não informada) / Marília Jardim de Sousa (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Junia Beatriz de Araújo Mattos (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Andréa do Socorro Luiz (Instituição não informada) / Edelweiss Maria Nogueira Soares (Sec. Est. Direitos Human., Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte))

PROPOSTA:

Proposta 116: Aumentar metas física e financeira da ação 4547:

Meta física: 2017 – de 5 para 10 Centros de Referência em Direitos Humanos; 2018 – manutenção dos 10 centros e ampliação de mais 7; 2019 e 2020 –manutenção dos 17 centros;

Meta financeira: de R\$500.000,00 para R\$700.000,00 para cada centro implantado e mantido.

Proposta 123: INCLUIR AÇÃO NOVA. Nome: Programa de Formação Permanente de Conselheiros de Direitos.

IAG: ação de acompanhamento geral.

Unidade responsável: Secretaria de Direitos Humanos e Participação Social –Sedpac.

Finalidade: Formação de conselheiros de direitos em áreas como educação e direitos humanos, proporcionando ações mais eficientes nos conselhos.



Produto: encontro de formação de conselheiros realizado.

Público-alvo: conselheiros direitos estaduais e municipais.

Território: Multiterritorial

Física: 8 encontros territoriais e 1 estadual – 2017; 9 encontros territoriais e 1 estadual – 2018; 8 encontros territoriais e 1 estadual – 2019; 9 encontros territoriais e 1 estadual – 2020.

Financeira: R\$500.000,00 por ano.

Proposta 131: INCLUIR AÇÃO NOVA. Nome: Residência Inclusiva

Finalidade: Oferecer moradia às pessoas com deficiência e promover ações de reabilitação, inclusão no mercado de trabalho, na educação e cultura.

Unidade responsável: Secretaria de Direitos humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac.

Produto: pessoas com deficiência atendidas.

Público-alvo: Pessoas com deficiência.

Metas de 2017 a 2020: Territórios: Triângulo Norte (Uberlândia);

Física: 20 pessoas; e Financeira: R\$400.000,00 por ano.

Proposta 134: INCLUIR AÇÃO NOVA. Nome: Implementação e Monitoramento do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

Produto: Plano estadual implementado e monitorado.

Unidade responsável: Fundo da Infância e Juventude.

IAG: Ação de Acompanhamento Intensivo.

Metas de 2017 a 2020:

Território: Multiterritorial. Física: 1 – plano; Financeira: R\$600.000,00 em cada ano

Proposta 135: Alteração de finalidade, de metas física e financeira e do identificador de ação governamental da ação 4145:

Finalidade: DESTINAR EQUIPAMENTOS PARA OS CONSELHOS TUTELARES E PARA OS CONSELHOS MUNICIPAIS e estaduais DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DO IDOSO, DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, DA JUVENTUDE, DA MULHER, DA IGUALDADE RACIAL E DA DIVERSIDADE SEXUAL, e alocar servidores para os conselhos estaduais já citados, PROPICIANDO MAIOR EFETIVIDADE NO CUMPRIMENTO DAS FUNÇÕES REGIMENTAIS DESSES CONSELHOS.

Metas de 2017 a 2020:

Física: acréscimo de 6 conselhos, totalizando 7 conselhos estaduais; e Financeira: R\$100.000,00 por conselho, totalizando R\$700.000,00 por ano

IAG: Ação de acompanhamento intensivo.

Proposta 175: INCLUIR AÇÃO NOVA. Nome: Ações afirmativas para povos e comunidades tradicionais.

Finalidade: Promover ações afirmativas para o empoderamento dos povos e comunidades tradicionais, através da formação humana, empreendedorismo na perspectiva da sustentabilidade socioeconômica e ambiental e de cursos informativos sobre conceito e direitos dos povos e comunidades tradicionais.

Unidade responsável: Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania.

Produto: pessoas atendidas



Público-alvo: povos e comunidades tradicionais.

Metas para o ano de 2017:

Território: Multiterritorial

Física: 400 pessoas

Financeira: R\$2.000.000,00.

Proposta 179: INCLUIR AÇÃO NOVA (Restauração da ação 4060) –Atenção ao Imigrante e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo

IAG: Ação de acompanhamento geral

Unidade responsável: Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania

Finalidade: Fomentar as ações de atenção ao público violado em decorrência de fluxos migratórios, bem como de enfrentamento ao tráfico de pessoas e trabalho, inclusive o infantil, no âmbito do Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e do Comitê interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Produto: Ação executada

Unidade de medida: Ação

Público-alvo: Vítimas de violação dos direitos humanos

Metas 2017 a 2020 –Territórios: Multiterritorial

Física e financeira: 1 e R\$700.000,00 para cada ano

Proposta 180: INCLUIR AÇÃO NOVA (Restauração da ação 4020), com alteração do nome. Nome: Programa de Enfrentamento ao Racismo.

Finalidade: Promover o empoderamento de jovens e mulheres negros através de formação humana e empreendedorismo na perspectiva da sustentabilidade socioeconômica e ambiental.

Unidade responsável: Sedpac

Produto: pessoas capacitadas

Metas para 2017: Território: Multiterritorial

Física: 400

Financeira: R\$1.000.000,00.

Proposta 181: INCLUIR AÇÃO NOVA. Nome: Fortalecimento Institucional de Grupos Culturais e Entidades do Movimento Social Negro do Estado.

Unidade Responsável: Sedpac

Finalidade: Apoiar grupos culturais, entidades do movimento negro e associações a se institucionalizarem (obter registro documental).

Produto: Registro documental

Público-alvo: grupos e entidades do movimento social negro do Estado.

Metas para 2017: Território: multiterritorial

Física: 50 grupos

Financeira: R\$1.000.000,00



Proposta 187: AÇÃO NOVA (Restaur a ação 4113). Nome: Promoção dos Direitos Humanos e Cidadania LGBT – Minas sem Homofobia

Finalidade: Realizar ações de promoção dos direitos humanos e cidadania LGBT, promovendo o combate à discriminação da população LGBT

Produto: programa implementado

Público-alvo: população do Estado

Unidade de medida: programa

IAG: Ação de acompanhamento geral

Metas para 2017 a 2020: Territórios: Multiterritorial: meta física 2 e meta financeira R\$500.000,00 por ano.

Proposta 188: INCLUIR AÇÃO NOVA. Nome: Operacionalização da Casa de Referência da Mulher Tina Martins

Unidade responsável: Sedpac

Finalidade: Manter a estrutura e os trabalhos da Casa de Referência da Mulher Tina Martins, com vista a possibilitar a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das mulheres, promovendo a igualdade de gênero e o fim da violência contra a mulher.

Produto: pessoa atendida/protegida

Público-alvo: mulheres em situação de vulnerabilidade no Estado

Metas e Território: Metropolitano

Física: 200 – 2017; 250 – 2018; 300 – 2019; 350 – 2020;

Financeira: R\$1.060.000,00 – 2017; R\$1.080.000,00 – 2018; R\$1.100.000,00 – 2019; R\$1.200.000,00 – 2020

Proposta 189: INCLUIR AÇÃO NOVA. Nome: Implantação e manutenção de equipamentos públicos para Mulheres – Casa Mulher Mineira

Finalidade: Implantar e manter equipamentos de acolhimento, abrigamento e passagem de mulheres em situação de violência de gênero.

Produto: unidade implantada/mantida

Metas e Territórios: Norte – Médio Jequitinhonha – Zona da Mata – Vale do Mucuri – Vale do Rio Doce

Física: 5 e financeira: R\$6.000.000,00.

Proposta 190: INCLUIR AÇÃO NOVA. Nome: Capacitação, qualificação e formação para as mulheres.

Finalidade: Capacitar, qualificar e formar profissionalmente as mulheres, com vistas a garantir autonomia e promover o enfrentamento à violência.

Produto: mulher atendida

Especificação do produto: mulher capacitada, qualificada ou formada profissionalmente.

Metas e território: Multiterritorial – física 1.000 e financeira R\$300.000,00

Proposta 191: INCLUIR AÇÃO NOVA. Nome: Promoção e Proteção dos Direitos das Mulheres em Privação de Liberdade e Egressas.

Produto: pessoa atendida

Especificação do Produto: Mulheres adolescentes, jovens e adultas.

Metas e Território: Multiterritorial – física: 2.000 e financeira: R\$500.000,00.



Proposta 192: INCLUIR AÇÃO NOVA. Nome: Ações afirmativas para Promoção da autonomia e empoderamento de mulheres negras.

Produto: pessoa atendida

Especificação do produto: mulheres negras atendidas

Metas e Territórios: Multiterritorial – física: 1.200 e financeira: R\$200.000,00.

Proposta 231: INCLUIR AÇÃO NOVA. Nome: Operacionalização, Fortalecimento e Expansão do Centro Risoleta Neves de Atendimento de Minas Gerais – Cerna.

Produto: mulheres atendidas/rede capacitada

Especificação do produto: Mulheres em situação de violência e trabalhadores da Rede de Atendimento a Mulheres em Situação de Violência.

Território: Metropolitano

Metas para 2017: física 500 mulheres atendidas/200 pessoas capacitadas; financeira R\$ 300.000,00.

REDE: 3 – Saúde e Proteção Social

PROGRAMA: 36 – PROMOÇÃO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 36 – Promoção da Cidadania e Participação Social –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 116: Implementar e manter em funcionamento os centros de referência em direitos humanos. A sugestão do valor da meta financeira foi baseada no custo do centro da Zona da Mata em 2016, que foi de R\$646.166,50.

Proposta 123: A proposta se justifica dada a necessidade e importância da interação dos conselheiros nas diversas pautas dos direitos humanos, garantindo-se a transversalidade. Ao ser implantada nos territórios proporcionará uma maior participação de conselheiros municipais e estaduais, bem como maior qualificação dessa participação.

Proposta 131: Essa proposta pretende implantar residência (modelo –como piloto) com capacidade de atendimento mensal de 20 pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social, econômica, abandono familiar e vítimas de violência, na faixa etária de 18 a 59 anos.

Proposta 175: A proposta pretende desenvolver ações afirmativas para povos e comunidades tradicionais, tais como:

– levantamento e organização de dados sobre as comunidades e povos tradicionais do Estado que se autodeclaram como tais;

– identificação de povos e comunidades tradicionais, por meio de cursos informativos sobre o conceito, para que eles se reconheçam e se autodeclarem como tais, e sobre os direitos garantidos a esses povos;

– cursos de formação humana e capacitação profissional e de sustentabilidade socioambiental;

Essas ações devem ser desenvolvidas pela Sedpac, por meio da Subsecretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em parceria com a Sedese, visando promover a autogestão e autonomia na produção e comercialização dos produtos de cada povo ou comunidade.

Proposta 179: Para consecução dos objetivos do Programa 36 é fundamental a manutenção da ação 4060 e não sua exclusão, visando ao enfrentamento do trabalho escravo, do trabalho infantil e do tráfico de pessoas e à atenção ao migrante e refugiados, por meio da priorização das seguintes ações:



- garantia de manutenção do Núcleo de Atendimento ao Cidadão, localizado na Casa de Direitos Humanos;
- posto de atendimento no aeroporto de Confins;
- capacidade de atendimento jurídico a esse público;
- realização de diagnóstico do público a fim de subsidiar ações de prevenção e repressão;
- realização de mutirões para garantir acesso aos serviços públicos básicos (emissão de documentos);
- capacitação, seminários e caravanas na RMBH e nos 17 territórios;
- promover ações de prevenção e repressão à violação de direitos dos migrantes e refugiados e ao tráfico de pessoas e trabalho escravo e infantil.

Proposta 180: A ação pretende desenvolver a formação e a capacitação de jovens e mulheres negros, com vistas ao empreendedorismo, instrumentalizando-os para adquirirem competências que lhes garantam geração de renda.

Proposta 181: Muitos grupos, entidades e associações do movimento negro existem de fato, mas não de direito, ou seja, não possuem documentação registrada, como CNPJ, atas, o que lhes impede de participarem de processos seletivos de representação nos Conselhos de Promoção da Igualdade Racial, editais do governo, dentre outros. O objetivo da ação, portanto, é proceder o registro de 50 grupos culturais ou entidades do movimento negro no Estado.

Proposta 187: Restaurar a ação 4113, que foi excluída com a justificativa de que foi incorporada pela ação 4548, que sofreu uma redução de R\$2.790.335,00 na meta financeira e de 44% na meta física. Com essa redução não há garantia de execução das ações de promoção e proteção dos direitos humanos e cidadania da população LGBT, considerando os contextos e processos de exclusão, como: alto índice de evasão escolar; baixo acesso aos equipamentos públicos de saúde; dificuldades de profissionalização e de acesso ao mercado de trabalho; violência doméstica; alto índice de mortalidade, com destaque para a população trans; estupro corretivo das mulheres lésbicas; negação do direito básico de uso do nome social.

Proposta 188: A atual política pública do Estado não é capaz de suprir a demanda das mulheres de vulnerabilidade (física, emocional, financeira). Desde o surgimento da Casa Tina Martins, cerca de 200 mulheres são atendidas por mês. Ocorre que esta iniciativa gera custos, que têm sido supridos por arrecadações instáveis, com as quais não é possível prever e buscar melhorias para a infraestrutura da Casa e estabelecer ações específicas para a promoção e proteção das mulheres na RMBH, por meio das seguintes estratégias:

- Formação política: empoderamento e emancipação das mulheres;
- Atendimento primário: promover a orientação e mecanismos de apoio;
- Proteção à vida e à integridade da mulher;
- Acolhimento e abrigo emergencial.

O orçamento proposto assegura condições básicas de manutenção da casa, bem como todos os serviços ofertados por ela.

- À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 120/2016

PROPONENTES: Luis Carlos Pereira (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Montes Claros)) / Rogério Alves Henriques (Instituto Marista de Solidariedade (Contagem)) / Diogo Cunha Coelho (Fórum Errad. Combate Trab. Infantil e Proteção do Adolescente (Belo Horizonte)) / Adriana Silveira (Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher – Comdim (Belo Horizonte)) / Tani Rose Ribeiro Peret Moraes (Movimento dos Trabalhadores do Sem Terra / Cooperativa Guaii (Campo do Meio)) / Silvério do Prado (Fed. Interestad. Serv. Púb. Municipais e Estaduais – FESEMPRE (Belo Horizonte)) / Thiago Alves da Silva Costa (Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual – Cellos (Belo Horizonte)) / Daniel Galvão Borges (Instituição não informada) / Luan Aiuá

Vasconcelos Fernandes (Instituição não informada) / Demilson Malta Vigiano (Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania (Belo Horizonte)) / Alessandra Amatto (Instituição não informada) / Bruno Alves Chaves (Instituição não informada) / Raíza Gomes Araújo de Paulo (Casa de Referência da Mulher Tina Martins (Belo Horizonte)) / Janne Ágata Chagas (Casa de Referência da Mulher Tina Martins (Belo Horizonte)) / Fernanda Romeiro Costa (FAFICH – UFMG (Belo Horizonte)) / Roberta Muriell Soares Lima (Casa de Referência da Mulher Tina Martins (Belo Horizonte)) / Gisela Palmieri Torquato (Instituição não informada) / Marília Jardim de Sousa (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Junia Beatriz de Araújo Mattos (Sec. Est. Direitos Humanos, Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Andréa do Socorro Luiz (Instituição não informada) / Edelweiss Maria Nogueira Soares (Sec. Est. Direitos Humanos, Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Nathália Batista Ramos (Polícia Militar de MG – Diretoria de Apoio Operacional (Belo Horizonte)) / Thatiane Stephanie Mátia Zacarias (Casa de Referência da Mulher Tina Martins (Belo Horizonte)) / Gustavo Pessali Marques (Clínica de Direitos Humanos (Belo Horizonte)) / Thais Michelle Mátia Zacarias (Casa de Referência da Mulher Tina Martins (Belo Horizonte)) / Anna Luiza Sant'Ana Almeida (Casa de Referência da Mulher Tina Martins (Belo Horizonte)) / Poliana de Souza Pereira Inacio (Instituição não informada) / Renata Rocha (Casa de Referência da Mulher Tina Martins (Belo Horizonte)) / Jessica de Castro Santana (Casa de Referência da Mulher Tina Martins (Belo Horizonte)) / Eliane Dias Evangelista (Sec. Est. Direitos Humanos, Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Christina Diniz Meira (Conselho Estadual da Mulher – CEM (Belo Horizonte)) / Larissa Amorim Borges (Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres (Belo Horizonte)) / Maria Walkiria de Faro Coelho Guedes Cabral (Casa de Referência da Mulher Tina Martins (Belo Horizonte)) / Eliane Quaresma Caldeira de Araújo (Instituição não informada) / Aline Alda Antunes Lopes (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (Belo Horizonte)) / Lúcia Helena Apolinária da Silva (Centro Risoleta Neves de Atendimento à Mulher – Cerna (Belo Horizonte))

PROPOSTA:

Proposta 118:

Alterar os seguintes atributos da Ação 4580:

FINALIDADE: incluir o apoio à realização de 8 festivais da Reforma Agrária e Agricultura Camponesa, que envolvem a produção cultural e a feira de produtos da Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS: Alterar a meta física de 450 para 458 e a financeira de R\$ 0,00 para R\$ 2.000.000,00 na região Multiterritorial nos anos de 2017 a 2020.

Proposta 182:

Acréscimo de meta financeira na ação 4580 de R\$200.000,00 para realização do Projeto Protagonismo LGBT, totalizando R\$714.000,00 para os anos de 2017 a 2019.

REDE: 3 – Saúde e Proteção Social

PROGRAMA: 151 – APOIO ÀS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EMENTA:

Encaminha sugestão de alteração do Programa 151 – Apoio às Políticas de Desenvolvimento Social –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 118: Apoiar a realização de 8 festivais da Reforma Agrária e Agricultura Camponesa, que envolvem a produção cultural e a feira de produtos da Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

Proposta 182: O projeto de protagonismo LGBT desenvolvido com recursos públicos para a qualificação de participação no controle social e na defesa de direitos teve resultados positivos. Assim, é importante dar continuidade ao projeto, com foco no debate no campo da assistência social e empregabilidade, considerando a vulnerabilidade social a que são submetidos a população LGBT. O valor previsto é idêntico ao executado no referido projeto.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 121/2016

PROPONENTES: Liliane Maria Barbosa da Silva Resende (Depto. Intersind. Estatística Estudos Sócio-Econ. – DIEESE (Belo Horizonte)) / Maria das Graças Pereira de Souza (Instituição não informada) / Leandra Martins de Oliveira (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 120: Nova redação da Finalidade da Ação 2081: Incluir ao final: elaborar plano estratégico de formação continuada de todos os prof. educação com participação deste segmento e demais, atores envolvidos, com base em diagnóstico das necessidades formativas e observando o Plano Estratégico Nacional.

Proposta 121: SUPRIMIR AÇÃO 2131

Proposta 209: Alteração nos atributos do programa 212

– Objetivo: Remunerar os profissionais de educação, conferindo condições adequadas ao cumprimento da política remuneratória estabelecida pela Lei nº 21.710, de 30/6/2015 E OS ACORDOS FIRMADOS. QUALIFICAR TODOS OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, GRATUITAMENTE, POR MEIO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL, GRADUAÇÃO, PÓS GRADUAÇÃO, MESTRADO E DOUTORADO. Qualificar o servidor por meio de curso de educação básica, profissional, extensão, aperfeiçoamento, superior, mestrado e doutorado, que contribuam para a melhoria da qualidade e da eficiência dos serviços públicos prestados ao cidadão. Capacitar de forma continuada os profissionais da educação nos diferentes campos de atuação por meio de programas presenciais, semipresenciais e virtuais, de maneira a promover a melhoria da qualidade do sistema público de educação de Minas Gerais E IMPLEMENTAR POLÍTICAS PÚBLICAS PERMANENTES DE SAÚDE PREVENTIVA E OCUPACIONAL.

– ODS: INCLUIR O ODS 3 e 8

– Indicadores: Incluir/substituir: Percentual de Prof. Educação atendidos/ Políticas de ações saúde ocupacional – 2017 a 2020: 100%

Incluir: Percentual de Prof. Educação qualificados em graduação: 2017: 60% – 2020: 100%

Incluir: Percentual de Prof. Educação com pós- graduação: 2017: 70% – 2020: 100%

– Valor do programa: Incluir "janela" de R\$ 1.000.000 em Desp. de Capital

Proposta 210: Nova redação de Finalidade da Ação 2070 e alteração de meta física e financeira:

– Finalidade: Implementar ações permanentes de saúde e prevenção de acidentes voltados a todos os profissionais da educação básica, na perspectiva da prevenção, atenção e atendimento a saúde física, mental e emocional, visando a prevenir doenças e acidentes profissionais e melhorar as condições de trabalho, orientando os profissionais com formação e produção de material educativo, campanhas.

– Meta Física: cobertura de 100% dos prof. educação

– Meta financeira: adequar à meta física

– Meta física: Adequar o percentual para alcance de 95% em 2020 de p. educação temporários.

Proposta 211: Ação 2134 – Incluir ao final da finalidade: COM PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR E CUMPRIMENTO DA LEI 21.710 E ACORDOS FIRMADOS.

Proposta 212: Ação 2135 – Incluir ao final da finalidade: COM PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR E CUMPRIMENTO DA LEI 21.710 E ACORDOS FIRMADOS.

Proposta 213: Ação 2136 – Incluir ao final da finalidade: COM PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR E CUMPRIMENTO DA LEI 21.710 E ACORDOS FIRMADOS.

Proposta 214: Ação 2137 – Incluir ao final da finalidade: COM PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR E CUMPRIMENTO DA LEI 21.710 E ACORDOS FIRMADOS.

Proposta 215: Ação 2138 – Incluir ao final da finalidade: COM PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR E CUMPRIMENTO DA LEI 21.710 E ACORDOS FIRMADOS.

Proposta 216: Ação 2140 – Incluir ao final da finalidade: COM PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR E CUMPRIMENTO DA LEI 21.710 E ACORDOS FIRMADOS.

Proposta 217: Ação 2142 – Incluir ao final da finalidade: COM PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR E CUMPRIMENTO DA LEI 21.710 E ACORDOS FIRMADOS.

Proposta 218: Ação 2143 – Incluir ao final da finalidade: COM PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR E CUMPRIMENTO DA LEI 21.710 E ACORDOS FIRMADOS.

Proposta 219: Ação 2144 – Incluir ao final da finalidade: COM PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR E CUMPRIMENTO DA LEI 21.710 E ACORDOS FIRMADOS.

Proposta 224: Ação 2078 – Alteração de Finalidade: Extinguir o número de p. Educação (...) pagamento do Piso Salarial Nacional do Magistério, Lei 11738/08 (...) proporcionando a sua plena inclusão a carreira dos p. educação básica.

– Meta física: Adequar o percentual para alcance de 95% em 2020 de p. educação temporários.

REDE: 5 – Educação e Cultura

PROGRAMA: 212 – VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 212 – Valorização e Formação dos Profissionais da Educação –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: O programa não contempla ODS importantes ao conteúdo das ações/finalidades.

O programa não abrange em suas ações os princípios da universalização, equidade e gestão democrática.

O programa prescinde de reestimar metas financeiras e novas fontes para cumprir os princípios e objetivos ODS.

Proposta 121: Não é prioridade do estado o atendimento a educação infantil.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 122/2016

PROPONENTES: João Roberto Souza Silva (Instituto Sociocultural do Jequitinhonha – Valemais (Belo Horizonte)) / Geraldo André da Silva (Casa de Cultura Assist. Soc. Res. Afro Brasileira Lode Apara (Santa Luzia)) / Fernanda Romeiro Costa (FAFICH – UFMG (Belo Horizonte)) / Rodrigo Paiva Alvarenga (Instituição não informada) / Ernane Dias Martins (Instituição não

informada) / Valeria Regina Delfim (Prefeitura Municipal de Contagem (Contagem)) / Marcelo Xavier Ramos (Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG (Belo Horizonte)) / Sula Kyriacos Mavrudis (Rede de Apoio ao Circo (Belo Horizonte))

PROPOSTA:

Proposta 133: INCLUIR AÇÃO NOVA:

Criação de ação nova para conservação e restauração do patrimônio cultural Casa dos Cacos em Contagem, com destinação de recursos.

– Unidade responsável: IEPHA

– Finalidade: Garantir a integridade física de bens protegidos e o valor cultural que eles contêm, destacando suas potencialidades histórica, cultural e simbólica e desenvolver estratégias de conservação do acervo cultural protegido. (igual ação 1051)

– Produto: intervenção concluída

– Unidade: intervenção

– Público-alvo: municípios

– Território: metropolitano

– Meta física: 1

– Meta financeira: R\$ 700.000,00

Proposta 136: Considerando que as ações existentes não contemplam as ações propostas, o grupo sugere:

– a ampliação dos recursos da ação 4240, para que contemple o levantamento, mapeamento e inventário dos seguintes grupos:

a) de cultura popular do Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri, com destinação de recursos no valor de R\$ 500.000,00

b) da Casa de Cultura Lodé Apará, em Santa Luzia (cultura Bantu) com destinação de recursos de R\$250.000,00

c) de cultura junina mineira, com destinação de recursos no valor de R\$ 400.000,00

REDE: 5 – Educação e Cultura

PROGRAMA: 99 – PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 99 – Preservação do Patrimônio Cultural –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 123/2016

PROPONENTES: Anita Gomes dos Santos (Pastoral Nacional do Povo de Rua (Belo Horizonte)) / Denis Augusto Lessa Firmiano (Instituição não informada) / Marcelo José da Silva (Instituição não informada) / Giliard Silva Souza (Instituição não informada) / Paulo César de Oliveira (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Maria José Figueira Pereira (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Lucas Gabriel Figueira Rocha (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Roberto Carlos Pinto (Conselho Estadual de Defesa Social (Belo Horizonte)) / Fabiana Rabelo dos Santos (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Vânia Lúcia de Almeida (Sec. Est. Direitos Humanos, Partic. Social e Cidadania – Sedpac (Belo Horizonte)) / Márcio Esperidião dos Santos (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de Fora)) / Franciane Rabelo dos Santos (Instituto Educação e Cidadania (Juiz de



Fora)) / Regina Helena Cunha Mendes (Assoc. Profissionalizante do Menor de BH – Assprom (Belo Horizonte)) / Leila Xavier de Farias Rocha (Sind. Oficiais Registro Civil Estado Minas Gerais – RECIVIL (Belo Horizonte)) / João Francisco Farinas e Silva (Instituição não informada) / Andreia Aparecida Felipe (Instituição não informada) / Flávio Rodrigo da Cruz (Instituição não informada) / Paulo Azanias (Instituição não informada) / Nádia Rodrigues Pereira (Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania – IJUCI (Belo Horizonte)) / Marice Ceres de Sousa (Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania – IJUCI (Belo Horizonte)) / Gisela Palmieri Torquato (Instituição não informada) / Edelweiss Maria Nogueira Soares (Sec. Est. Direitos Humanos, Partic. Social e Cidadania – Sedpac (Belo Horizonte)) / Thais Michelle Mátia Zacarias (Casa de Referência da Mulher Tina Martins (Belo Horizonte)) / Anna Luiza Sant'Ana Almeida (Casa de Referência da Mulher Tina Martins (Belo Horizonte)) / Renata Rocha (Casa de Referência da Mulher Tina Martins (Belo Horizonte)) / Jessica de Castro Santana (Casa de Referência da Mulher Tina Martins (Belo Horizonte)) / Aline Alda Antunes Lopes (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (Belo Horizonte)) / Bruno Alves Chaves (Instituição não informada) / Alessandra Amatto (Instituição não informada) / Luan Aiuá Vasconcelos Fernandes (Instituição não informada) / Fernanda Romeiro Costa (FAFICH – UFMG (Belo Horizonte)) / Raíza Gomes Araújo de Paulo (Casa de Referência da Mulher Tina Martins (Belo Horizonte)) / Marília Jardim de Sousa (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Nathália Batista Ramos (Polícia Militar de MG – Diretoria de Apoio Operacional (Belo Horizonte)) / Thatiane Stephanie Mátia Zacarias (Casa de Referência da Mulher Tina Martins (Belo Horizonte)) / Gustavo Pessali Marques (Clínica de Direitos Humanos (Belo Horizonte)) / Poliana de Souza Pereira Inácio (Instituição não informada) / Eliane Dias Evangelista (Sec. Est. Direitos Humanos, Partic. Social e Cidadania – Sedpac (Belo Horizonte)) / Christina Diniz Meira (Conselho Estadual da Mulher – CEM (Belo Horizonte)) / Larissa Amorim Borges (Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres (Belo Horizonte)) / Maria Walkiria de Faro Coelho Guedes Cabral (Casa de Referência da Mulher Tina Martins (Belo Horizonte)) / Eliane Quaresma Caldeira de Araújo (Instituição não informada) / Lúcia Helena Apolinária da Silva (Centro Risoleta Neves de Atendimento à Mulher – Cerna (Belo Horizonte)) / Daniel Galvão Borges (Instituição não informada) / Thiago Alves da Silva Costa (Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual – Cellos (Belo Horizonte)) / Demilson Malta Vígiano (Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania (Belo Horizonte)) / Janne Ágata Chagas (Casa de Referência da Mulher Tina Martins (Belo Horizonte)) / Roberta Muriell Soares Lima (Casa de Referência da Mulher Tina Martins (Belo Horizonte)) / Junia Beatriz de Araújo Mattos (Sec. Est. Direitos Humanos, Partic. Social e Cidadania/Sedpac (Belo Horizonte)) / Andréa do Socorro Luiz (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 137: INCLUIR AÇÃO NOVA. Nome: Criação de Programa de Proteção Emergencial às Pessoas Ameaçadas.

IAG: Ação de acompanhamento geral.

Finalidade: Garantir atendimento emergencial às pessoas em situação de ameaça, tais como: população em situação de rua, jovens, travestis e transexuais, mulheres em situação de violência, dentre outros públicos.

Produto: pessoas ameaçadas

Unidade de medida: pessoas ameaçadas protegidas

Público-alvo: população mineira

Metas: Território: multiterritorial

Física: 30 pessoas por ano (2017 a 2020)

Financeira: R\$1.500.000,00 por ano (2017 a 2020).

Proposta 163: INCLUIR AÇÃO NOVA. Nome: Proteção a vítimas de trabalho escravo, tráfico de pessoas, migrantes e refugiados.



Finalidade: Promover assistência e proteção de direitos humanos, por meio da prevenção e reparação a vítimas e testemunhas, defensores de direitos humanos ameaçados ou em coação que buscam apoio e atendimento no núcleo de direitos humanos.

Unidade responsável: Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac.

Produto: vítima atendida

Público-alvo: vítimas de trabalho escravo, tráfico de pessoas, refugiados e migrantes

Metas: Território: metropolitano

Física: 50 pessoas por ano (2017 a 2020);

Financeira: R\$400.000,00 por ano (2017 a 2020)

Proposta 183: INCLUIR AÇÃO NOVA: Nome: Constituição de centros regionais de referência de atendimento à mulher em situação de violência

Finalidade: Implantar centros regionais de referência de atendimento à mulher em situação de violência para o suporte psicossocial e jurídico, em parceria com os municípios.

Produto: centros implantados

Público-alvo: mulheres em situação de violência

Metas e Territórios:

Baixo, Médio e Alto Jequitinhonha: 1 e R\$500.000,00 para cada ano (2017 a 2020)

Vale do Mucuri: 1 e R\$500.000,00 para cada ano (2017 a 2020).

Proposta 184: INCLUIR AÇÃO NOVA. Nome: Implantação de equipes técnicas em unidades móveis de acolhimento à mulher.

Finalidade: implantar novas unidades móveis com equipes técnicas especializadas, tendo em vista o atendimento às mulheres e a realização de ações de caráter preventivo contra a violência

Produto: unidades móveis

Público-alvo: mulheres

Metas e territórios:

Baixo, Médio e Alto Jequitinhonha: 2 e R\$1.800.000,00 para cada ano (2017 a 2020)

Vale do Mucuri: 1 e R\$900.000,00 para cada ano (2017 a 2020)

Totalizando 3 metas físicas e R\$2.700.000,00 para cada ano.

Proposta 185: INCLUIR AÇÃO NOVA. Nome: Capacitação dos Militares da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica da PMMG

Finalidade: capacitar os policiais militares para ações de prevenção e enfrentamento da violência doméstica, dentro do serviço da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica da PMMG.

Produto: policiais capacitados

Público-alvo: policiais militares

Territórios: Noroeste – Oeste – Caparaó – Mata – Vertentes – Sul – Sudoeste – Triângulo Norte – Triângulo Sul – Norte – Médio e Baixo Jequitinhonha – Mucuri – Alto Jequitinhonha – Central – Vale do Rio Doce – Vale do Aço



Metas 2017 a 2020: 4 e R\$4.000,00 para cada território e para cada ano, totalizando 60 policiais militares e R\$60.000,00 por ano.

Proposta 186: INCLUIR AÇÃO NOVA. Nome: Manutenção das Unidades Móveis de Acolhimento à Mulher.

Finalidade: Manter as unidades móveis de acolhimento à mulher em funcionamento.

Produto: unidades

Público-alvo: mulheres

Metas de 2017 a 2020

Territórios: Central – Mata – Médio Jequitinhonha: 1 e R\$300.000,00 para cada território, totalizando 3 unidades e R\$900.000,00 em cada ano.

REDE: 3 – Saúde e Proteção Social

PROGRAMA: 22 – POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 22 – Políticas de Proteção de Direitos Humanos –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 137: A proposta sugere a criação de um programa de proteção que garanta atendimento emergencial às pessoas ameaçadas. Espera-se que essa política possa atender o público dos programas de proteção já existentes (Provita, PPCAAM e PPDDH) que ainda aguardam avaliação desses programas, bem como outras pessoas ameaçadas que não se enquadram nos critérios desses programas, como a população em situação de rua, os jovens, travestis e transexuais, as mulheres vítimas de violência, entre outros públicos. Esse programa pretende, portanto, atender as pessoas ameaçadas por diversas motivações, evitando homicídios e possibilitando a proteção da integridade física e psicológica dessas pessoas. Para tanto, é necessário aporte de recursos suficientes para custear os locais de proteção e uma equipe técnica multidisciplinar para atendimento e acompanhamento dos casos.

Proposta 163: Promover a proteção de direitos humanos, por meio da prevenção e reparação a vítimas, testemunhas, defensores de direitos humanos ameaçados ou em coação para o trabalho escravo, tráfico de pessoas, refugiados e migrantes que buscam apoio e atendimento no Núcleo de Enfrentamento ou na Casa de Direitos Humanos, em parceria com o Comitê-MG, a OAB-MG e a UEMG. Para a consecução dessa finalidade, é necessário promover ações de formação e capacitação, assistência, mapeamento e desenvolvimento do Projeto Cidadania e Identidade.

Proposta 183: Fomentar e potencializar o trabalho de enfrentamento da violência contra a mulher, visando contribuir no processo de informação dos direitos das mulheres e no fortalecimento das políticas públicas destinadas a elas.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 124/2016

PROPONENTES: Wellington Ney Martins Rosa (Fica Vivo! Nova Contagem (Contagem)) / Sula Kyriacos Mavrudis (Rede de Apoio ao Circo (Belo Horizonte)) / Daniel Ramos (Instituição não informada) / Gustavo Ferreira Silva (Instituição não informada) / Selson Gomes Ferraz (Instituição não informada) / Mezaque Silva de Jesus (Instituição não informada) / Cláudio Marcio Teodoro Silva (Instituição não informada) / João Roberto Souza Silva (Instituto Sociocultural do Jequitinhonha – Valemais (Belo Horizonte)) / Vilmar Oliveira de Jesus (Instituto Sociocultural do Jequitinhonha – Valemais (Belo Horizonte)) / Francisco Pereira Damasceno (Instituto Cultural Valemais (Belo Horizonte)) / Patrícia Fonseca Alencar (Instituição não informada) / Francislei Henrique dos Santos (Central Única de Favelas – Cufá-BH (Belo Horizonte)) / Geraldo Luís Andrade (Câmara Municipal de Viçosa

(Viçosa) / Cláudia Houara de Castro (Instituição não informada) / Renato Paranhos dos Santos (Associação Comunitária Amigos da Cultura (Salto da Divisa)) / Nilson Flavio Vieira Costa (Cia de Teatro Só Riso (Jequitinhonha)) / Valter Hugo Nunes D'Oliveira (Grêmio Cultural Bartolomeu de Almeida Franca (Jequitinhonha)) / José Augusto Francisco Pereira (Federação Entid. Artísticas Culturais Vale do Jequitinhonha (Araçuaí)) / Guilherme Otávio Diniz (Instituição não informada) / Jardel Mendes Ferreira (Associação Papa João XXIII no Brasil (Medina))

PROPOSTA:

Proposta 138: Alteração na ação: Reforma, adequação e manutenção de espaços culturais e grupos.

Meta física: território metropolitano

Meta financeira: 2017 + R\$ 200.000,00 – para viabilizar a implantação do “centro de referência do circo” na antiga estação da Gameleira.

Proposta 139: INCLUIR AÇÃO NOVA: Fomento às atividades desenvolvidas pela Fundação de Rádio e Televisão educativa e cultural de Viçosa (FRATEV)

– Finalidade: Apoiar técnica e financeiramente os produtos midiáticos da FRATEV, no sentido de manter o funcionamento da tv Viçosa e rádio universitária.

– Produto: apoio concedido

– Unidade de medida: unidade

– Público-alvo: ouvintes e telespectadores da tv Viçosa e rádio universitária

– Metas física / financeira:

Território: Caparaó

2017 2018 2019 2020

1/160.000 1/160.000 1/160.000 1/160.000

REDE: 5 – Educação e Cultura

PROGRAMA: 138 – MODERNIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA INFRAESTRUTURA CULTURAL

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 138 – Modernização e Preservação da Infraestrutura Cultural –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 138: Considerando a condição nômade dos circos tradicionais, é necessário um espaço que valorize a centralização das ações de defesa de seus direitos fundamentais e da existência de termo de cooperação técnica com a PBH/FMC e a Rede de Apoio ao circo para implementação de Centro de Referência do Circo/Cidade do circo.

Proposta 139: A FRATEVI há mais de 20 anos vem prestando relevantes serviços de comunicação, através da TV Viçosa e Rádio Universitária. Com os cortes financeiros nas Universidades federais, a UFV principal mantenedora dos veículos, reduziu os apoios financeiros, inviabilizando o pleno financiamento dos veículos.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 125/2016

PROPONENTES: Cláudia Houara de Castro (Instituição não informada) / Gustavo Ferreira Silva (Instituição não informada) / Francisco Pereira Damasceno (Instituto Cultural Valemais (Belo Horizonte)) / Wellington Ney Martins Rosa (Fica Vivo!)

Nova Contagem (Contagem)) / Vilmar Oliveira de Jesus (Instituto Sociocultural do Jequitinhonha – Valemais (Belo Horizonte)) / João Roberto Souza Silva (Instituto Sociocultural do Jequitinhonha – Valemais (Belo Horizonte)) / Daniel Ramos (Instituição não informada) / Patrícia Fonseca Alencar (Instituição não informada) / Sula Kyriacos Mavrudis (Rede de Apoio ao Circo (Belo Horizonte)) / Selson Gomes Ferraz (Instituição não informada) / Mezaque Silva de Jesus (Instituição não informada) / Cláudio Marcio Teodoro Silva (Instituição não informada) / Francislei Henrique dos Santos (Central Única de Favelas – Cufa-BH (Belo Horizonte)) / Geraldo Luiz Pereira (Instituição não informada) / Geraldo Luís Andrade (Câmara Municipal de Viçosa (Viçosa)) / Renato Paranhos dos Santos (Associação Comunitária Amigos da Cultura (Salto da Divisa)) / Nilson Flavio Vieira Costa (Cia. de Teatro Só Riso (Jequitinhonha)) / Valter Hugo Nunes D'Oliveira (Grêmio Cultural Bartolomeu de Almeida Franca (Jequitinhonha)) / Jose Augusto Francisco Pereira (Federação Entid. Artísticas Culturais Vale do Jequitinhonha (Araçuaí)) / Guilherme Otávio Diniz (Instituição não informada) / Jardel Mendes Ferreira (Associação Papa João XXIII no Brasil (Medina))

PROPOSTA:

O Grupo reunido sugere que para o PPAG que o planejamento para os programas e ações por eixo para a cultural seja conformidade com o Sistema Estadual de Cultura que orienta, planeja e executa a gestão da Secretaria de Estado de Cultural MG.

REDE: 5 – Educação e Cultura

PROGRAMA: 132 – GESTÃO DA INFORMAÇÃO CULTURAL

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 132 – Gestão da Informação Cultural –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: O objetivo desta proposta para a ALMG – PPAG é que a partir de agora o orçamento do setor cultural de MG seja planejado a partir do Sistema Estadual de Cultura e seu Plano Estadual de Cultura.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 126/2016

PROPONENTES: Mezaque Silva de Jesus (Instituição não informada) / Cláudio Marcio Teodoro Silva (Instituição não informada) / Wellington Ney Martins Rosa (Fica Vivo! Nova Contagem (Contagem)) / Selson Gomes Ferraz (Instituição não informada) / Geraldo Luís Andrade (Câmara Municipal de Viçosa (Viçosa)) / Daniel Ramos (Instituição não informada) / Vilmar Oliveira de Jesus (Instituto Sociocultural do Jequitinhonha – Valemais (Belo Horizonte)) / Francislei Henrique dos Santos (Central Única de Favelas – Cufa-BH (Belo Horizonte)) / Cláudia Houara de Castro (Instituição não informada) / Jardel Mendes Ferreira (Associação Papa João XXIII no Brasil (Medina)) / Francisco Pereira Damasceno (Instituto Cultural Valemais (Belo Horizonte)) / João Roberto Souza Silva (Instituto Sociocultural do Jequitinhonha – Valemais (Belo Horizonte)) / Patrícia Fonseca Alencar (Instituição não informada) / Renato Paranhos dos Santos (Associação Comunitária Amigos da Cultura (Salto da Divisa)) / José Augusto de Oliveira (Instituição não informada) / Nilson Flavio Vieira Costa (Cia de Teatro Só Riso (Jequitinhonha)) / Gustavo Ferreira Silva (Instituição não informada) / Sula Kyriacos Mavrudis (Rede de Apoio ao Circo (Belo Horizonte)) / Valter Hugo Nunes D'Oliveira (Grêmio Cultural Bartolomeu de Almeida Franca (Jequitinhonha)) / Guilherme Otávio Diniz (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 141: INCLUIR AÇÃO NOVA: realização do Encontro de Povos Indígenas de MG

– Finalidade: propiciar espaço e condições para encontro anual das etnias em MG.

– Produto: encontro realizado



- Público-alvo: povos indígenas de MG
- Metas física /financeira para 2017 a 2020 : 1/ R\$ 400.000,00

Proposta 142: Alteração da Ação 4360:

- Finalidade: continuação do Festival MUCURIART.
- Território: Alto, médio e baixo Mucuri
- Valores:

2017 – 400.000,00
2018 – 420.000,00
2019 – 440.000,00
2020 – 460.000,00

Proposta 144: Ação 4360 – Realizar o projeto "Quando o Jequitinhonha Canta e Dança" na cidade de Belo Horizonte com a finalidade de fomentar o intercambio cultural da cultura popular do Vale do Jequitinhonha, através de realização de feiras de artesanato, feira gastronômica, apresentações folclóricas, show, poesia e literatura, durante 4 dias.

Metas física – 1 – valor: 200.000,00

Proposta 148: Ação 4361 – Criação de um centro de referência do artesanato do Vale do Jequitinhonha com instalação de um espaço permanente de exposição e venda de produtos artesanais na cidade de BH. a ação será desenvolvida pela Secretaria de Estado de Cultura, em parceria com a FECOJE.

Metafísica – 1 – Valor: R\$200.000,00

Proposta 149: Ação 4361 – Criar a Agência de Desenvolvimento do Pólo do Artesanato do Vale do Jequitinhonha com o objetivo de fomentar, capacitar e comercializar o artesanato, bem como, organizar as associações de artesãos da região, de forma coletiva em rede, com o propósito de gerar trabalho e renda para as entidades afins, seja na zona urbana e rural. Para esta ação será realizado um seminário na cidade de Araçuaí, no médio Jequitinhonha.

Proposta 151: Alteração da Ação 4364:

- Na finalidade: incluir "música"
- Na meta física: incluir "uma"
- Na meta financeira: incluir R\$300.000,00

Região: metropolitano

Proposta 155: Alteração da Ação 4364: Inclusão de meta física e financeira no território médio e baixo Jequitinhonha p/ apoio à realização 34º Festivale, realizado pela FECAJE.

Território: Médio e Baixo Jequitinhonha

Meta física: 1 por ano

Meta financeira: R\$400.000,00 por ano.

Proposta 156: Alteração da Ação 4366 – com a finalidade de incluir a comemoração do dia das Favelas, com objetivo de transformar estigma desses territórios em carisma, impulsionado pela Lei 2099/11 que estabeleceu o dia 04 de novembro como dia da Favela, propomos a ação de comemoração e visibilidade destes territórios.

Ações: shows musicais, lançamentos de livros, oficinas culturais

Meta física: 1

Meta financeira: R\$750.000,00

Proposta 158: Alteração da Ação 4366 – Amostra cultural de jovens moradores de periferia (participantes do programa Fica Vivo!)/ conexão jovem Viçosa.

– Produto: amostra cultural de jovens moradores de periferias e favelas.

– Público-alvo: jovens moradores de periferia e favelas

– Metas física / financeira:

2017 2018 2019 2020

Metropolitano 1 150.000 165.000 181.000 195.000

Caparaó 1 90.000 100.000 110.000 122.000 Proposta 159: Mudança regional:

Sugestão: Multiterritorial: curso para abranger os 17 territórios por ano com a participação de 300 pessoas com o orçamento de 100mil reais/ano.

Proposta 160: Alteração da Ação 4361 – Finalidade: Promover iniciativas e mapear ações e entidades voltadas para a economia criativa e solidária com objetivo de promover o desenvolvimento da produção e visibilidade da circulação de bens e serviços da cultura na economia mineira como impacto do volume de ações criadas e a serem dinamizadas no campo macro e microeconômico.

Público-alvo: população mineira

Unidade: 1271

Físico/financeiro: 1/2000,00

REDE: 5 – Educação e Cultura

PROGRAMA: 140 – FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 140 – Fomento e Incentivo à Cultura –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 141: Considerando ser estratégico para a sobrevivência e a valorização das culturas indígenas no mundo contemporâneo e possibilitar a existência de momentos de encontros e trocas simbólicas entre os povos que se encontram no território mineiro.

Proposta 142: O Instituto Vale do Mucuri, responsável pela realização "MUCURIART", movimento cultural e artístico do Vale do Mucuri, na tentativa de realizar sua terceira edição, vem requerer o recurso, entendendo que o nosso vale composto por 23 cidades, 04 comunidades indígenas MAXAKALI e comunidades quilombolas, necessitam de dar continuidade às ações que visam divulgar as culturas populares e tradicionais e intercâmbio entre seus participantes. Visa ainda resgatar a circulação dessas culturas, como festival da canção, feira de artesanato, oficinas, grupos tradicionais de folias, etc..

Proposta 151: Jogar luz sobre a produção musical mineira com especial enfoque nos artistas independentes na campanha de popularização da música pretende realizar todos os anos a ocupação de espaços culturais de BH com artistas locais de variados estilos musicais. O projeto nos moldes de campanha realizada na área teatral, nasceu do desejo de formação de novos públicos, fortalecendo e divulgação da cena local e estadual. Selecionar por meio de edital público, mais de 123 artistas/grupos para apresentação.

Criar condições de divulgação dos trabalhos de artistas mineiros: autores, intérpretes e compositores, antigos e atuais.

Garantir o acesso a preços populares para que o público possa assistir a shows de qualidade independente dos modismos musicais que influenciam as preferências de parte da população.

Proposta 155: O FESTIVALE – Festival da Cultural Popular do Vale de Jequitinhonha é realizado anualmente durante sete dias desde 1980 com objetivo de difundir e manter a cultura popular do Vale do Jequitinhonha com um público estimado em 2mil pessoas.

Proposta 158: Visando que os jovens moradores de periferias são portadores de vários talentos artísticos, porém não tem espaço na sociedade para expor seus talentos. Com essa amostra traremos oportunidade da periferia conhecer suas artes e seus artistas, desmarginalizar a cultura periférica. Mostrar para toda a sociedade quão bela é a arte periférica.

Proposta 159: Capacitação, Formação de gestores públicos e provados para qualificar a gestão das políticas públicas desenvolvidas nos municípios e fortalecer os objetivos do Sistema Municipal de Cultura.

Proposta 160: Fortalecer a economia criativa com arranjos locais, cidades e territórios com os grupos de artistas, produtores, gestores, coletivos que trabalham com os princípios solidários e criativos para sustentar o projeto pela gestão compartilhada voltada pelo acesso democrático da sociedade à cultura, dentro da diversidade cultural, inclusive da pessoa com deficiência.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 127/2016

PROPONENTE: Aurita da Silva Oliveira (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Geraldo Aparecido Souza (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Joel Vieira Alves (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Maria Aparecida Rodrigues de Miranda (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Vanesca Tomé Paulino (Movimento Negro de Uberlândia Visão Aberta (Uberlândia)) / Liliane Maria Barbosa da Silva Resende (Depto. Intersind. Estatística Estudos Sócio-Econ. – DIEESE (Belo Horizonte)) / Joaquina Júlia Martins (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte)) / Sônia Maria M. Mariquito Naime (Associação dos Moradores e Amigos do Bairro São Francisco (Pará de Minas)) / Analúcia Guimarães Couto (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – CONSEA (Belo Horizonte))

PROPOSTA:

Proposta 145:

1) Alterar o nome da Ação 2094 para "FORMAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E SOCIEDADE CIVIL PARA GARANTIR O MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS DE SANS"

2) Alterar o território para Multiterritorial

3) Alterar a meta financeira de 2017 para R\$ 200.000,00 (acréscimo de R\$ 100.000,00)

Proposta 168:

1) Alterar a finalidade da Ação 2098 para "DELIBERAR, PROPOR E MONITORAR AÇÕES INTEGRADAS E/OU INTERSETORIAIS VOLTADAS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL, FORTALECENDO E GARANTINDO O PLENO FUNCIONAMENTO DAS 25 COMISSÕES REGIONAIS DE SANS DE MG."

2) Alterar o território para Multiterritorial

3) Alterar a meta financeira de 2017 para R\$ 800.000,00.

Proposta 169:

1) Alterar o nome da Ação 2120 para "ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL DAS AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE MINAS GERAIS."

2) Alterar a finalidade da ação para "PROMOVER E FORTALECER AS AÇÕES DE SANS NOS ATUAIS 17 TERRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO DE MG."

3) Incluir os territórios do Alto Paranaíba, Norte e Triângulo Sul, com meta física de 1 para cada território, totalizando 28 no total.

4) Alterar a meta financeira total de 2017 para R\$ 100.000,00.

REDE: 6 – Governo

PROGRAMA: 128 – SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL

EMENTA:

Encaminha sugestão de alteração do Programa 128 – Segurança Alimentar Nutricional Sustentável –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Garantir o monitoramento efetivo das ações de segurança alimentar por território devido às estratégias de integração, regionalização e intersetorialidade, fortalecer as ações do Consea-MG que está estruturado em 15 comissões regionais, cujo desafio é acompanhar e assessorar o grande número de municípios em sua área de abrangência, além de ampliar e consolidar o Sistema de Segurança Alimentar – SISAN – nos municípios.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 128/2016

PROPONENTES: Luciana Soares de Barros Alcantara (Instituição não informada) / Junior José da Silva (Instituição não informada) / Ermelino Ribeiro (Instituição não informada) / Geraldo Marques Ferreira (Instituição não informada) / Eva Irena Kurek (Instituição não informada) / Gustavo Ferreira Silva (Instituição não informada) / Daniel Ramos (Instituição não informada) / Magno Rosa Nonato (Instituição não informada) / Maria Neusa Costa (Associação Cultural José Martí (Belo Horizonte)) / Francine Pereira Euzébio (Instituição não informada) / Marilene Pereira de Sousa (Instituição não informada) / Edmé Barbosa de Jesus (Instituição não informada) / Vinicius José Neves (Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Mucuri (Águas Formosas))

PROPOSTA:

Ampliar o rol de medicamentos e insumos produzidos pela Fundação Ezequiel Dias – Funed.

REDE: 3 – Saúde e Proteção Social

PROGRAMA: 43 – AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 43 – Ampliação, Manutenção e Modernização da Infraestrutura da Fundação Ezequiel Dias –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: O orçamento apresentado para execução no próximo ano é insuficiente para garantir a produção de medicamentos e outros insumos.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 129/2016

PROPONENTES: Edmé Barbosa de Jesus (Instituição não informada) / Vinicius José Neves (Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Mucuri (Águas Formosas)) / Hilda Gonçalves de Matos (Centro de Saúde Vera Cruz (Belo Horizonte)) / Magno Rosa Nonato (Instituição não informada) / Gustavo Ferreira Silva (Instituição não informada) / Daniel Ramos (Instituição não informada) / Maria Neusa Costa (Associação Cultural José Martí (Belo Horizonte)) / Júlia Cristiane Moreira da Costa e Silva (Instituição não informada) / Francine Pereira Euzébio (Instituição não informada) / Marilene Pereira de Sousa (Instituição não informada) / Luciana Soares de Barros Alcântara (Instituição não informada) / Junior José da Silva (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Implementar o projeto-piloto de atenção integral ao paciente com anemia falciforme na atenção primária à saúde em Ribeirão das Neves.

Para a implementação desse projeto, sugere-se alargar a meta financeira da Ação 4531, acrescentando no território metropolitano os seguintes valores:

2017 – 200.000

2018 – 220.000

2019 – 240.000

2020 – 260.000

REDE: 3 – Saúde e Proteção Social

PROGRAMA: 192 – ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 192 – Atenção Primária à Saúde –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: No município de Ribeirão das Neves existem muitas comunidades quilombolas e um grande número de pessoas negras. Nessa população há um número significativo de pessoas com anemia falciforme. Assim, a implementação de um projeto-piloto para atenção integral do paciente com anemia falciforme garantiria a identificação dos casos e o tratamento precoce da doença.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 130/2016

PROPONENTES: Hilda Gonçalves de Matos (Centro de Saúde Vera Cruz (Belo Horizonte)) / Maria de Oliveira Sá (instituição não informada) / Luciana Soares de Barros Alcântara (instituição não informada) / Ermelino Ribeiro (instituição não informada) / Geraldo Marques Ferreira (instituição não informada) / Gustavo Ferreira Silva (instituição não informada) / Daniel Ramos (instituição não informada) / Magno Rosa Nonato (Instituição não informada) / Maria Neusa Costa (Associação Cultural José Martí (Belo Horizonte)) / Júlia Cristiane Moreira da Costa e Silva (instituição não informada) / Francine Pereira Euzébio (instituição não informada) / Marilene Pereira de Sousa (instituição não informada) / Edmé Barbosa de Jesus (instituição não informada) / Junior José da Silva (instituição não informada) / Vinicius José Neves (Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Mucuri (Águas Formosas))



PROPOSTA:

Requer seja realizado estudo de viabilidade a fim de ampliar o elenco de medicamentos especializados fornecidos no Estado, em especial os medicamentos destinados ao tratamento de artrite reumatoide.

REDE: 3 – Saúde e Proteção Social

PROGRAMA: 175 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 175 – Assistência Farmacêutica –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: A listagem de medicamentos especializados distribuídos no Estado é restrita e não abrange algumas doenças, entre elas a artrite reumatoide.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 131/2016

PROPONENTES: Júlia Cristiane Moreira da Costa e Silva (Instituição não informada) / Gustavo Ferreira Silva (Instituição não informada) / Magno Rosa Nonato (Instituição não informada) / Hilda Gonçalves de Matos (Centro de Saúde Vera Cruz – Belo Horizonte) / Daniel Ramos (Instituição não informada) / Vinicius José Neves (Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Mucuri – Águas Formosas) / Júnior José da Silva (Instituição não informada) / Maria Neusa Costa (Associação Cultural José Martí – Belo Horizonte) / Ermelino Ribeiro (Instituição não informada) / Geraldo Marques Ferreira (Instituição não informada) / Luciana Soares de Barros Alcantara (Instituição não informada) / Eva Irena Kurek (Instituição não informada) / Francine Pereira Euzébio (Instituição não informada) / Marilene Pereira de Sousa (Instituição não informada) / Edmé Barbosa de Jesus (Instituição não informada).

PROPOSTA:

Proposta 152: Inclusão no PPAG, para o exercício 2017, das nomeações dos aprovados no concurso público da Secretaria de Estado de Saúde regido pelo Edital SES-MG 2/2014, homologado em 14 de fevereiro de 2015.

Proposta 157: Os funcionários da MGS vem sofrendo por terem ameaçados os seus postos de trabalho em toda a área da saúde. A MGS é uma empresa do Estado de Minas Gerais e é subordinada à Seplag. E todos os funcionários prestaram concurso público e são qualificados dentro de suas funções.

Proposta 161: Recomendação à Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte: construir uma cobertura na porta principal de entrada da UPA – Leste para que os pacientes possam aguardar sem estarem sujeitos a chuva e sol.

Proposta 174: Alteração da finalidade da Ação 4503 para: Promover o controle social nos termos da legislação do SUS, garantindo a participação dos usuários, profissionais de saúde e profissionais da Assistência Social, prestadores de serviço e gestores do SUS, visando ao controle social da execução da política de saúde com apoio e fortalecimento dos conselhos municipais de saúde, conforme legislação vigente.

REDE: 3 – Saúde e Proteção Social

PROGRAMA: 180 – GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 180 – Gestão do Sistema Único de Saúde –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 152: O número de aprovados para o provimento imediato de cargos das carreiras de Especialista em Políticas e Gestão de Saúde – EPGS – e Técnico de Gestão da Saúde – TGS – é de 1.292. O certame previu o total de 1.616 vagas para as duas carreiras. Ocorre que, até o presente momento, apenas 363 aprovados em EPGS foram nomeados, e não houve nenhuma nomeação para a carreira de TGS. Importa ressaltar que o concurso não é para formação de cadastro de reserva.

Tendo em vista que o PPAG objetiva a organização da ação governamental e resulta do reconhecimento de carências e demandas administrativas, é imprescindível a imediata nomeação de todos os aprovados no referido concurso, sob pena de que as ações previstas pelo PPAG para o ano de 2017 no eixo Saúde não sejam executadas.

Proposta 161: É necessário melhorar a infraestrutura da UPA – Leste para garantir melhores condições para que os pacientes possam esperar o atendimento.

Proposta 174: A alteração da finalidade da ação visa inserir os profissionais de Assistência Social no controle social do SUS, sob a justificação de que esses profissionais deram importante contribuição na construção do SUS e estão diretamente envolvidos com a população mais vulnerável.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 132/2016

PROPONENTES: Hilda Gonçalves de Matos (Centro de Saúde Vera Cruz – Belo Horizonte) / Luciana Soares de Barros Alcantara (Instituição não informada) / Maria Neusa Costa (Associação Cultural José Martí – Belo Horizonte) / Francine Pereira Euzébio (Instituição não informada) / Edmé Barbosa de Jesus (Instituição não informada) / Júnior José da Silva (Instituição não informada) / Eva Irena Kurek (Instituição não informada) / Gustavo Ferreira Silva (Instituição não informada) / Júlia Cristiane Moreira da Costa e Silva (Instituição não informada) / Vinícius José Neves (Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Mucuri – Águas Formosas) / Marilene Pereira de Sousa (Instituição não informada) / Magno Rosa Nonato (Instituição não informada) / Daniel Ramos (Instituição não informada).

PROPOSTA:

Proposta 153: Ação 4490 – Destinar recursos financeiros ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Mucuri para a compra de consultas e exames especializados. Para tanto sugere-se acrescentar na meta financeira da Ação 4490 os seguintes valores:

2017 – 280.000

2018 – 350.000

2019 – 420.000

2020 – 490.000

Proposta 162: Ação 4491 – Ampliar o número de leitos de urgência disponíveis para a região do Alto Jequitinhonha, considerando o acesso geográfico.

Proposta 166: Ação 4494 – Revisão do Plano de Ação Regional da Rede Cegonha para avaliar a possibilidade de aumentar os recursos previstos para a reforma da Maternidade Pública de Betim – Imbiruçu.

Sugestão de aumento de 150.000 para 2017 para a referida maternidade.

Proposta 170: Ação 4578 – Alterar a finalidade da Ação 4578 acrescentando o seguinte texto: “promovendo a atenção equitativa a populações vulneráveis (indígenas urbanos, pessoas privadas de liberdade com transtornos mentais, populações tradicionais e população LGBT)”.

Alterar também as metas financeiras acrescentando os seguintes valores:



2017 – 300.000

2018 – 400.000

2019 – 500.000

2020 – 600.000

Especificar o gasto para a região metropolitana destinando os recursos para a Casa de Apoio ao Indígena Urbano (Rua Conselheiro Saraiva, nº 8084, Alto Barroca)

REDE: 3 – Saúde e Proteção Social

PROGRAMA: 179 – REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 179 – Redes de Atenção à Saúde –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 153: A região do Médio Mucuri possui IDH extremamente baixo. A Programação Pactuada Integrada – PPI assistencial – não consegue atender toda a demanda por consultas e exames especializados da região. O consórcio de saúde está estruturado, mas os municípios não.

Proposta 162: Implantar a rede de urgência e emergência na região do Alto Jequitinhonha, aumentando o número de leitos na região, visando ao atendimento em tempo e local oportuno; a garantia de encaminhamento ao ponto de atenção mais adequado; a redução de gastos do município, de sequelas evitáveis e de óbitos.

Proposta 166: Recomendação à Secretaria de Estado de Saúde e à Secretaria Municipal de Saúde de Betim.

Proposta 170: A comunidade de indígenas urbanos carece de intervenções relativas às pessoas com transtornos mentais decorrentes do uso e abuso de álcool e outras drogas. Há necessidade de articulação entre as redes para assegurar atendimento mais diversificado para esse grupo. Dessa forma, parece oportuna a integração com a Sesp, uma vez que a população indígena já dispõe de um projeto de intervenção específica para essa finalidade. Cumpre registrar que a execução do projeto demanda aporte de recursos no valor de R\$ 600.000, para beneficiar indígenas de Belo Horizonte e Região Metropolitana, para um público estimado de 200 pessoas.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 133/2016

PROPONENTES: Gustavo Ferreira Silva (Instituição não informada) / Magno Rosa Nonato (Instituição não informada) / Vinicius Jose Neves (Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Mucuri (Águas Formosas)) / Edmé Barbosa de Jesus (Instituição não informada) / Daniel Ramos (Instituição não informada) / Maria Neusa Costa (Associação Cultural José Martí (Belo Horizonte)) / Julia Cristiane Moreira da Costa e Silva (Instituição não informada) / Francine Pereira Euzébio (Instituição não informada) / Marilene Pereira de Sousa (Instituição não informada) / Luciana Soares de Barros Alcantara (Instituição não informada) / Junior José da Silva (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Acrescentar na Ação 4623, no território Mucuri, as seguintes metas financeiras:

2017 – R\$ 200.000,00

2018 – R\$ 250.000,00

2019 – R\$ 300.000,00



2020 – R\$ 350.000,00

O Objetivo desse incremento é contemplar o Hospital Cura D'ars Machacalis.

REDE: 3 – Saúde e Proteção Social

PROGRAMA: 174 – POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO HOSPITALAR

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 174 – Política Estadual de Atenção Hospitalar –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: O Hospital Cura D'ars Machacalis, que atende aos Municípios de Machacalis, Butópolis, Santa Helena de Minas e Umburatiba, vem enfrentando dificuldades financeiras.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 134/2016

PROPONENTES: Helen Cristina Patrício de Novais (Ponto Livre Gestão de Empreendimentos Criativos (Belo Horizonte)) / Rubem Silveira dos Reis (Instituição não informada) / Guilardo Veloso de Andrade Filho (Instituto Sociocultural do Jequitinhonha – Valemais (Belo Horizonte)) / Tais Teonilia Ferreira (Instituição não informada) / Regina Helena Cunha Mendes (Assoc. Profissionalizante do Menor de BH – Assprom (Belo Horizonte))

PROPOSTA:

NOVA AÇÃO: Operacionalização do Conselho Estadual de Política Cultural/CONSEC

Finalidade: garantir a manutenção e financiamento das atividades do CONSEC-MG com vistas a fortalecer a descentralização da sua atuação.

Produto: Conselho apoiado

Público-alvo: população mineira

Território

Metas física/financeira: 1/1.000,00

REDE: 5 – Educação e Cultura

PROGRAMA: 135 – DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 135 – Democratização do Acesso à Cultura –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Sustentação do fomento de viagem ao CONSEC-MG para executar o trabalho nos territórios mineiros.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 135/2016

PROPONENTES: Helen Cristina Patrício de Novais (Ponto Livre Gestão de Empreendimentos Criativos (Belo Horizonte)) / Rubem Silveira dos Reis (Instituição não informada) / Guilardo Veloso de Andrade Filho (Instituto Sociocultural do Jequitinhonha –

Valemais (Belo Horizonte) / Tais Teonilia Ferreira (Instituição não informada) / Regina Helena Cunha Mendes (Assoc. Profissionalizante do Menor de BH – Assprom (Belo Horizonte))

PROPOSTA:

Proposta 165: NOVA AÇÃO:

Criar uma rede de comunicação integrada em cada um dos 18 territórios de desenvolvimento de MG.

– Finalidade: Prospecção e produção de conteúdo local nos territórios para a difusão/veiculação que possibilite o diálogo, a comunicação e a integração entre os territórios.

– Unidade: EMC/TVMINAS

– Produto: Programa de articulação integrado

– Público-alvo: população de MG, especialmente produtores culturais, grupos de cultura popular, escolas, cineclubes, tv e rádios comunitários.

– Meta física/financeira por território por ano: 1/1.000,00 (MULTITERRITORIAL)

Proposta 167: NOVA AÇÃO:

– Realização do V Encontro Popular de Cultura de MG

– Unidade responsável: 1271-SEC

– Finalidade: retornar a realização do EPC/MG.

– Produto: evento realizado

– Público-alvo: agentes e entidades culturais e sociais; gestores municipais de cultura, entre outros.

– Multiterritorial / 200.000,00

REDE: 5 – Educação e Cultura

PROGRAMA: 130 – PROMOÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 130 – Promoção e Difusão Cultural –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 165: Necessidade de produção e difusão de conteúdo nos territórios de desenvolvimento que possibilite a comunicação e integração entre os territórios.

Proposta 167: – conhecimento da produção cultural em MG

– troca de experiências e informações

– continuidade da articulação e organização dos movimentos culturais.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 136/2016

PROPONENTES: Sônia Maria M. Mariquito Naime (Associação dos Moradores e Amigos do Bairro São Francisco (Pará de Minas)) / Joel Vieira Alves (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – Consea (Belo Horizonte)) / Analúcia Guimarães Couto (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – Consea (Belo Horizonte)) / Maria Aparecida Rodrigues de Miranda (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – Consea (Belo Horizonte)) / Geraldo Aparecido Souza (Conselho de Segurança

Alimentar de Minas Gerais – Consea (Belo Horizonte)) / Aurita da Silva Oliveira (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – Consea (Belo Horizonte)) / Vanesca Tomé Paulino (Movimento Negro de Uberlândia Visão Aberta (Uberlândia)) / Joaquina Júlia Martins (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – Consea (Belo Horizonte)) / Liliane Maria Barbosa da Silva Resende (Depto. Intersind. Estatística Estudos Socioecon. – Dieese (Belo Horizonte))

PROPOSTA:

Proposta 171: Alterar, para 2017, a meta financeira da ação 2069 para R\$ 20.000.000,00.

Proposta 172: Alterar a finalidade da Ação 4315, incluindo o trecho entre aspas:

BENEFICIAR O LEITE ADQUIRIDO JUNTO AOS PRODUTORES BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF),

"inclusive permitindo o uso das fazendas e equipamentos da Epamig", VISANDO O FORTALECIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA, E DISTRIBUIR PARA OS BENEFICIÁRIOS CADASTRADOS NO PROGRAMA LEITE PELA VIDA.

REDE: 3 – Saúde e Proteção Social

PROGRAMA: 129 – LEITE PELA VIDA

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 129 – Leite Pela Vida, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Aporte majorado de recursos de contrapartida do Estado para garantia de distribuição para o público-alvo em caso de não repasse de recursos de convênios, garantindo a segurança alimentar da população.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 137/2016

PROPONENTES: Consolação Cifani da Conceição (Conselho Estadual de Assistência Social – Ceas (Belo Horizonte)) / Marcio Caldeira (Instituição não informada) / Rodrigo dos Santos França (Assoc. Profissionalizante do Menor de BH – Assprom (Belo Horizonte)) / Gislande Maria de Oliveira (Instituição não informada) / Nilce Heloísa Campos de Araújo (Sedese – Disque Direitos Humanos (Belo Horizonte)) / Leonardo Lobato Martins Costa (Conselho Estadual de Assistência Social – Ceas (Belo Horizonte)) / Catia Regina de Sales Gomes (Colegiado Gestores Municipais de Assist. Social MG – Cogemas (Belo Horizonte)) / Isabel de Castro Ferreira (Ministério Público – CAO Saúde (Belo Horizonte)) / Helen Cristina Patrício de Novais (Ponto Livre Gestão de Empreendimentos Criativos (Belo Horizonte))

PROPOSTA:

Proposta 173:

1) Alterar a meta financeira da Ação 4312, com um acréscimo de R\$ 1.500.000,00, totalizando R\$ 14.061,279,00, para os anos de 2017 a 2020.

2) Alterar a meta física para 355 municípios (acrécimo de 155).

Obs.: priorizar municípios que possuem menos de 20 mil habitantes e não possuem Creas. Também se propõe que o cofinanciamento seja de pelo menos R\$ 2.000,00 por mês, de acordo com critérios a serem pactuados na CIB e deliberados pelo Ceas.

Proposta 176:



1) Acrescentar o valor de R\$2.000.000,00 para 2017 (investimento) e R\$6.000.000,00 para os anos de 2018 e 2019, na Ação 4585.

2) Alterar a meta física para 100 entidades socioassistenciais contempladas com recursos para estruturação e qualificação de suas ofertas de acordo com critérios pactuados na CIB e deliberados pelo Ceas.

REDE: 3 – Saúde e Proteção Social

PROGRAMA: 114 – OFERTA DE PROTEÇÃO SOCIOASSISTENCIAL

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 114 – Oferta de Proteção Socioassistencial, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 173: A proposta de acrescentar o valor de R\$ 1.500.000,00 se justifica pelo fato de a maioria dos municípios com menos de 50 mil habitantes não possuir oferta de serviço de Proteção Social Especial (conforme no anexo da proposta). Assim, pretende-se criar um cofinanciamento do Estado para os municípios com esta finalidade.

Proposta 176: Conforme o Censo Suas 2015, existem 854 unidades de acolhimento institucional em Minas Gerais, sendo que destas 704 não governamentais. Essas unidades acolhem cerca de 20.000 pessoas em situação de violação de direitos e que demandam proteção social do Estado, o que inclui idosos, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, com sofrimento mental, mulheres em situação de violência, migrantes e população de rua.

Ainda de acordo com o Censo Suas, existem 930 centros de convivência no Estado, sendo 695 não governamentais. Esses centros realizam mais de 6 mil grupos de convivência, com o objetivo de fortalecer vínculos comunitários e familiares para mais de 120 mil crianças e adolescentes, idosos, mulheres, etc.

Esses dados evidenciam a grande relevância que a rede socioassistencial privada possui nas ofertas da política de assistência social.

Historicamente poucas ações no Estado foram destinadas especificamente para a estruturação e qualificação das ofertas realizadas pelas entidades.

Sendo assim, o aporte de recursos nesta ação, com o objetivo de criar um programa específico para o fortalecimento da rede privada do Suas em Minas Gerais constitui-se como uma estratégia fundamental para qualificar as ofertas para a população.

Para contemplar um número maior de unidades, sugerimos que o valor seja aumentado ao longo dos anos.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 138/2016

PROPONENTES: Júnior José da Silva (Instituição não informada) / Maria Neusa Costa (Associação Cultural José Marti (Belo Horizonte)) / Ermelino Ribeiro (Instituição não informada) / Geraldo Marques Ferreira (Instituição não informada) / Luciana Soares de Barros Alcântara (Instituição não informada) / Eva Irena Kurek (Instituição não informada) / Gustavo Ferreira Silva (Instituição não informada) / Daniel Ramos (Instituição não informada) / Magno Rosa Nonato (Instituição não informada) / Júlia Cristiane Moreira da Costa e Silva (Instituição não informada) / Francine Pereira Euzébio (Instituição não informada) / Marilene Pereira de Sousa (Instituição não informada) / Edmé Barbosa de Jesus (Instituição não informada) / Vinícius José Neves (Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Mucuri (Águas Formosas))

PROPOSTA:

Instalação de uma Central de Leitos no território Alto Jequitinhonha, em Diamantina.

REDE: 3 – Saúde e Proteção Social

PROGRAMA: 183 – REGULAÇÃO

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 183 – Regulação –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: A central de leitos que atende aos municípios da jurisdição da Superintendência do Jequitinhonha é a de Teófilo Otoni, que também é responsável pelo atendimento do Vale do Mucuri e Baixo Jequitinhonha. A sobrecarga de serviços da Central de Teófilo Otoni prejudica a agilidade no atendimento às demandas. Os territórios do Vale do Jequitinhonha são os únicos que não possuem central de leitos, sendo que a região se compõe por 62 municípios com uma população de 430.000 habitantes.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 139/2016

PROPONENTES: Conrado Ramos Rezende (Sind. Único dos Trabalhadores em Educação de MG – Sind-UTE-MG (Belo Horizonte)) / Maria Neusa Costa (Associação Cultural José Martí (Belo Horizonte))

PROPOSTA:

Proposta 193: Alteração do objetivo do programa para:

Aumentar o tempo de permanência diária dos alunos nas escolas, inclusive os adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa (educação integral), atingir o nível recomendado de proficiência por meio do desenvolvimento da educação básica, NA PERSPECTIVA DO CAQi, (desenvolvimento da educação básica), estruturar o ensino médio, mais participativo, possibilitando a mobilização social e emancipação dos jovens (desenvolvimento do ensino médio), prover o ensino fundamental de qualidade de forma a ampliar o acesso, NA PERSPECTIVA DA META 6 DO PNE, e as taxas de proficiência (desenvolvimento do ensino fundamental), avaliar a qualidade do ensino do sistema público de educação (Simave) e fortalecer a educação no contexto prisional e socioeducativo, COM PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

Proposta 194: Alterar a finalidade da ação 4657 para:

Promover ações para o desenvolvimento e melhoria da qualidade do ensino fundamental na rede estadual de educação de Minas Gerais, NAS PERSPECTIVAS DO CAQi

Proposta 195: Alterar a finalidade da ação 2067 para tornar a administração da rede estadual de ensino mais eficiente, garantindo vaga aos alunos no ensino fundamental através do cadastro escolar; ampliar o ensino médio na rede pública; organizar o plano de atendimento escolar com as SRE, COM PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR; autorizar o funcionamento de escolas e cursos técnicos e normal; regularizar a vida escolar dos alunos; garantir a execução do censo escolar de todas as redes de ensino do Estado, em especial a estadual; gerar e divulgar dados do censo escolar; contribuir com o Simade.

REDE: 5 – Educação e Cultura

PROGRAMA: 214 – EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 214 – Educação Integral e Integrada –, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: A inclusão da comunidade escolar no debate e planejamento da educação integral visa à integração da escola junto à sociedade. A meta 6 do PNE incluída como perspectiva no programa visa também a um diálogo do PPAG com o Plano Nacional de Educação. A inclusão do CAQi servirá como um padrão de atendimento escolar de qualidade.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 140/2016

PROPONENTES: Geraldo Luís Andrade (Câmara Municipal de Viçosa (Viçosa)) / Mezaque Silva de Jesus (Instituição não informada) / Priscila Porto de Sousa (Federação Mineira de Handebol (Belo Horizonte)) / Cláudio Marcio Teodoro Silva (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 197: Ação 4555 – O território de Caparaó – em 2017 – passa a ter 7 profissionais atendidos, na meta física, e R\$ 42.000,00 na meta financeira. Dessa forma, em 2017, a ação passa a ter a meta física total de 114, e a meta financeira total de R\$ 1.192.00,00

– Acrescentar na Lei Orçamentária Anual de 2017 que a ampliação de meta física e financeira da ação 4555, do Programa 178, será para atender 5 profissionais do território Caparaó, especificamente, atletas da modalidade levantamento de peso, do Município de Viçosa.

– Retira-se de "Reserva de Contingência" o valor de R\$ 42.000,00.

Proposta 198: – Alterar a finalidade da Ação 4558 para: Potencializar o esporte de Participação em Minas Gerais, em diversas modalidades esportivas olímpicas, não olímpicas e paralímpicas, visando o aumento da prática esportiva.

REDE: 3 – Saúde e Proteção Social

PROGRAMA: 178 – MINAS ESPORTIVA

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 178 – Minas Esportiva, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 197: O Município de Viçosa foi o pioneiro na prática do levantamento de peso de alto rendimento, inclusive sediando por anos a Federação Mineira de Levantamento de Peso. Nos dias de hoje a cidade é um celeiro de atletas já totalizando a participação de 4 viçosenses nas olimpíadas, porém treinando em clubes paulistas. Atualmente cerca de 30 atletas praticam a modalidade conquistando medalhas, nas competições nacionais e internacionais, porém não recebem incentivos governamentais.

Proposta 198: Considerando que vem ocorrendo uma queda significativa na participação das prefeituras/clubes no projeto, sugerimos a volta do formato para JIMI, que visa a participação e não o rendimento.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 141/2016

PROPONENTES: Geraldo Luís Andrade (Câmara Municipal de Viçosa – Viçosa) / Cláudio Márcio Teodoro Silva (Instituição não informada) / Priscila Porto de Sousa (Federação Mineira de Handebol – Belo Horizonte) / Mezaque Silva de Jesus (Instituição não informada)

PROPOSTA:



Proposta 199: Ação 4138 – Alteração nas metas física/financeira:

Multiterritorial – meta física: mais um evento apoiado em 2017

– meta financeira: mais R\$ 600.000 em 2017

Proposta 200:

– Recomendação 1: Encaminhar ao governador do Estado e ao Secretário de Estado de Fazenda ofícios solicitando que os recursos advindos da utilização do espaço esportivo "Jornalista Felipe Drummond" (Mineirinho) sejam retirados, em sua integralidade, para Ações 4507 – Ampliação e reestruturação de espaços esportivos e – 4504 – Gerenciamento de estruturas esportivas – dos Programas, respectivamente, 189 e 178, evitando-se, assim, que esses recursos sejam acrescidos do caixa único do Estado.

– Recomendação 2: Solicitar aos membros da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude a realização de audiência pública, para debater a criação de rubrica própria no orçamento ou a criação de fonte de recurso com vinculação específica, que viabilize o direcionamento dos recursos gerados pelo espaço esportivo "Jornalista Felipe Drummond" (Mineirinho) para a manutenção e investimento do próprio espaço.

– Recomendação 3: seja criado um espaço para treinamento dos atletas indígenas em cada aldeia, pois hoje não existe nenhuma estrutura e, com isso, eles ficam impedidos de treinar para os Jogos Indígenas; a verba destinada deve ser de R\$800.000,00, de 2017 a 2019. E acréscimo na meta física de 2 convênios/contratos assinados no território Multiterritorial.

– Recomendação 4: Alteração nas metas físicas e financeiras da ação 4507, do programa 189, para acrescentar, além do Multiterritorial (Território), o território do Caparaó, com a meta física 1 e a meta financeira de R\$ 126.370,00, para 2017 e anos seguintes. Dessa forma, as metas físicas totais passam para 63, e as metas financeiras totais para R\$ 7.961.316,10.

Acrescentar na Lei Orçamentária Anual de 2017, que o recurso do território do Caparaó acrescido à Ação 4507, do programa 189, do PPAG 2016/2019, revisão 2017, será destinado à reestruturação da Associação Esportiva Viçosense, do Município de Viçosa.

Retira-se da Reserva de Contingenciamento o valor de R\$126.370,00.

REDE: 3 – Saúde e Proteção Social

PROGRAMA: 189 – INCENTIVO AO ESPORTE

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 189 – Incentivo ao Esporte –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 199: Considerando a necessidade de continuidade da realização dos Jogos Indígenas de Minas Gerais, que já estão na sua quinta edição, e considerando a importância da realização desses jogos para o fortalecimento e a integração dos povos indígenas de Minas Gerais, sugerimos a ampliação do recurso para realização da sexta edição dos Jogos Indígenas.

Proposta 200: – Hoje a comunidade indígena não possui espaço nem estrutura para treinos e realização de esporte nas aldeias.

– A AGU, antiga Praça de Esportes de Viçosa, há cerca de 10 anos vem sendo gerenciada e mantida única e exclusivamente pelo Município de Viçosa, que não possui saúde financeira suficiente para manter as estruturas físicas desse espaço. Nos dias de hoje, o espaço encontra-se interditado pelos vários órgãos de controle, impossibilitando o desenvolvimento de várias ações que lá aconteciam, contemplando semanalmente milhares de jovens, adultos e idosos.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 142/2016

PROPONENTES: Helen Cristina Patrício de Novais (Ponto Livre Gestão de Empreendimentos Criativos – Belo Horizonte) / Renato Paranhos dos Santos (Associação Comunitária Amigos da Cultura – Salto da Divisa) / Analúcia Guimarães Couto – Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – Consea – Belo Horizonte).

PROPOSTA: Recomendação: Criação de um Programa Estadual nos moldes do Programa 122 – Água para Todos – Universalização do Acesso e Uso da Água –, com abrangência multiterritorial, com o objetivo de promover a universalização do acesso e o uso da água para consumo humano e produção de alimentos, atendendo, especialmente, à agricultura familiar.

REDE: 3 – Saúde e Proteção Social

PROGRAMA: 122 – ÁGUA PARA TODOS – UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO E USO DA ÁGUA.

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 122 – Água para Todos – Universalização do Acesso e Uso da Água –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: O convênio para o "Água para todos", com o Governo Federal, vai até 2017 e é restrito, em termos territoriais, à região do semiárido.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 143/2016

PROPONENTES: Cleide Aparecida Nepomuceno (Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPMG (Belo Horizonte)) / Analúcia Guimarães Couto (Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – Consea (Belo Horizonte)) / Helen Cristina Patrício de Novais (Ponto Livre Gestão de Empreendimentos Criativos (Belo Horizonte)) / Renato Paranhos dos Santos (Associação Comunitária Amigos da Cultura (Salto da Divisa))

PROPOSTA:

Proposta 204: Alteração de Ação 4298

Meta financeira: Acréscimo de R\$1.200.000,00 (extensivo para os anos de 2017 a 2020)

Multiterritorial

Proposta 206: Recomendação:

Garantir o apoio, por meio do aporte de recursos aos Municípios para saneamento, água, drenagem, esgoto, defesa das nascentes, preservação e garantia do acesso universal para todos.

Proposta 208: Inclusão de Ação.

Unidade Responsável: Secretaria de Estado de Cidades e Integração Regional

Nome: Implantação de Ações de Saneamento Rural (água e soluções de esgotamento sanitário)

Finalidade: Garantir a melhoria de condições de saúde para as comunidades rurais à medida que se implementam soluções de esgotamento sanitário e melhoria da qualidade da água.

Produto: convênio celebrado.

Unidade de Medida: unidade

Público-Alvo: população rural

Território: Multiterritorial



Metas física e financeira para 2017: 10 – R\$1.500.000,00

REDE: 2 – Infraestrutura e Logística

PROGRAMA: 145 – SANEAMENTO É VIDA

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 145 – Saneamento É Vida, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 204: Aporte de recursos financeiros para celebração de convênio com os municípios. Garantia de apoio do governo estadual por convênios com os municípios para o desenvolvimento do programa Saneamento é Vida.

Proposta 208: A população rural em Minas Gerais é de aproximadamente 2.500.000 pessoas. Sem nenhuma ação sistêmica de saneamento, depende sempre de ações pontuais que não permitem de fato reduzir as doenças de veiculação hídrica ainda comuns nessas áreas em pleno século XXI.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 144/2016

PROPONENTES: Jane Alves Fernandes (Instituição não informada) / Reinaldo da Silva Fernandes (Câmara Municipal de Brumadinho (Brumadinho)) / Alexandre Alves Ribeiro (Instituição não informada) / Jose Paulo da Silva (Associação dos Moradores dos B. Verônica, Rosimeire e Adj. (Ribeirão das Neves)) / Lourenço de Souza Silva (Associação dos Moradores do Chacreamento Fateiro (Sabará)) / Maria das Graças Pereira de Souza (Instituição não informada) / Geraldo Antônio de Paula (Instituição não informada) / Marília Jardim de Sousa (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Sebastião dos Santos (Instituição não informada) / Junior José da Silva (Instituição não informada) / Nara Alves Paraguai (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 223: Acréscimo de recursos na Ação 4184 e especificação da destinação dos recursos acrescentados.

Território: Metropolitano.

Nova meta física: 46

Nova meta financeira: R\$192.185.167,00

Destinação dos recursos: i) Construção de ponte sobre o Rio Paraopeba e construção de 4km de rodovia, com ciclovias, entre a MG-040 e a avenida Inhotim (completando, assim a ligação entre a BR-040 em Nova Lima e o Instituto Inhotim); ii) pavimentação do trecho entre a sede do Município de Brumadinho e o povoado de Casa Branca, com extensão aproximada de 18km.

Proposta 230: Ação 4185

Atender, por meio de acréscimo de 3 projetos nas metas físicas e R\$ 150.000,00 na metas financeira no território Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha da Ação 4185, aos seguintes trechos:

52 km entre Itamarandiba e Capelinha

92 km entre Araçuaí e Novo Cruzeiro

93 km entre Almenara, Pedra Grande e Pedra Azul.

REDE: 2 – Infraestrutura e Logística

PROGRAMA: 79 – ESTRADAS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 79 – Estradas de Minas: Infraestrutura Logística, da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 223: Estas obras foram definidas entre as prioridades da sociedade civil durante o Fórum Metropolitano e as discussões do PPAG 2016, mas não foram executadas. Beneficiariam milhares de pessoas da cidade de Brumadinho, da RMBH, de MG e do Brasil.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 145/2016

PROPONENTES: Junior José da Silva (Instituição não informada) / Lourenço de Souza Silva (Associação dos Moradores do Chacreamento Fateiro (Sabará)) / José Paulo da Silva (Associação dos Moradores dos B. Verônica, Rosimeire e Adj. (Ribeirão das Neves)) / Magno Rosa Nonato (Instituição não informada) / Maria das Graças Pereira de Souza (Instituição não informada) / Nara Alves Paraguai (Instituição não informada) / Alexandre Alves Ribeiro (Instituição não informada) / Sebastião dos Santos (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 225: Criação de ação intitulada "Segurança dos Terminais e Estações do Move Metropolitano", com a finalidade de equipar todas as estações e terminais do Move Metropolitano com câmeras de segurança interligadas ao monitoramento da PMMG, com melhora da iluminação.

Público-alvo: usuários do transporte público da região metropolitana.

Produto: kits de CFTV instalados

2017

Física: 09

Financeira: 1.500.000

2018

Física: 09

Financeira: 1.500.000

2017

Física: 20

Financeira: 1.500.000

2017

Física: 20

Financeira: 1.500.000

Proposta 226: Criação de nova ação, intitulada "Modernização Tecnológica da Fiscalização do Transporte Público Metropolitano", com a finalidade de desenvolver um aplicativo para modernização tecnológica eficiente da fiscalização do transporte público metropolitano.

Público-alvo: usuários do transporte público da região metropolitana.

Produto: aplicativo desenvolvido e em operação com parceria com departamento de transporte da UFMG.

Território: Metropolitano

Meta física: 1

Meta financeira: R\$1.000,00

REDE: 2 – Infraestrutura e Logística

PROGRAMA: 66 – DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

EMENTA: Encaminha sugestão de alteração do Programa 66 – Desenvolvimento e Integração da Infraestrutura de Transportes –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 225: A falta de segurança no transporte público metropolitano, e o crescente número de assaltos aos ônibus, estações e terminais do transporte público metropolitano. Em 2015 esta nova ação foi apresentada e aprovada. A Setop até a presente data não apresentou sequer os estudos orçamentários desta importante proposta.

Proposta 226: A modernização da fiscalização tecnológica por aplicativo permite eficiência do transporte público metropolitano com a participação direta dos usuários.

– À Comissão de Participação Popular.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 146/2016

PROPONENTES: Nara Alves Paraguai (Instituição não informada) / Sebastião dos Santos (Instituição não informada) / Junior José da Silva (Instituição não informada) / Lourenço de Souza Silva (Associação dos Moradores do Chacreamento Fateiro (Sabará)) / José Paulo da Silva (Associação dos Moradores dos B. Verônica, Rosimeire e Adj. (Ribeirão das Neves)) / Maria das Graças Pereira de Souza (Instituição não informada) / Marília Jardim de Sousa (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte)) / Alexandre Alves Ribeiro (Instituição não informada)

PROPOSTA:

Proposta 227: Ação 1037. Alteração de metas físicas e financeiras e especificação da destinação dos recursos, na mesma regionalização (Território Metropolitano)

Nova meta física: 2

Nova meta financeira: R\$3.000.000,00

Destinação: Elaboração de projetos básicos e executivos de ramais ferroviários para transporte de passageiros na RMBH, em especial o ramal do Paraopeba.

Proposta 228: Ação 1036

Alterar o texto da finalidade da Ação 1036, acrescentando ao texto atual o seguinte: "(...) e requalificar e monitorar a rede de transporte da RMBH.". Também, alteração das metas físicas e financeiras na Ação 1036 de maneira a atender as seguintes demandas:

– Monitoramento por GPS e GPRS

– Nova política tarifária garantida uma integração municipal e metropolitana por meio de bilhete único, em convênio entre o Estado e município.

– Ampliação das faixas exclusivas que ligam a região metropolitana.

Proposta 229: Ação 1036



Criação de linha de integração, compreendendo os trechos da BR-040, Esmeraldas – Ribeirão das Neves à estação de metrô Eldorado.

REDE: 2 – Infraestrutura e Logística

PROGRAMA: 67 – PLANEJAMENTO, GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

EMENTA:

Encaminha sugestão de alteração do Programa 67 – Planejamento, Gerenciamento e Fiscalização de Serviços e Infraestrutura de Transportes –, da proposta de revisão do PPAG 2016/2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Iniciativa Popular

Justificação: Proposta 227: Trechos previstos no PDDI da RMBH. Segundo representantes do Poder Executivo consultados, haveria recursos captados para tal finalidade.

Proposta 228: O objetivo é tornar o transporte com fins à fiscalização e a readequação da rede de transporte existente.

Proposta 229: Demanda de uma população de aproximadamente 60000 pessoas, que necessitam de deslocamento diário, tendo que submeter à única possibilidade que é pegar 4 conduções até Contagem.

– À Comissão de Participação Popular.

OFÍCIOS

Do Sr. Antônio Brandão, prefeito de Brumadinho, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.246/2016, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Gilmar de Assis, coordenador do CAO-Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento de Comissão nº 4.641/2015, do deputado Arlen Santiago. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Sebastião Helvécio, presidente do Tribunal de Contas, prestando informações relativas ao Requerimento de Comissão nº 6.347/2016, dos deputados Rogério Correia, Iran Barbosa e Geraldo Pimenta, e encaminhando cópia de manifestação da Diretoria de Engenharia e Perícia e Matérias Especiais do Tribunal de Contas do Estado. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta fase, a presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 39/2016

Ratifica regime especial de tributação para setor de fabricação de alimentos para animais, nos termos do art. 225-A da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:



Art. 1º – Fica ratificada a concessão de regime especial de tributação para o contribuinte do setor de fabricação de alimentos para animais, signatário de protocolo de intenções com o Estado, nos termos do art. 225-A da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, conforme exposição de motivos encaminhada por meio da Mensagem nº 198/2016.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

– Publicado, vai o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para deliberação, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 18.

PROJETO DE LEI Nº 3.902/2016

Declara de utilidade pública a Fundação Educacional e Cultural do Sudoeste Mineiro, com sede no Município de São Sebastião do Paraíso.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Fundação Educacional e Cultural do Sudoeste Mineiro, com sede no Município de São Sebastião do Paraíso.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Deputado Antônio Carlos Arantes (PSDB)

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.903/2016

Declara de utilidade pública a Associação Márcio Lubrimar de Assistência Social, com sede no Município de Pouso Alegre.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Márcio Lubrimar de Assistência Social, com sede no Município de Pouso Alegre.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Deputado Ulysses Gomes (PT), 1º-secretário da Mesa.

Justificação: A Associação Márcio Lubrimar de Assistência Social tem por finalidade a promoção da assistência social, da segurança alimentar e nutricional e do desenvolvimento econômico, com vistas ao combate à pobreza. Inclui entre suas finalidades a luta contra a exploração e o trabalho escravo e a difusão de valores solidários nos âmbitos ecológico, social, cultural e econômico.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTO Nº 5.862/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado à Vice-Procuradoria-Geral da República, em Brasília, pedido de providências para que encaminhe a esta Casa Legislativa cópia integral do processo da APn 836/DF, a fim de que, com conhecimento de seu inteiro teor, possamos analisar a instauração ou não de processo.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Deputado Noraldino Júnior (PSC), vice-líder do Bloco Compromisso com Minas Gerais.

Justificação: No dia 9/11/2016, compareceu à Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa de Minas Gerais o advogado Eugênio Pacelli, representante legal do governador Fernando Pimentel.

Na ocasião, o advogado afirmou que há nulidade da investigação por erros formais, entre os quais obtenção ilegal de prova, e que a acusação está eivada de vício desde o início, por não haver ofício do Ministério Público e da polícia nos autos que teriam motivado abordagem a uma aeronave, procedimento este que deu início ao processo em andamento.

Reiterando as palavras dos nobres colegas parlamentares durante a referida reunião, não há como avaliar bem a questão sem acesso às provas e elas não teriam sido remetidas ao Legislativo se não fosse para dar conhecimento aos deputados, por isso peço aprovação desta proposição.

– À Comissão de Administração Pública.

REQUERIMENTO Nº 5.884/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, "c", do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com o Município de Baldim pelo Projeto Natalino.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação ao Sr. João Antônio da Trindade, prefeito do município, na Rua Vitalino Augusto, 635, Centro, Baldim, CEP 35706-000.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Deputado Douglas Melo (PMDB), vice-presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

Justificação: O Projeto Natalino de Baldim traz uma programação diversificada, com o intuito de proporcionar entretenimento para a população da cidade e região. Essa programação inclui uma série de atividades, tais como recitais, corais e bandas civis de música, para comemorar a data natalina.

Para este parlamentar, é de suma importância o Projeto Natalino de Baldim, pois ele trará cultura e lazer para os municípios.

– À Comissão de Cultura.

REQUERIMENTO Nº 5.885/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, "c", do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Inhaúma pelo aniversário desse município, comemorado em 27 de dezembro.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação ao Sr. Max Oliveira dos Santos, prefeito do município, na Praça Expedicionário Claudovino Madalena, 25, Centro, Inhaúma, CEP 35710-000.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.



Deputado Douglas Melo (PMDB), vice-presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

Justificação Inhaúma comemora, em 27/12/2016, 68 anos de sua emancipação política, data de suma importância, pois o município contribui, e muito, para o desenvolvimento do nosso estado.

– À Comissão de Assuntos Municipais.

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.656/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 183 do Regimento Interno, seja o Projeto de Lei nº 3.845/2016 distribuído à Comissão de Segurança Pública para parecer.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Deputado Sargento Rodrigues (PDT), presidente da Comissão de Segurança Pública.

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.657/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 183 do Regimento Interno, seja o Projeto de Lei nº 3.676/2016 distribuído à Comissão de Desenvolvimento Econômico para parecer.

Sala das Reuniões, 16 de novembro de 2016.

Deputado Antônio Carlos Arantes (PSDB)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.659/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 180, § 3º, do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.353/2012, de sua autoria.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Deputado Antônio Lerin (PSB)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.660/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 180, § 3º, do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.450/2012, de sua autoria.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Deputado Antônio Lerin (PSB)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.661/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 180, § 3º, do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.429/2012, de sua autoria.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Deputado Antônio Lerin (PSB)



REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.662/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 180, § 3º, do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.733/2013, de sua autoria.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Deputado Antônio Lerin (PSB)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.663/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 180, § 3º, do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.932/2013, de sua autoria.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Deputado Antônio Lerin (PSB)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.664/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 180, § 3º, do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.458/2011, de sua autoria.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Deputado Antônio Lerin (PSB)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.665/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 180, § 3º, do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.748/2013, de sua autoria.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Deputado Antônio Lerin (PSB)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.666/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 180, § 3º, do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.781/2013, de sua autoria.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Deputado Antônio Lerin (PSB)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.667/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 180, § 3º, do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.624/2013, de sua autoria.



Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Deputado Antônio Lerin (PSB)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.669/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 180, § 3º, do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.619/2011, de sua autoria.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Deputado Antônio Lerin (PSB)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.671/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 180, § 3º, do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.034/2013, de sua autoria.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Deputado Antônio Lerin (PSB)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.672/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 180, § 3º, do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.778/2011, de sua autoria.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Deputado Antônio Lerin (PSB)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.673/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 180, § 3º, do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.448/2012, de sua autoria.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Deputado Antônio Lerin (PSB)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.674/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 180, § 3º, do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.323/2012, de sua autoria.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Deputado Antônio Lerin (PSB)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.675/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 180, § 3º, do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.352/2012, de sua autoria.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2016.

Deputado Antônio Lerin (PSB)

REQUERIMENTOS

Nº 5.865/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao deputado Cabo Júlio, que, no dia 9/11/2016, no Plenário desta Casa, proferiu discurso desrespeitoso ao chamar a deputada federal Maria do Rosário de "vaca" por três vezes, adjetivo que procura desqualificar, ofender e humilhar as mulheres. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 5.866/2016, do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de informações consubstanciadas no cronograma de retomada das obras da Rodovia MGC-455, que liga Uberlândia a Campo Florido, no Triângulo, paralisadas desde 2014, especificando a data da retomada das intervenções, os valores liberados para execução e a data prevista de conclusão das obras. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 5.867/2016, do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para retomada urgente das obras da Rodovia MGC-455, que liga Uberlândia a Campo Florido, no Triângulo, paralisadas desde 2014. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 5.868/2016, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 5ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 15/11/2016, em Campina Verde, que resultou na apreensão de 410kg de maconha e na detenção de três pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.869/2016, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 12ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar e no 58º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 14/11/2016, em Antônio Dias, que resultou na apreensão de um menor, armas de fogo, munição, coletes, toucas ninja, algema e quantia em dinheiro e na detenção de oito pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.870/2016, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 44º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 13/11/2016, em Almenara, que resultou na apreensão de armas de fogo e munição e na detenção de três pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.871/2016, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 4º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 10/11/2016, em Uberaba, que resultou na apreensão de 73,5kg de maconha e na detenção de uma pessoa; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)



Nº 5.872/2016, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 24º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 9/11/2016, em Monsenhor Paulo, que resultou na apreensão de drogas, celulares e quantia em dinheiro e na detenção de cinco pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.873/2016, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 62º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 15/11/2016, em Caratinga, que resultou na apreensão de 13kg de *crack* e na detenção de uma pessoa; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.874/2016, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 53º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 10/11/2016, em Araguari, que resultou na apreensão de drogas, ácido bórico, balança e celular e na detenção de uma pessoa; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.875/2016, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 54º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 10/11/2016, em Ituiutaba, que resultou na apreensão de drogas e quantia em dinheiro e na detenção de duas pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.876/2016, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 11ª Companhia de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar e na 2ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 10/11/2016, em Salinas, que resultou na apreensão de drogas e na detenção de três pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.877/2016, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Rede Globo de Televisão pedido de informações sobre o motivo pelo qual representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST – não foram ouvidos para a produção de reportagem veiculada no programa *Fantástico* sobre as ocupações realizadas no País.

Nº 5.878/2016, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Procuradoria Regional do Ministério Público do Trabalho pedido de providências, acompanhado de trecho das notas taquigráficas da 18ª Reunião Ordinária, realizada em 16/11/2016, que contém a fala do Sr. Zion Seixas, para apuração das denúncias ali apresentadas no que diz respeito às condições de trabalho dos empregados da empresa de segurança patrimonial Prosegur.

Nº 5.879/2016, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Esportes pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 18ª Reunião Ordinária, realizada em 16/11/2016, para efetivar as medidas cabíveis em face das denúncias relativas ao contrato firmado com a empresa Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. para a administração do Estádio Governador Magalhães Pinto.

Nº 5.880/2016, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário – CAO-DH – do Ministério Público pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 18ª Reunião Ordinária, realizada em 16/11/2016, para apuração das denúncias ali apresentadas quanto à situação dos torcedores no Estádio Governador Magalhães Pinto.



Nº 5.881/2016, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para envidar esforços na apuração da tentativa de homicídio sofrida pelo Sr. Antônio Gaspar Flores, em 4/11/2016, na área rural do Município de Guarda-Mor, cuja autoria é imputada ao Sr. Antônio Luiz Caetano dos Santos.

Nº 5.882/2016, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja formulada manifestação de apoio aos trabalhadores e aos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST – presentes na Escola Florestan Fernandes quando ocorreu a invasão do local pela Polícia Civil do Estado de São Paulo.

Nº 5.883/2016, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações, acompanhado das notas taquigráficas da 18ª Reunião Ordinária, realizada em 16/11/2016, sobre as conclusões do inquérito policial que apura as circunstâncias da morte do Sr. Eros Dátilo Belisário, durante jogo realizado no Estádio Governador Magalhães Pinto, em 26/10/2016. (– À Mesa da Assembleia.)

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Cultura e de Desenvolvimento Econômico.

Oradores Inscritos

– O deputado Paulo Guedes e a deputada Ione Pinheiro proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, no uso de suas atribuições, determina o arquivamento, por perda de objeto, do Requerimento nº 5.406/2016, do deputado Carlos Pimenta, nos termos do inciso IV do art. 180 do Regimento Interno.

Mesa da Assembleia, 17 de novembro de 2016.

Adalclever Lopes, presidente.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 5.857/2016, da Comissão de Minas e Energia, e 5.877 a 5.882/2016, da Comissão de Direitos Humanos. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões:

de Cultura – aprovação, na 16ª Reunião Ordinária, em 9/11/2016, dos Projetos de Lei nºs 1.293/2015, do deputado Cássio Soares, 3.547/2016, do deputado Cristiano Silveira, 3.605/2016, da deputada Arlete Magalhães, e 3.673/2016, do deputado Roberto Andrade, e dos Requerimentos nºs 5.169 e 5.335/2016, do deputado Wander Borges, 5.330/2016, do deputado Thiago Cota, 5.456, 5.458 e 5.734/2016, do deputado Bosco, 5.661/2016, do deputado Noraldino Júnior, e 5.682 e 5.719/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel;



e de Desenvolvimento Econômico – aprovação, na 7ª Reunião Extraordinária, em 16/11/2016, do Projeto de Lei nº 2.585/2015, do deputado Antônio Lerin, e dos Requerimentos nºs 5.659/2016, do deputado Felipe Attiê, e 5.725 e 5.726/2016, da deputada Rosângela Reis (Ciente. Publique-se.).

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

Em resposta à questão de ordem formulada pelo deputado Gustavo Corrêa nesta reunião ordinária, a presidência esclarece que a Mesa da Assembleia, em decisão proferida em 1º/11/2016, decidiu pela aplicação dos arts. 217 e 280 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD – e, em caráter complementar, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais ao procedimento de autorização para instauração de processo, por infração penal comum, contra o governador do Estado.

O inciso III do art. 217 do RICD estabelece que o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o pedido de autorização será lido no expediente, o qual, nos termos do art. 66 do mesmo Diploma Regimental, ocorre no início das sessões ordinárias e constitui o momento regimental de recebimento de proposições.

Por sua vez, o art. 26 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Minas Gerais preceitua que o recebimento de proposições no âmbito desta Casa ocorre no Grande Expediente das reuniões ordinárias, sendo este, portanto, o momento regimental apropriado para o recebimento e a leitura do Parecer da Comissão de Justiça sobre Pedido de Autorização Prévia para Instauração de Processo, por Infração Penal Comum, contra o Governador do Estado.

Assim, tendo sido o parecer recebido e lido no Grande Expediente da 67ª Reunião Ordinária de Plenário, cumpre reconhecer que nenhuma razão assiste ao deputado Gustavo Corrêa.

No que tange à questão de ordem formulada pelo deputado João Leite, também nesta reunião ordinária, a presidência informa que, em obediência à Decisão da Mesa anteriormente mencionada, o parecer da Comissão de Justiça sobre Pedido de Autorização Prévia para Instauração de Processo, por Infração Penal Comum, contra o Governador do Estado, além de ser lido em Plenário, já havia sido publicado no *Diário do Legislativo* de 15/11/2016 e, logo após a sua leitura, foi distribuído em avulso a todos os deputados desta Casa e publicado novamente na edição do *Diário do Legislativo* do dia de hoje.

Dessa forma, o princípio da publicidade foi devidamente atendido, sendo, pois, descabida nova leitura do referido parecer em Plenário.

Mesa da Assembleia, 17 de novembro de 2016.

Adalclever Lopes, presidente.

Questão de Ordem

O deputado João Leite – Obrigado, Sr. Presidente. Espero que a gente não tenha mais essa possibilidade, apesar de que o parecer do relator, *ad aeternum*, está liberando qualquer governador de qualquer possibilidade de abertura, porque ele está liberando todos. A minha preocupação é a seguinte. Hoje tivemos ordem. V. Exa. colocou ordem, pois pessoas se manifestavam, mas V. Exa. pedia, e a pessoa que estava falando era ouvida, o que não aconteceu ontem. Ontem eu queria ouvir, queria fazer uma solicitação à Mesa, à Mesa que escolhemos para nos representar. É preciso que tenhamos os nossos direitos aqui. Ontem estava interessado e fiquei ao lado do deputado Ulysses Gomes, acompanhando-o. Mas, lamentavelmente, depois eu não ouvia mais nada. E não foi por minha causa, porque gritei. Eu gritava pelo meu direito, ninguém vai me calar. Fui colocado aqui para representar a população. Vou gritar sempre, porque o meu direito foi tirado. E não é o meu direito, mas o direito da população que me colocou aqui; logo, vou gritar pelo direito dela. Eu queria fazer esse apelo à Mesa da Assembleia. Não é possível acontecer o que vimos ontem: o deputado Ulysses Gomes insistia em ler enquanto nós não ouvíamos, e o presidente não pedia ordem na reunião. Eu insistia que queria ouvir, era meu direito, queria acompanhar, mas não me foi dado esse direito. Não só a mim, mas, se outros aceitam isso, eu não aceito. Portanto, é

um apelo que faço a V. Exa., respeitando a decisão da Mesa, mas insistindo em que tenhamos a ordem nos trabalhos. Obrigado, presidente.

Despacho de Requerimentos

– A seguir, o presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 2.653/2016, do deputado Antonio Lerin, em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 3.600/2016 (Arquive-se o projeto.); nos termos do inciso XIII do art. 232, c/c o § 2º do art. 173, do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 2.654/2016, do deputado Antônio Jorge, em que solicita seja o Projeto de Lei nº 2.662/2015, dos deputados Antônio Jorge e Glaycon Franco, desanexado do Projeto de Lei nº 13/2015, do deputado Doutor Wilson Batista; e, nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, os Requerimentos Ordinários nºs 2.659, 2.660, 2.661, 2.662, 2.663, 2.664, 2.665, 2.666, 2.667, 2.669, 2.671, 2.672, 2.673, 2.674 e 2.675/2016, do deputado Antônio Lerin, em que solicita o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 3.353, 3.450 e 3.429/2012, 4.733 e 3.932/2013, 2.458/2011, 3.748, 3.781 e 4.624/2013, 2.619/2011, 4.034/2013, 2.778/2011, 3.448, 3.323 e 3.352/2012, respectivamente.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, tendo em vista a desanexação do Projeto de Lei nº 2.662/2015, dos deputados Antônio Jorge e Glaycon Franco, do Projeto de Lei nº 13/2015, do deputado Doutor Wilson Batista, encaminha o Projeto de Lei nº 2.662/2015 às Comissões de Justiça, de Saúde e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Mesa da Assembleia, 17 de novembro de 2016.

Adalclever Lopes, presidente.

Discussão e Votação de Pareceres

O presidente – Discussão do Parecer da Comissão de Justiça sobre Pedido de Autorização para Instauração de Processo, por Infração Penal Comum, contra o Governador do Estado, nos termos do Ofício do Superior Tribunal de Justiça nº 1/2016. A Comissão de Justiça conclui pela não autorização do processamento do governador do Estado, por infração penal comum, no Superior Tribunal de Justiça. Vêm à Mesa requerimentos do deputado Gustavo Valadares (2), o primeiro solicitando o adiamento da discussão do Parecer da Comissão de Justiça sobre Pedido de Autorização Prévia para Instauração Prévia para Instauração de Processo, por Infração Penal Comum, contra o Governador do Estado, e o segundo solicitando a votação nominal para o requerimento que solicita o adiamento da discussão do referido parecer.

Para encaminhar estão inscritos os deputados Durval Ângelo, Rogério Correia, André Quintão; as deputadas Marília Campos e Rosângela Reis; os deputados Paulo Guedes, João Leite, Sargento Rodrigues, Gustavo Corrêa e Bonifácio Mourão.

Questão de Ordem

O deputado Gustavo Corrêa – Presidente, gostaria de apresentar uma questão de ordem a V. Exa. Peço desculpas ao presidente e ao orador, mas uma coisa causa estranheza a este parlamentar: acabamos de apresentar o requerimento, fizemos isso há 1 minuto e já esses parlamentares que V. Exa. citou... Possivelmente, os mesmos estão inscritos para discutir o parecer, pois, se for o requerimento, causa-me estranheza.

O presidente – A presidência quer dar uma sugestão. A lista realmente já estava com a Mesa. Mas quero ponderar se podemos, com a concordância de todos, suspender a reunião por alguns minutos e fazer um acordo para que um deputado de cada lado faça o encaminhamento. Se os líderes acham conveniente, a presidência suspende a reunião e convida os líderes a comparecerem à Mesa.



Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 2 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos. Com a palavra, para encaminhar a votação do primeiro requerimento, o deputado Gustavo Valadares.

– Os deputados Gustavo Valadares e Durval Ângelo proferem discursos, encaminhando a votação do requerimento, os quais serão publicados em outra edição.

Questão de Ordem

O deputado Gustavo Valadares – O nosso bloco de oposição apresentou dois requerimentos à Mesa: um às 15h29min, outro às 15h40min ou 15h43min. Os dois foram apresentados antes de o presidente colocar o primeiro em votação. Este aqui, que não é o que está sendo agora encaminhado, deveria preceder o que está sendo encaminhado. Este requer votação nominal, o do adiamento de discussão, e tinha de ser apreciado antes. Assim como o presidente entendeu que a situação, mesmo antes de apresentação de requerimento, poderia entregar uma lista de pessoas para encaminhar a votação, deveria também entender que este requerimento que está em minhas mãos precede o segundo requerimento, que é o que está sendo encaminhado. Carlos Eduardo Navarro, secretário-geral da Mesa, o senhor está prestando atenção à questão de ordem?

O presidente (o deputado Lafayette de Andrada) – Deputado Gustavo Valadares, já temos a resposta. Embora, cronologicamente, de acordo com o protocolo dos requerimentos, o primeiro solicite o adiamento da discussão do parecer e o segundo solicite votação nominal para o primeiro requerimento, regimentalmente é necessário votar primeiramente o segundo para definir a forma como o segundo será votado.

O deputado Gustavo Valadares – Então encaminharemos dois requerimentos?

O presidente – Sim.

O deputado Gustavo Valadares – Este requerimento será prejudicado com a votação do primeiro requerimento?

O presidente – Haverá encaminhamento de votação para os dois requerimentos.

O deputado Gustavo Valadares – Não. Vocês não estão entendendo. Vamos votar o primeiro. Este requerimento trata exatamente do *modus operandi*, como será a votação do primeiro requerimento... Pois é, mas está errado, é isso que está errado, porque você não pode encaminhar um segundo requerimento sem que o primeiro tenha sido apreciado... Não, vocês não estão entendendo, deputado Rogério. Vocês não estão entendendo. O outro ali me chamou de *playboy*. Se for *playboy* no sentido da idade, está bom, pode continuar.

O presidente – Deputado Gustavo Valadares, a presidência esclarece que, esgotado o prazo destinado à 1ª Fase, os dois requerimentos ficarão prejudicados e não poderão ser renovados. A presidência vai conceder a palavra para os deputados encaminharem a votação do segundo requerimento, que solicita a votação nominal para o primeiro requerimento.

O deputado Gustavo Valadares – O prazo é 16h30min?

O presidente – Vai até as 16h30min. É impostergável.

O deputado Gustavo Valadares – É porque é 1 hora, não é? Tem mais então.

O presidente – Esta fase tem duração de apenas 1 hora.

O deputado Gustavo Valadares – Vamos seguir a lógica e vamos discutir este aqui então. Deputado Sargento Rodrigues, V. Exa. então vai encaminhar o requerimento que trata da votação nominal, o requerimento que pede o adiamento de discussão, com o parecer do deputado Rogério Correia.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação do segundo requerimento, o deputado Sargento Rodrigues.

– Os deputados Sargento Rodrigues e André Quintão proferem discursos, encaminhando a votação do requerimento, os quais serão publicados em outra edição.

2ª Fase

O presidente (deputado Ulysses Gomes) – Esgotado o prazo destinado a esta fase, a presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, e declara prejudicados os requerimentos do deputado Gustavo Valadares (2), o primeiro solicitando o adiamento da discussão do Parecer da Comissão de Justiça sobre Pedido de Autorização Prévia para Instauração de Processo, por Infração Penal Comum, contra o Governador do Estado, e o segundo solicitando a votação nominal para o requerimento que solicita o adiamento da discussão do referido parecer.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, desconvocando a extraordinária de logo mais, às 18 horas, e convocando as deputadas e os deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 18, às 9, às 14 e às 18 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 18/11/2016

Presidência do Deputado Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Hely Tarquínio – Braulio Braz – Ulysses Gomes – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Arlete Magalhães – Bosco – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Geisa Teixeira – João Magalhães – Leonídio Bouças – Marília Campos – Neilando Pimenta – Nozinho – Rogério Correia – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Vanderlei Miranda.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Às 9h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para as extraordinárias de logo mais, às 14 e às 18 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 1º/8/2016

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalclever Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Braulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente inicia a distribuição, cabendo ao deputado Ulysses Gomes processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta



Assembleia Legislativa e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, tendo como objeto a cooperação mútua entre os partícipes na realização de perícias e elaboração de laudos técnicos envolvendo normas de saúde no trabalho, visando à promoção de medidas para a adequada prestação de ações e serviços na área de cardiologia e psiquiatria, no âmbito das instituições signatárias do instrumento – parecer favorável à celebração, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Pessoal, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Visual Sistemas Eletrônicos Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção no Sistema Eletrônico para Votação – SEV-2000, instalado no Plenário da Assembleia Legislativa – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência de Suporte Técnico da Diretoria Legislativa, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Multipães Indústria e Comércio Ltda., tendo como objeto o fornecimento diário de lanches, a serem oferecidos aos prestantes da Gerência-Geral de Suporte Logístico – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 48/2016, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Preto e Branco Projetos Audiovisuais Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços especializados de atualização de peças interativas para exposição de longa duração do Memorial da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, incluindo adequações técnicas e produção de novos conteúdos – parecer favorável à contratação por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Planejamento e Coordenação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa M&E Aluguel de Carros Ltda. - EPP, tendo como objeto a locação de veículos flex, pelo sistema mensal, sem motorista, com quilometragem livre, incluindo seguro total sem ônus da franquia para a Contratante – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 29/2016, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no “Diário Administrativo”, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, o presidente assina o seguinte ato: nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2000 e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009 e 2.610, de 2/3/2015, designando Davidson Araújo dos Reis para a Função Gratificada de Nível Superior – FGS, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia, com exercício na Gerência-Geral de Radiodifusão. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 8 de agosto e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 8 de agosto de 2016.

Adalclever Lopes, presidente – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Bráulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 8/8/2016

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalclever Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Bráulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O



presidente inicia a distribuição, cabendo: ao deputado Ulysses Gomes, processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Crear Engenharia Ltda., tendo como objeto a construção de painel artístico em concreto, na Praça Carlos Chagas, conforme projeto arquitetônico – parecer favorável à prorrogação, por quatro meses, dos prazos de conclusão da obra, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao convênio celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Estado de Minas Gerais, tendo como objeto a cooperação técnica com vistas à integração e interlocução entre os Poderes Legislativo e Executivo estaduais acerca da formulação e implementação de projetos e programas no âmbito das políticas públicas e das atividades político-parlamentares correlatas – parecer favorável à adição da Secretaria de Desenvolvimento Econômico entre os partícipes, considerando manifestações da Diretoria de Recursos Humanos, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Artebrilho Multiserviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação nas dependências da Contratante, com fornecimento de materiais e equipamentos – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; ao deputado Braulio Braz, Requerimento nº 3.164/2015, de autoria da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes pedido de informações sobre o contrato vigente para elaboração de estudos de viabilidade e projeto executivo para o aeroporto das Bandeirinhas, em Conselheiro Lafaiete – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.223/2015, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Direitos Humanos pedido de informações sobre a implementação dos centros de referência em direitos humanos, prevista na Ação 4547 do PPAG 2016-2019, especialmente no que se refere ao cronograma de implantação das unidades, à localização e aos custos de cada uma delas, com a indicação dos serviços e programas que serão disponibilizados para o atendimento da população – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento 3.412/2015, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Promotoria de Justiça da Comarca de Congonhas pedido de informações sobre o cumprimento da exigência de haver um plano de ação emergencial, conforme os arts. 8º, VII, e 12 da Lei Federal nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, nos termos de ajustamento de conduta ou de qualquer procedimento investigativo envolvendo as barragens de contenção de rejeitos da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN – localizadas naquele município – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.569/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre a situação atual da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves – Candonga – e as iniciativas para a sua recuperação – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.570/2015, da Comissão Extrarodinária das Barragens, em que requer seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações consubstanciadas na apresentação do Plano Emergencial de Saúde e Vigilância Sanitária para as regiões afetadas pela contaminação do Rio Doce, em razão do rompimento da Barragem do Fundão, da Samarco Mineração – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.571/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que requer seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em relatório sobre os rejeitos da Barragem de Germano, da Samarco Mineração, contendo análise do material, sua quantidade e fluidez – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.572/2015, da Comissão Extraordinária das Barragens, em que requer seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações acerca das condições de operação e de estabilidade da barragem de rejeitos do Sistema Minas-Rio, pertencente à mineradora Anglo American – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.597/2015, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em relatório sobre as condições ambientais na região do Município de Ouro Preto, em especial nas áreas Marzagão, Lago Azedo, Barcelos e Panificadora e em terreno da empresa Novelis, em Saramenha – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.677/2016, da Comissão Extraordinária das Águas, em que solicita seja encaminhado à presidente da Companhia de

Saneamento de Minas Gerais - Copasa-MG - pedido de informações sobre os investimentos previstos e realizados, até 2015, na coleta e no tratamento de esgoto em cada município atendido pela empresa nas Bacias Hidrográficas do Rio Jequitinhonha e do Rio Mucuri – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.678/2016, da Comissão Extraordinária das Águas, em que solicita seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre a situação de coleta e tratamento de esgoto em cada município atendido pela empresa nas Bacias Hidrográficas do Rio Jequitinhonha e do Rio Mucuri – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.680/2016, da Comissão Extraordinária das Águas, em que solicita seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre o valor investido, desde 1997, no Programa Estadual de Conservação da Água, regido pela Lei nº 12.503, de 1997, por município, na região do Alto Paraopeba, na Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.681/2016, da Comissão Extraordinária das Águas, em que solicita seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre o valor investido, desde 1997, no Programa Estadual de Conservação da Água, regido pela Lei nº 12.503, de 1997, por município, na região do Médio Paraopeba, na Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.682/2016, da Comissão Extraordinária das Águas, em que solicita seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre o valor investido, desde 1997, no Programa Estadual de Conservação da Água, regido pela Lei nº 12.503, de 1997, por município, na região do Baixo Paraopeba, na Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.683/2016, da Comissão Extraordinária das Águas, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor – pedido de informações sobre os investimentos previstos e realizados, até 2015, na coleta e no tratamento de esgoto em cada município atendido pela empresa nas Bacias Hidrográficas do Rio Jequitinhonha e do Rio Mucuri – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.684/2016, da Comissão Extraordinária das Águas, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Copanor pedido de informações sobre a situação da coleta e do tratamento de esgoto em cada município atendido pela empresa nas Bacias Hidrográficas do Rio Jequitinhonha e do Rio Mucuri – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.686/2016, da Comissão Extraordinária das Águas, em que solicita seja encaminhado à coordenadora da Secretaria Executiva do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – Fhidro – pedido de informações sobre a natureza, a finalidade e os valores dos recursos investidos nas obras das Bacias Hidrográficas do Rio Doce e do Rio Jequitinhonha, no período crítico da crise hídrica atual – parecer pela aprovação com a Emenda nº 1, aprovado; Requerimento nº 4.125/2016, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre a existência de benefício consistente no parcelamento de débitos contraídos perante a companhia, para o cidadão que demonstrar hipossuficiência financeira para quitação desses débitos, especificando, em caso positivo, quais os critérios para o gozo do benefício, o número de parcelas em que pode dar-se o pagamento e os demais procedimentos adotados – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.688/2016, da Comissão Extraordinária das Águas, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente pedido de informações sobre os valores aportados anualmente ao Fhidro, desde sua criação, esclarecendo-se qual a origem desses recursos e qual o valor aplicado, por município, na Bacia Hidrográfica do Alto Paraopeba – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.114/2015, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas – Hidroex – pedido de informações sobre a situação das obras de infraestrutura, urbanização e paisagismo do campus da Uemg no Complexo da Cidade das Águas, no Município de Frutal, uma vez que os recursos de financiamento para a finalização da obra estão autorizados, conforme documentos que encaminha – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 3.112/2015, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Hidroex pedido de informações sobre a situação das obras do Condomínio Temático das Águas, no Município de Frutal, considerando que 80% estão concluídos e que os recursos do governo federal para a conclusão da obra estão autorizados, conforme documentos que encaminha - parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 4.131/2016, da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, em

que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – pedido de informações acerca da interrupção no repasse de recursos para os professores bolsistas do doutorado interinstitucional estabelecido entre a Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP –, a partir de março de 2015, considerando que o prazo previsto para sua conclusão é abril de 2016 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.126/2016, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a falta de professores na rede estadual de ensino do Município de Juiz de Fora, especificando quantas e quais escolas estão passando por esse problema – parecer pela aprovação, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no “Diário Administrativo”, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 17 de agosto e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 17 de agosto de 2016.

Adalclever Lopes, presidente – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 22/8/2016

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalclever Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Braulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente inicia a distribuição, cabendo: ao deputado Ulysses Gomes processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Yasuda Marítima Seguros S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de seguro de vida para servidores da Contratante prestamistas do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab – parecer favorável ao aditamento para alteração da razão social da Contratada, que passa a ser Sompo Seguros S.A., considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Pessoal, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa AAA Teletron Casa do Portão Eletrônico Comércio e Indústria Ltda., tendo como objeto o fornecimento, instalação e manutenção em portões, cancelas e kits de interfones e fechaduras eletrônicas – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Don Oscar Comércio de Roupas Ltda., tendo como objeto a aquisição de vestuário para apresentadores e repórteres da TV Assembleia – parecer favorável à contratação, oriunda do Convite nº 1/2016, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a AMC Informática Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de impressão e reprografia, com fornecimento de equipamentos – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; ao deputado Doutor Wilson Batista, Requerimento nº 4.001/2016, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os medicamentos comprados por aquela secretaria em 2015 e os critérios de sua distribuição,



principalmente os de uso contínuo e os de alto custo – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.033/2016, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre o andamento do relatório do grupo de trabalho constituído para promover estudos e propostas de concessão de benefícios tributários e econômicos que possam tornar a Zona da Mata competitiva – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 4.110/2016, do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de informações sobre o porquê de as verbas em atraso estarem sendo convertidas em verbas retidas e qual o critério de seleção utilizado na decisão de que o pagamento integral seja feito apenas para determinados servidores – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 4.281/2016, das Comissões de Direitos Humanos e de Participação Popular, em que requerem sejam encaminhados ao corregedor-geral da Polícia Militar as notas taquigráficas da 1ª Reunião Conjunta, realizada em 30/3/2016, e pedido de informações sobre os fatos ocorridos e os relatos de agressão de policiais militares aos foliões dos Blocos da Bicicletinha, em 4/2/2016, e Tchanzinho Zona Norte, em 5/2/2016, esclarecendo as seguintes questões: quem comandou as ações contra os foliões; por que os policiais militares foram em direção aos ciclistas; por que o carro da Rotam subiu no passeio, na contramão, em direção aos ciclistas; por que o ciclista Fernando foi preso em batalhão da Polícia Militar, em vez de ser conduzido a uma delegacia; e por que os policiais militares impediram o acesso dos foliões ao metrô, na Estação 1º de Maio, no dia 5/2/2016 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 422/2016, da Comissão Extraordinária das Mulheres, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação João Pinheiro pedido de informações sobre a situação socioeconômica das trabalhadoras do campo no Estado, especialmente no que se refere ao prazo de execução e à fase atual de organização do estudo, com envio a esta Casa, se possível, da produção existente até o momento sobre o tema – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.474/2016, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Defesa Social pedido de informações sobre o caráter da presença da diretora do Complexo Penitenciário Pio Canedo na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 19/4/2016, destacando-se se foi oficial ou precedida de autorização de seu superior hierárquico – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.678/2016, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, em que requer seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre os valores recebidos a título de taxa de esgoto nos anos de 2013 a 2015, em Divinópolis, relativos ao contrato de prestação de serviço de esgotamento sanitário - parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 4.788/2016, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar pedido de informações sobre a distribuição do efetivo nos municípios que integram a Região Metropolitana de Belo Horizonte – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.789/2016, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, ao secretário de Estado de Defesa Social, ao comandante-geral da Polícia Militar e à chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre o andamento das obras de construção da nova sede do Batalhão da Polícia Militar e da 4ª Delegacia de Polícia Civil no Município de Betim, que se encontram paradas desde outubro de 2014 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.820/2016, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de informações sobre as razões da paralisação da obra de construção do prédio da Escola Estadual Padre Pedro Thysen, do Município de Piedade dos Gerais – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.821/2016, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de informações contendo a relação das 1.632 escolas estaduais participantes do programa Escola Aberta Minas Gerais, beneficiadas com investimento de R\$14.000.000,00 para a realização de oficinas, conforme divulgado no *site* oficial da secretaria – parecer pela rejeição, aprovado; Requerimento nº 4.829/2016, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a existência de convênio com o Centro Especializado Nossa Senhora D'Assumpção - Censa -, localizado em Betim, bem como sobre o repasse de recursos financeiros nos anos de 2015 e 2016, caso exista a parceria – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.902/2016, da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas, em que requer seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre a rede de atenção psicossocial de



Mantena e região, especificando o número de Centros de Atenção Psicossocial – CAPs –, os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – CAPs AD – e demais equipamentos da rede e indicando as providências para a implantação de um CAPs AD em Mantena - parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no “Diário Administrativo”, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 29 de agosto e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 29 de agosto de 2016.

Adalclever Lopes, presidente – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Bráulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 29/8/2016

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalclever Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Bráulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) autoriza o recebimento, o processamento e o pagamento de diárias de viagem relativas aos meses de janeiro a abril de 2016, considerando os esclarecimentos prestados pelo deputado Adalclever Lopes; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao mês de julho de 2016, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab – referente ao mês de julho de 2016, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 4ª) aprova as prestações de contas dos deputados referentes à aplicação, até 31/7/2016, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446/2009. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente inicia a distribuição, cabendo ao deputado Ulysses Gomes processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de seguro de acidentes pessoais para os estagiários da Contratante – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Pessoal, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG, tendo como objeto a aquisição de café – parecer favorável à ampliação do objeto, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no “Diário Administrativo”, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 5 de setembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 5 de setembro de 2016.

Adalclever Lopes, presidente – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 5/9/2016

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalclever Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Braulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) dispõe sobre a contratação de estagiários na área parlamentar; 2ª) dispõe sobre o estágio profissionalizante na área administrativa a que se refere o inciso I do *caput* do art. 2º da Deliberação da Mesa nº 2.435/2008. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente inicia a distribuição, cabendo ao deputado Ulysses Gomes processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Agenes S. da Silva Suprimentos de Informática - ME, tendo como objeto o fornecimento de cola – parecer favorável à contratação direta, com dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Plakas Indústria e Comércio Ltda., tendo como objeto a confecção e instalação dos componentes de sinalização da Praça Carlos Chagas – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 47/2016, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Cemig Distribuição S.A., tendo como objeto o fornecimento de energia elétrica na modalidade tarifária horossazonal verde, para o Edifício Carlos Drummond de Andrade – parecer favorável à contratação direta por inexigibilidade de licitação, conforme art. 25, I, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Isso posto, a Mesa autoriza a abertura de processo licitatório, na modalidade pregão eletrônico, para contratação de prestação de serviços de transporte aéreo, conforme solicitação da Diretoria-Geral. A seguir, a Mesa manifesta-se favorável à prorrogação dos prazos de validade dos Concursos Públicos para o cargo de Analista Legislativo, nas especialidades de Analista de Sistemas – Área I – Desenvolvimento de Sistemas, Área II – Administração de Rede, Área III Suporte Técnico; Consultor Administrativo; Consultor Legislativo – Área I – Interlocução Social e Desenvolvimento de Projetos Institucionais; Dentista; Enfermeiro; Engenheiro Eletricista; Relações Públicas – Área I (Relações Públicas) e Área II (Cerimonial), todos realizados nos termos do Edital nº 1/2013, cujos resultados foram homologados em 26 de setembro de 2014, em conformidade com as Constituições Federal e Estadual, e da Resolução nº 5.195/2000. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no “Diário Administrativo”, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, o presidente assina os seguintes atos: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, nos termos das Leis nºs 8.443, de 6/10/1983, 15.014, de 15/1/2004 e 22.086, de 2/5/2016, das Leis Complementares nºs 64, de 25/3/2002, e 100, de 5/11/2007, da Deliberação da Mesa nº 2.420, de 3/6/2008, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 2/8/2016, o servidor Roberto Wudson Feijó, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia; nos



termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.086, de 2/5/2016, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e do Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 4/7/2016, o servidor Domingos José Dias Neto, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 12 de setembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 12 de setembro de 2016.

Adalclever Lopes, presidente – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 66ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 12/9/2016

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalclever Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Braulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide autorizar o pagamento de diárias de viagem aos representantes da sociedade civil eleitos nos encontros regionais do fórum técnico *Startups* em Minas – A Construção de Uma Nova Política Pública – que comparecerem à etapa final do evento, a fim de custear suas despesas com alimentação e transporte intermunicipal e local. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente inicia a distribuição, cabendo ao deputado Ulysses Gomes processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Agência Estado S.A., tendo como objeto o licenciamento de conteúdos noticiosos e informes políticos – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa, a Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. e a Unidata Automação Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de gerenciamento de abastecimento da frota de veículos da Contratante e de fornecimento de combustível – parecer favorável à alteração do preço do etanol hidratado, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao convênio celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – Unale, tendo como objeto a cooperação mútua para o desenvolvimento de rotinas de trabalho, documentos legais, cursos, treinamentos e pesquisas para o aprimoramento tecnológico e a contribuição para o relacionamento institucional entre as Casas Legislativas da Federação – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no “Diário Administrativo”, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, o presidente assina o seguinte ato: nos termos da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e de acordo com a Lei nº 15.014, de 15/1/2004, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, 5.195, de 4/7/2000 e 5.310, de 21/12/2007, exonerando, a pedido, a partir de 12/9/2016, Larissa de Freitas Faria do cargo de Analista Legislativo – na especialidade de Redator-



Revisor, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 19 de setembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 19 de setembro de 2016.

Adalclever Lopes, presidente – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Bráulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 67ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 19/9/2016

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalclever Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Bráulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide prorrogar os efeitos da Decisão Conjunta da ALMG e do TCE-MG que trata da repartição dos limites individuais da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Isso posto, por meio da Deliberação nº 2.648/2016, a Mesa dispõe sobre a administração dos veículos da frota da Assembleia Legislativa e a prestação do serviço de apoio operacional de transporte terrestre. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente inicia a distribuição, cabendo: ao deputado Ulysses Gomes, processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, tendo como objeto a cooperação mútua entre os partícipes, a fim de maximizar as ações de polícia preventiva necessárias ao exercício do mandato eletivo – parecer favorável à prorrogação e alteração da subcláusula 2, alínea b, do Convênio nº 14/2014, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Thiago Cota referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Gibbor Brasil Publicidade e Propaganda Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de publicação de avisos de licitação e afins de interesse da Contratante – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Iran Barbosa referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; ao deputado Hely Tarquínio, processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Ulysses Gomes referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no “Diário Administrativo”, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 26 de setembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 26 de setembro de 2016.

Adalclever Lopes, presidente – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Bráulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 26/9/2016

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalclever Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Bráulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número



regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao mês de agosto/2016, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab – referente ao mês de agosto/2016, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos deputados referentes à aplicação, até 31/8/2016, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446/2009. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente inicia a distribuição, cabendo ao deputado Ulysses Gomes processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Babados Decorações Ltda., tendo como objeto a execução de serviços em pisos, com fornecimento de materiais, conforme especificações – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 061/2016 (lotes 1, 2 e 3), autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Empresa Agile Empreendimentos e Serviços Eireli, tendo como objeto a prestação de serviços de atendimento telefônico e telemarketing receptivo e ativo – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 32/2016, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Hutner Consultoria Ltda., tendo como objeto a consultoria especializada em *Information Technology Infrastructure Library* – ITIL – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Proteção Contra Incêndio Rival do Fogo Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva no sistema de combate a incêndio da Contratante, constituído basicamente por extintores de incêndio, hidrantes e mangueiras de incêndio – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Polícia Legislativa, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa De Almeida Donzelli Consultores Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços técnicos de consultoria e elaboração de projetos visando à obtenção de autorização para a execução do serviço de retransmissão de televisão (RTV), em caráter primário ou secundário, e licenças para funcionamento das estações – parecer favorável à prorrogação, para continuar os serviços ainda não executados devido à alteração do objeto, para que sejam observadas a Força Tarefa a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 282/2013 e demais procedimentos administrativos exigidos pelo referido Ministério e pela Anatel, considerando manifestações da Gerência de Radiodifusão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Registros Digitais Tecnologia de Informação Ltda., tendo como objeto o suporte e atualização de *software* de prontuário médico eletrônico de pacientes – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de concessão de uso a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Claro S.A., tendo como objeto a concessão de uso de um receptor de sinais de satélite – marca Tecsys – parecer favorável à contratação direta, nos termos do art. 25, caput, da Lei Federal nº 8.666, 1993, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no “Diário Administrativo”, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015,

e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 3 de outubro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 3 de outubro de 2016.

Adalclever Lopes, presidente – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 17/8/2016

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalclever Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Braulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide autorizar o recebimento, a aceitação e o processamento dos comprovantes de despesas e dos respectivos processos de prestação de contas relativos aos meses de referência de janeiro a maio de 2016 do deputado Leonídio Bouças. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente inicia a distribuição, cabendo ao deputado Ulysses Gomes processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Associação dos Servidores do Legislativo de Minas Gerais – Aslemg – tendo como objeto a locação de uma loja e dez vagas de garagem do Edifício Montesquieu, situado na Avenida Olegário Maciel, nº 2161 – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Ellan S.A., tendo como objeto a aquisição e instalação de mobiliário técnico ergonômico para *switcher* de TV e ilhas de edição não-linear – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 041/2016, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado ente esta Assembleia Legislativa e a empresa Central Técnica Equipamentos Médicos e Odontológicos Peças e Serviços Ltda. - ME, tendo como objeto a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médicos e odontológicos – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 34/2016, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Saúde e Assistência, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Sociedade Mineira de Cultura, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, tendo como objeto a prestação de serviços técnico-acadêmicos, na área de Geografia – parecer favorável à contratação por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, II, da Lei Federal nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Planejamento e Controle, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Isso posto, a Mesa opina favoravelmente à prorrogação de licença sem vencimentos, para tratar de interesses particulares, concedida à servidora Marta Parker Andrade Oliveira, pelo período de mais três meses, a partir de 2 de outubro de 2016, nos termos do art. 161 da Resolução nº 800, de 5/1/1967. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no “Diário Administrativo”, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 22 de agosto e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 22 de agosto de 2016.

Adalclever Lopes, presidente – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/11/2016

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e o deputado Paulo Lamac, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a proposta de resolução da Secretaria de Estado de Educação que trata da designação para o exercício de função pública na rede estadual de educação básica para o ano de 2017. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Margareth Caldas de Souza Anício, superintendente de Pessoal da Secretaria de Estado de Educação; Patrícia de Souza Rezende, presidente da Associação Movimento dos Atingidos pela Lei 100; e Juliana Bastone, defensora pública do Estado; e os Srs. Paulo Renato Barbi Brescia, assessor da Subsecretaria de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Educação; e Eduardo Bronzato da Silva, presidente da Associação dos Efetivados de Minas Gerais. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2016.

Rogério Correia, presidente.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 10, as 14 e as 18 horas do dia 21 de novembro de 2016, destinadas, na 1ª Parte, a leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação do parecer da Comissão de Justiça sobre o pedido de autorização para instauração de processo, por infração penal comum, contra o governador do Estado, nos termos do Ofício do Superior Tribunal de Justiça nº 1/2016, e de pareceres e de requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos à Proposição de Lei nº 23.125, que estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado e dá outras providências, à Proposição de Lei nº 23.126, que dispõe sobre a quitação de débito referente à obrigação de reposição florestal relativa a ano de consumo anterior a 2013, prevista na Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002, à Proposição de Lei nº 23.129, que dispõe sobre o registro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no comércio, na intermediação, na fundição e na purificação de joias usadas, ouro e metais nobres, à Proposição de Lei nº 23.130, que acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 14.130, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado e dá outras providências, à Proposição de Lei nº 23.177, que dá nova redação ao inciso XII do art. 13 e acrescenta o § 3º ao art. 94 da Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado, à Proposição de Lei nº 23.179, que dispõe sobre plano de evacuação em caso de acidente em obra pública dos Poderes do Estado, à Proposição de Lei nº 23.188, que dispõe sobre a concessão de desconto no pagamento de crédito tributário inscrito em dívida ativa para apoio a hospitais filantrópicos, a hospitais de ensino e a entidades beneficentes sem fins lucrativos de assistência à saúde, e à Proposição de Lei nº 23.189, que dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendidas no Estado; e, na 3ª Fase, à apreciação de pareceres de redação final.



Palácio da Inconfidência, 18 de novembro de 2016.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 21 de novembro de 2016, destinada a homenagear a Igreja do Evangelho Quadrangular pelos 60 anos de sua fundação em Minas Gerais.

Palácio da Inconfidência, 18 de novembro de 2016.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os deputados Durval Ângelo, Carlos Pimenta, Duarte Bechir e Paulo Lamac, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 21/11/2016, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência pública, debater e cobrar os desdobramentos do crime conhecido como "chacina de Unai", ocorrido no dia 28 de janeiro de 2004, no qual três auditores fiscais e um motorista do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE – foram mortos a tiros quando faziam uma fiscalização de rotina na zona rural de Unai, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2016.

Cristiano Silveira, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.018/2015

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do deputado Alencar da Silveira Jr., o projeto de lei em epígrafe, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 1.451/2011, tem como objetivo instituir o Dia da Conscientização contra o *Bullying* e foi distribuído para as Comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Ciência e Tecnologia.

Em seu exame preliminar a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição.

Agora compete a esta comissão apreciar a matéria quanto ao mérito, nos termos do disposto no art. 102, VI, combinado com o art. 190, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.018/2015 visa instituir o dia 20 de março como o Dia da Conscientização contra o *Bullying*.



Bullying é um termo em inglês, sem equivalente na língua portuguesa, usado universalmente para definir atos de violência física ou psicológica, intencional e repetidos, praticados por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidar ou agredir, causando angústia, dor ou sofrimento.

O *bullying* é um problema mundial que ocorre em ambientes diversos, sendo mais comum nas escolas. Segundo a pesquisadora Cléo Fante, pioneira nos estudos e publicações sobre o tema no Brasil, o *bullying* está presente em 100% das escolas, em todo o mundo, sejam públicas ou privadas.

O *bullying* pode trazer graves consequências para vítimas e agressores. No Brasil, em 7/4/2011 um ex-aluno da Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo, no Rio de Janeiro, disparou contra os alunos daquela escola causando 12 mortes e, em seguida, suicidou-se.

Há ainda os efeitos na vida escolar. Segundo Cléo Fante, o *bullying* pode repercutir no processo educacional provocando queda do rendimento escolar, desinteresse pelos estudos, déficit de concentração e aprendizagem, absentismo e evasão escolar.

Portanto, a criação de um dia para conscientização contra o *bullying* é, a nosso ver, uma medida de caráter educativo e preventivo que possui potencial de propiciar importantes reflexões sobre o tema, contribuindo para evitar sua prática na sociedade e, em particular, na comunidade escolar. Entretanto, entendemos que o projeto de lei original pode ser aprimorado.

O projeto de lei em análise não apresenta as razões para a escolha da data de 20 de março como o dia da conscientização contra o *bullying* no Estado. Durante o exame da matéria também não encontramos fundamentos que nos persuadissem a acolher a data proposta. Entretanto, há no arcabouço jurídico a Lei Federal nº 13.277, de 2016, que instituiu o dia 7 de abril como o Dia Nacional de Combate ao *Bullying* e à Violência na Escola. A escolha da data nacional teve como referência o ocorrido na Escola Municipal Tasso da Silveira.

Desse modo, entendemos que seria razoável que a data de comemoração estadual fosse a mesma da comemoração nacional – 7 de abril. Isso atribuiria sentido à data estadual e evitaria a realização de ações esparsas.

Conclusão

Em razão do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.018/2015 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Institui o Dia Estadual de Conscientização e Combate ao *Bullying*.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Dia Estadual de Conscientização e Combate ao *Bullying*, a ser comemorado, anualmente, no dia 7 de abril.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2016.

Paulo Lamac, presidente – Paulo Lamac, relator – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.629/2016****Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas****Relatório**

De autoria do deputado Durval Ângelo, o projeto de lei em epígrafe visa dar denominação de Rodovia dos Cristais à Rodovia LMG-754.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou preliminarmente a matéria e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “b”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.629/2016 tem por escopo dar a denominação de Rodovia dos Cristais à Rodovia LMG-754, que liga o entroncamento com a AMG 0910, no Município de Curvelo, ao Município de Cordisburgo, perfazendo 43,7 km (quarenta e três vírgula sete quilômetros) de extensão.

Segundo o autor da proposição, a Rodovia LMG-754, ainda em fase de construção, liga os Municípios de Curvelo e Cordisburgo e tem como finalidade aliviar o fluxo de veículos na BR 135, que, segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit –, aproxima-se de dez mil veículos por dia, além de melhorar o tráfego para os seguintes destinos: Curvelo, Cordisburgo, Corinto, Inimutaba, Monjolos, Pirapora, Gouveia, Buenópolis, Diamantina, Montes Claros, Serro e Bocaiúva. Ainda segundo o autor, os três primeiros lideram a produção de cristal no País, motivo pelo qual realizam, anualmente, a Feira de Cristais, promovida pela Associação Mineral do Centro de Minas. Ademais, está sendo construído, no Município de Curvelo, um autódromo para sediar etapas de campeonatos nacionais e internacionais, conhecido como “Circuito dos Cristais”.

Cumprе esclarecer que, em resposta à diligência solicitada pela Comissão de Constituição e Justiça, a Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais enviou a Nota Técnica Jurídica nº 1.192/2016, da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop –, e a nota técnica de 21/6/2016, do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG –, por meio das quais esses órgãos se manifestam favoravelmente à pretensão da matéria, uma vez que o segmento não possui denominação oficial.

Embora a mesma comissão não tenha vislumbrado óbice à aprovação do projeto, houve por bem apresentar a Emenda nº 1, “que dá nova redação ao art. 1º, com a finalidade de identificar claramente o trecho a ser denominado”, de acordo com o Boletim Rodoviário do DER-MG.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.629/2016, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2016.

Celinho do Sinttrocel, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.647/2016****Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas****Relatório**

De autoria do deputado Gustavo Corrêa, o projeto de lei em epígrafe visa dar denominação à ponte sobre o Rio Dourados localizada na Rodovia MG-190, no Município de Abadia dos Dourados.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

O projeto foi baixado em diligência à Secretaria de Estado da Casa Civil e de Relações Institucionais, pela Comissão de Constituição e Justiça, a qual, de posse da resposta, examinou preliminarmente a matéria e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “b”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.647/2016 tem por escopo dar a denominação de Ponte Noé Esteves da Silva Borges à ponte sobre o Rio Dourados localizada na Rodovia MG-190, no Município de Abadia dos Dourados.

A Comissão de Constituição e Justiça, após exame do projeto, relatou em seu parecer que a denominação de próprios públicos não constitui assunto de competência privativa da União ou do município, podendo ser objeto de disciplina jurídica por parte do estado membro. Esclareceu ainda que, no uso dessa prerrogativa, foi editada a Lei nº 13.408, de 1999, que, além de atribuir ao Legislativo a competência de dispor sobre a matéria, determina que a escolha recairá em nome de pessoa falecida que tenha prestado relevantes serviços à coletividade, em evento de valor histórico, efeméride, acidente geográfico ou outras referências às tradições históricas e culturais do Estado.

Informou ainda que, em resposta à diligência solicitada, a Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais enviou a Nota Técnica Jurídica nº 1.193/2016, da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Pública – Setop –, e a nota técnica de 28/6/2016, do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG –, por meio das quais esses órgãos se manifestam favoravelmente à pretensão da proposição, uma vez que a ponte não possui denominação oficial.

Em sua justificativa, o autor do projeto afirma tratar-se “de um justo reconhecimento à participação intensa e meritória do homenageado na vida social, cultural e política do município”. Noé Esteves da Silva Borges foi prefeito de Abadia dos Dourados por dois mandatos, sendo o primeiro de 31/1/1963 a 30/1/1967, e o segundo de 31/1/1971 a 30/1/1973. Um de seus feitos destacado pelo autor foi a conquista de uma balsa que, colocada no Rio Paranaíba, liga a cidade de Abadia dos Dourados ao Estado de Goiás.

Em razão das inúmeras conquistas obtidas para Abadia dos Dourados, Noé Esteves da Silva Borges tem o reconhecimento da população e seu nome está definitivamente ligado à história do município. Por tudo isso, consideramos justa a homenagem que se lhe pretende fazer ao tomar emprestado seu nome para denominar o referido bem público.

Conclusão

Em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.647/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2016.

Anselmo José Domingos, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.225/2015**Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia****Relatório**

De autoria do deputado Cristiano Silveira, o projeto de lei em análise visa acrescentar o art. 4º-B à Lei nº 15.455, de 12/1/2005, que estabelece normas para o cumprimento do disposto no inciso VIII do art. 12 da Lei Federal nº 9.394, de 20/12/1996, e dá outras providências.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Ciência e Tecnologia. Examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, esta concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Vem agora o projeto a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VI, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em exame pretende alterar a Lei nº 15.455, de 2005, que estabelece normas para o cumprimento do disposto no inciso VIII do art. 12 da Lei Federal nº 9.394, de 1996, e dá outras providências, para determinar a criação de um sistema de informação, a ser disponibilizado na internet, com os dados escolares dos alunos matriculados na rede estadual de ensino para acompanhamento por seus pais e responsáveis. A proposição se baseia na percepção da importância da participação dos pais no acompanhamento da vida escolar dos alunos.

A Comissão de Constituição e Justiça, em análise preliminar, declarou que não há óbices à tramitação da proposição.

O êxito dos alunos no processo educacional depende, e muito, da atuação e participação da família. Entretanto, em muitos casos, a correria da vida cotidiana, sobretudo em relação ao trabalho, dificulta a participação de pais e responsáveis na vida escolar dos filhos. Portanto, é importante criar alternativas para que essa participação possa se realizar. A proposição em análise vai ao encontro dessa necessidade e, portanto, é meritória. Entretanto, entendemos que ela pode ser aprimorada.

Da forma como se expressa no projeto de lei original, a expressão “dados escolares” é ampla e imprecisa e pode comprometer a aplicação do comando do dispositivo. Por isso, entendemos que seria recomendável delimitar com mais precisão as informações que poderão ser disponibilizadas aos pais ou responsáveis, tornando o texto claro e operativo.

Ocorre que o art. 4º-A da lei que se pretende alterar já assegura aos pais e responsáveis acesso a informações de frequência e rendimento, que, a nosso ver, são eficientes para o acompanhamento do desenvolvimento do aluno. Desse modo, parece-nos necessário apenas determinar que essas informações poderão ser disponibilizadas em sítio eletrônico oficial para acompanhamento dos pais e responsáveis. Para isso sugerimos – por meio do Substitutivo nº 1, que apresentamos ao final deste parecer – acrescentar parágrafo único ao art. 4-A em vez de acrescentar novo artigo à referida lei.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.225/2015, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, que apresentamos a seguir.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Acrescenta parágrafo único ao art. 4º-A da Lei nº 15.455, de 12 de janeiro de 2005, que estabelece normas para o cumprimento do disposto no inciso VIII do art. 12 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica acrescentado ao art. 4º-A da Lei nº 15.455, de 12 de janeiro de 2005, o seguinte parágrafo único:

“Art. 4º-A – (...)

Parágrafo único – As informações sobre a frequência e o rendimento dos alunos poderão ser disponibilizadas, para acompanhamento dos pais e responsáveis, em *site* oficial na internet.”

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2016.

Paulo Lamac, presidente – Paulo Lamac, relator – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.462/2015

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do deputado Noraldino Júnior, o projeto de lei em análise objetiva instituir o programa estadual Escola Melhor: Sociedade Melhor e foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Ciência e Tecnologia e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Em sua análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem agora o projeto a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VI, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise pretende instituir o programa estadual Escola Melhor: Sociedade Melhor, que tem por objetivo a realização de parcerias entre pessoas físicas e jurídicas e escolas da rede estadual de ensino.

O programa compreende a doação de recursos materiais, o apoio à manutenção, conservação e reforma das instalações escolares, e a promoção de palestras e outros eventos de interesse de alunos e docentes.

Ao analisar o projeto de lei, a Comissão de Constituição e Justiça apontou algumas incorreções em seu texto, e a fim de saná-las apresentou o Substitutivo nº 1, que sugere transpor o conteúdo do texto original da proposição para a Lei nº 12.490, de 16/4/1997, que institui o programa estadual Adote uma Escola.

As alterações propostas pelo Substitutivo nº 1 ampliam o escopo a Lei nº 12.490, de 1997, ao permitir que pessoas físicas também firmem parcerias com as escolas. Além disso, o substitutivo determina em seu art. 3º que obras de manutenção e reforma sejam realizadas em “em consonância com as necessidades listadas pela Secretarias de Estado de Educação e de Obras Públicas, Habitação e Saneamento”.

Em relação a esse comando, sugerimos que dele conste somente a Secretaria de Estado de Educação, que em última instância é a responsável por autorizar e fiscalizar as obras executadas nas instalações escolares. Assim, apresentamos emenda ao Substitutivo nº 1, com o fim de retirar de seu art. 3º a menção à Secretaria de Estado de Obras Públicas, Habitação e Saneamento, que sequer existe na estrutura orgânica do Poder Executivo estadual.

Assim, em que pese a relevância e importância do programa proposto pelo projeto de lei em análise, julgamos que por já existir norma legal que institui programa praticamente idêntico, é mais adequado transpor o conteúdo da proposição para a Lei nº 12.490, de 1997. Ratificamos, portanto, o posicionamento da comissão predecessora.



Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.462/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 3º do Substitutivo nº 1 a seguinte redação:

“Art. 3º – Fica acrescentado ao art. 1º da Lei nº 12.490, de 16 de abril de 1997, o seguinte § 2º, passando o seu parágrafo único a vigorar como § 1º:

'Art. 1º – (...)

§ 2º – As obras de manutenção, conservação, reforma e ampliação de que trata o § 1º deste artigo deverão ser realizadas em consonância com as normas estabelecidas pela Secretaria de Estado de Educação.'”.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2016.

Paulo Lamac, presidente – Paulo Lamac, relator – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Rogério Correia.



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações: de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 18ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 29/4/2016, em Campos Gerais, que resultou na apreensão de drogas, arma de fogo, quantia em dinheiro e caderno com anotações de contabilidade e na detenção de quatro pessoas (Requerimento nº 4.561/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 7ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 30/4/2016, em Divinópolis, que resultou na apreensão de armas de fogo e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 4.562/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 10ª Companhia Independente de Polícia Militar e no 46º Batalhão da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 3/5/2016, em Monte Carmelo, que resultou na apreensão de armas de fogo e munição (Requerimento nº 4.563/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 14ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 3/5/2016, em Sete Lagoas, que resultou na apreensão de armas de fogo, quantia em dinheiro e drogas (Requerimento nº 4.564/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 14ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 6/5/2016, em Sete Lagoas, que resultou na apreensão de um menor, armas de fogo, munição, quantia em dinheiro e drogas e na detenção de seis pessoas (Requerimento nº 4.591/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 7º Batalhão da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 2/5/2016, em Pompéu, que resultou na apreensão de um menor, drogas, arma de fogo, quantia em dinheiro e celular (Requerimento nº 4.592/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 6º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 3/5/2016, em Governador Valadares, que resultou na apreensão de pasta-base e quantia em dinheiro e na prisão de três pessoas (Requerimento nº 4.593/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na Companhia Independente de Cães da Polícia Militar, no 35º Batalhão de Polícia Militar e na 3ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar pela atuação na ocorrência, em 6/5/2016, em Santa Luzia, que resultou na apreensão de um menor, drogas e balança de precisão (Requerimento nº 4.594/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 2ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar pela atuação na ocorrência, em 5/5/2016, em Contagem, que resultou na apreensão de armas de fogo, munição, quantia em dinheiro e drogas (Requerimento nº 4.595/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 56º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 4/5/2016, em Itajubá, que resultou na apreensão de drogas e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 4.596/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 40º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 12/5/2016, em Ribeirão das Neves, que resultou na apreensão de arma de fogo, drogas, pinos para embalagem de drogas, balanças de precisão, aparelhos celulares e quantia em dinheiro e na detenção de três pessoas (Requerimento nº 4.670/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 2ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 13/5/2016, em Sarzedo, que resultou na apreensão de três armas de fogo (Requerimento nº 4.726/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 19ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 16/5/2016, em São José da Varginha, que resultou na apreensão de quatro armas de fogo e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 4.727/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 43º Batalhão de Polícia, pela atuação na ocorrência, em 17/5/2016, em Governador Valadares, que resultou na apreensão de armas, drogas e quantia em dinheiro e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 4.728/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 7ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 17/5/2016, em Divinópolis, que resultou na apreensão de drogas e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 4.729/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com o 3º-Sgt. PM Wilson Nazareno dos Santos, registro nº 108127-2, lotado na 282ª Companhia do 61º Batalhão de Polícia Militar, por seu excelente desempenho na prestação de serviços em prol da segurança pública da comunidade sabarense, em especial dos moradores do Distrito de Ravena (Requerimento nº 5.357/2016, do deputado Wander Borges);

de aplauso ao pastor Ivay Pereira Araújo, diretor dos jovens da região Sudeste, pela realização do VI Campori da Useb-2016, Desbravadores em Ipatinga, ocorrido de 27 a 31/7/2016 (Requerimento nº 5.358/2016, da deputada Rosângela Reis);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 40º Batalhão da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 10/8/2016, em Ribeirão das Neves, que resultou na apreensão de arma de fogo, soco inglês e arma branca e na prisão de um homem (Requerimento nº 5.422/2016, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 96ª Companhia e na 11ª Companhia da PMMG, pela atuação na ocorrência, em 14/8/2016, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de drogas e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 5.425/2016, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais federais que atuaram na ocorrência, em 15/8/2016, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de 57kg de maconha e na prisão de um homem (Requerimento nº 5.426/2016, do deputado Sargento Rodrigues);



de congratulações com os advogados pelo Dia Nacional do Advogado, celebrado no dia 11 de agosto (Requerimento nº 5.427/2016, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 16/8/2016, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de grande quantidade de drogas, armas e explosivos (Requerimento nº 5.437/2016, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais civis que participaram da apreensão de expressiva quantidade de maconha, durante operação que resultou em prejuízo de aproximadamente 500 mil reais ao tráfico de drogas (Requerimento nº 5.469/2016, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a Cemig por ter atingido, em agosto deste ano, o expressivo número de 1.074 clientes micro e minigeradores de energia elétrica, consolidando-se como a distribuidora com mais ligações dessa categoria, representando uma potência instalada de 7,7MWp (Requerimento nº 5.559/2016, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a Comunidade Terapêutica Caverna de Adulão pelos quatro anos de sua fundação (Requerimento nº 5.570/2016, do deputado Léo Portela);

de congratulações com policiais militares e civis por atuação na ocorrência, em 15/9/2016, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de um menor e de arma de fogo e na morte de um homem (Requerimento nº 5.590/2016, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com policiais militares por atuação na ocorrência, em 16/9/2016, em Piracema, que resultou na apreensão de veículos, drogas, munição e caderno com dados do tráfico e na prisão de três homens (Requerimento nº 5.591/2016, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com o Sr. Edson Luis Nunes, diretor do Colégio de Aplicação CAp-Culuni, pela posição do colégio no *ranking* geral das 10 melhores escolas do Enem de 2015 em Minas Gerais (Requerimento nº 5.603/2016, do deputado Roberto Andrade);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 8/10/2016, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de drogas, cartuchos, balanças digitais, arma de fogo e quantia em dinheiro e na prisão de uma pessoa (Requerimento nº 5.622/2016, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com Dilson Gabriel Pieve, aluno da Escola Estadual Prefeito Jacy Junqueira Gazola, de Três Pontas, por ter sido o vencedor do concurso nacional de redação do projeto Jovem Senador 2016 (Requerimento nº 5.626/2016, dos deputados Wander Borges e Mário Henrique Caixa);

de congratulações com o Sr. João Carlos Gontijo de Amorim, novo superintendente regional do Ministério do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, por sua grande competência e capacidade técnica (Requerimento nº 5.629/2016, da Comissão de Desenvolvimento Econômico);

de repúdio aos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados pelos cortes no orçamento da Justiça do Trabalho para o ano de 2016 (Requerimento nº 5.736/2016, da Comissão do Trabalho);

de congratulações com a Sra. Jordana Almeida, presidente da Rede Minas de Televisão, e demais membros da nova diretoria da emissora (Requerimento nº 5.738/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a Sra. Regina Célia de Oliveira e o Sr. Renato Gonçalves, radialistas e apresentadores do programa Ponto de Encontro, da Rádio Itatiaia, pelos 10 anos no ar do referido programa (Requerimento nº 5.745/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes);



de aplauso ao Sada Cruzeiro pela conquista do Tricampeonato Mundial de Vôlei, em 2016 (Requerimento nº 5.827/2016, da Comissão de Esporte).



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 14/11/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Marcos Farley Gomes, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tadeu Martins Leite.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c artigo 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.086, de 2/5/2016, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 3/8/2016, o servidor Paulo Daniel Godoy, CPF nº 279.510.656/68, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, padrão VL-71, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 64/2016

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 139/2016

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 5/12/2016, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a contratação de serviços de transporte aéreo.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 18 de novembro de 2016.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 91/2016

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 207/2016

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 2/12/2016, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de materiais de garçonaria, copa e cozinha.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 18 de novembro de 2016.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONTRATO Nº 76/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: MBM Seguradora S.A. Objeto: contratação de seguro, renovável na forma da lei, através de seguradora, sem interveniência de corretoras, para cobertura de acidentes pessoais para o corpo de estagiários da Assembleia Legislativa, englobando morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e despesas médicas, hospitalares e odontológicas. Vigência: 12 meses contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à data de assinatura, prorrogáveis na forma da lei. Licitação: Pregão Eletrônico nº 56/2016. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 77/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Algar Multimídia S.A. Objeto: prestação de serviços de acesso à internet. Objeto do aditamento: ampliação da velocidade da prestação do serviço. Vigência: a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 109/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Empresa Brasileira de Correios e telégrafos. Objeto: prestação de serviços postais diversos. Objeto do aditamento: prorrogação contratual. Vigência: 12 (doze) meses, de 23 de dezembro de 2016 a 22 de dezembro de 2017, inclusive. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 116/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte. Objeto: prestação de serviços por adolescentes trabalhadores. Objeto do aditamento: quinta prorrogação (excepcional). Vigência: de 1º de novembro de 2016 a 23 de janeiro de 2017. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

RECONVOCAÇÃO

Convite nº 3/2016

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 216/2016

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que estão reconvidados os participantes do convite em epígrafe que compareceram à sessão pública do dia 18/11/2016 para a reapresentação dos envelopes com os documentos de habilitação e a proposta de preços, no dia 25/11/2016, às 10 horas, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua Martim de Carvalho, 94 – 5º andar, Bairro Santo Agostinho – Belo Horizonte-MG, conforme disposto no art. 48, § 3º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

Belo Horizonte, 18 de novembro de 2016.



Vanessa Cristine Souza Carvalho, presidente em exercício da Comissão Permanente de Licitação.



ERRATA

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.399/2016

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 27/10/2016, na pág. 67, na Emenda nº 1, onde se lê:

“Dê-se ao *caput* do art. 1º a seguinte redação:”, leia-se:

“Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:”.”